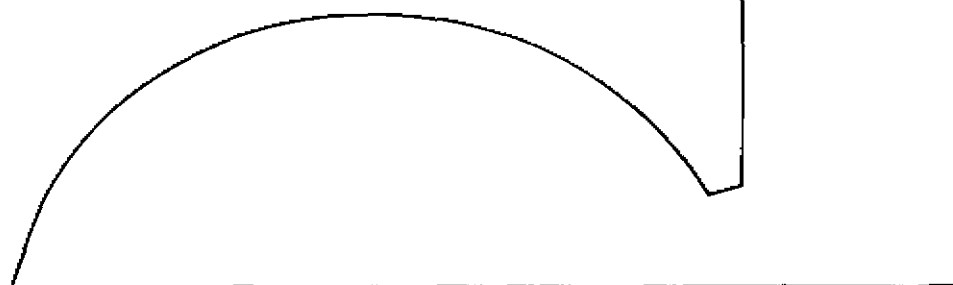




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA		
Presidente Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA 1º Vice-Presidente Geraldo Melo – PSDB – RN 2º Vice-Presidente Ademir Andrade – Bloco – PA 1º Secretário Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB 2º Secretário Carlos Patrocínio – PFL – TO		3º Secretário Nabor Júnior – PMDB – AC 4º Secretário Casildo Maldaner – PMDB – SC Suplentes de Secretário 1º Eduardo Suplicy – Bloco – SP 2º Lúcio Coelho – PSDB – MS 3º Jonas Pinheiro – PFL – MT 4º Marluce Pinto – PMDB – RR
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ Romeu Tuma – PFL – SP Corregedores Substitutos⁽¹⁾ Ramez Tebet – PMDB – MS Vago Lúcio Alcântara – PSDB – CE (1) Reeleitos em 2-4-97		PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ Amir Lando – PMDB – RO Ramez Tebet – PMDB – MS Alberto Silva – PMDB – PI Djalma Bessa – PFL – BA Bernardo Cabral – PFL – AM (2) Designação: 30-6-99
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO GOVERNO Líder José Roberto Arruda Vice-Líderes Romero Jucá Moreira Mendes LIDERANÇA DO PFL – 21 Líder Hugo Napoleão Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Romeu Tuma Eduardo Siqueira Campos Mozarildo Cavalcanti Vago Vago	LIDERANÇA DO PMDB – 26 Líder Jader Barbalho Vice-Líderes José Alencar Iris Rezende Amir Lando Ramez Tebet Gilberto Mestrinho Renan Calheiros Agnelo Alves Vago LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT) – 10 Líder Heloisa Helena Vice-Líderes Eduardo Suplicy Sebastião Rocha Jefferson Pérez	LIDERANÇA DO PSDB – 14 Líder Sérgio Machado Vice-Líderes Osmar Dias Pedro Piva Romero Jucá Vago LIDERANÇA DO PPB – 2 Líder Leomar Quintanilha Vice-Líder Vago LIDERANÇA DO PPS – 3 Líder Paulo Hartung Vice-Líder Vago LIDERANÇA DO PSB – 3 Líder Roberto Saturnino Vice-Líder Vago LIDERANÇA DO PTB – 1 Líder Arlindo Porto
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Claudianor Moura Nunes Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações Júlio Werner Pedrosa Diretor da Subsecretaria Industrial		Raimundo Carneiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Marcia Maria Correa da Azevedo Diretora da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baure Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

A PRESIDÊNCIA CONVOCA SESSÃO CONJUNTA DO CONGRESSO NACIONAL A REALIZAR-SE DIA 12 DE ABRIL DO CORRENTE ANO, QUARTA-FEIRA, ÀS 19 HORAS, NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DESTINADA À APRECIÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 20, DE 1999-CN, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DA UNIÃO PARA EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2000.

SUMÁRIO

CONGRESSO NACIONAL

1 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nº 43, de 2000, que aprova o ato que renova a permissão outorgada a "Radiodifusão Litoral Sul Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná..... 06565

Nº 44, de 2000, que aprova o ato que renova a concessão outorgada a "Rádio Cultura de Cajuru Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cajuru, Estado de São Paulo..... 06565

Nº 45, de 2000, que aprova o ato que renova a permissão outorgada a "Rádio Transcontinental Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo..... 06565

SENADO FEDERAL

2 – ATA DA 30ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 6 DE ABRIL DE 2000

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Aviso do Ministro de Estado da Justiça

Nº 229/2000, de 3 do corrente, encaminhando as informações referentes ao Requerimento nº 66, de 2000, do Senador Eduardo Suplicy. Ao Arquivo..... 06566

2.2.2 – Parecer

Nº 304, de 2000, da Comissão Diretora, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 684, de 1999-Complementar, que altera o art. 12 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias,

bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. (Redação final) 06566

2.2.3 – Comunicação da Presidência

Término de prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 327, de 1999, de autoria do Senador Geraldo Cândido, que dispõe sobre a gratuidade da realização de exames de Código Genético (DNA) para instruir processos de reconhecimento de paternidade, aprovado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. À Câmara dos Deputados..... 06567

2.2.4 – Leitura de requerimento

Nº 169, de 2000, de autoria da Senadora Heloísa Helena, solicitando ao Ministro de Estado

da Educação as informações que menciona. À Mesa para decisão.

06567

2.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR BERNARDO CABRAL, como Líder – Leitura de ofício do Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, Dr. Carlos Frederico Santos, relativo a sua preocupação com o tramite dos projetos para criação de cargos no âmbito do Ministério Público da União.

06568

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES – Boas vindas à Senadora Thelma Siqueira Campos. Comentários sobre a política de juros e o salário mínimo.

06570

SENADOR ÁLVARO DIAS – Considerações sobre o valor estratégico do petróleo e a anunciada venda das ações da Petrobrás.

06574

SENADOR PEDRO SIMON – Comentários sobre o debate, ontem, entre os Senadores Antonio Carlos Magalhães e Jader Barbalho. Premência no combate à impunidade.

06577

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concordância com o Senador Pedro Simon, quanto ao combate à impunidade. Presença do Ministro Waldeck Ornelas hoje, às 15 horas, na reunião da Comissão que analisa o salário mínimo.

06580

2.2.6 – Leitura de requerimento

Nº 170, de 2000, de autoria do Senador Maguito Vilela, solicitando ao Ministro de Estado da Justiça as informações que menciona. À Mesa para decisão.

06580

2.2.7 – Ofícios

S/nºs, de 5 do corrente, da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membros nas Comissão Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 1933-10, 1935-11, 1936-43, 1937-12, 1939-25, 1949-20, 1950-60, 1951-22, 1954-23, 1960-58, 1961-19, 1963-15, 1969-13, 1979-15, 1983-47, 1995-75, 1998-62, 2010-28 e 2020, de 2000.

06580

2.2.8 – Comunicações da Presidência

Recebimento da Mensagem nº 96, de 2000 (nº 448/2000, na origem), de 4 do corrente, pela qual o Presidente da República solicita autorização para que seja contratada operação de crédito externo, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor equivalente a até quinhentos e cinco milhões e sessenta mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, na modalidade de ajuste setorial – Reforma Fiscal e Administrativa (Fiscal and Administrative Reform Special Adjustment Loan). À Comissão de Assuntos Econômicos.

06583

Recebimento do Aviso nº 47, de 2000 (nº 1.319/2000, na origem), de 31 de março último,

do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 136 e da Decisão nº 56, ambos de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que os fundamentam, sobre auditoria realizada no Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO (TC – 017.206/96-0). À Comissão de Fiscalização e Controle.

06583

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 2.021, em 3 de abril de 2000, publicada no dia 4 e retificada no dia 5 do mesmo mês e ano, que acresce dispositivos ao Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, para dispor sobre o financiamento a projetos de implantação e recuperação de infra-estrutura de pesquisa nas instituições públicas de ensino superior e de pesquisa, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

06583

2.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 1999 (nº 407/96, na Câmara dos Deputados), tendo como primeiro signatário o Deputado Luciano Castro, que altera a redação do artigo 100 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (precatórios). **Não houve oradores** no primeiro dia de discussão, em segundo turno.

06584

Item 2

Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, que altera os arts 6º e 7º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do real e os critérios para conversão das obrigações para o real, e dá outras providências. **À Comissão de Assuntos Econômicos**, em audiência, passando a matéria a tramitar com o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, nos termos dos Requerimentos nºs 171 e 172, de 2000, lidos e aprovados nesta oportunidade.

06584

Item 3

Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 1999 (nº 653/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Beira-Mar de São Sebastião Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Sebastião, Estado de São Paulo. **Aprovado**, com abstenção do PT. À Comissão Diretora para redação final.

06585

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 1999 (**Parecer** nº 305, de 2000-CDIR). **Aprovada**. À promulgação.

06586

Item 4

Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 1999 (nº 679/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Difusora Ouro Verde Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná. **Aprovado**, com abstenção do PT. À Comissão Diretora para redação final. 06586

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 1999 (**Parecer nº 306, de 2000-CDIR**). **Aprovada**. À promulgação..... 06586

Item 5

Projeto de Decreto Legislativo nº 147, de 1999 (nº 726/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Frutal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais. **Aprovado**. À Comissão Diretora para redação final. 06587

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 147, de 1999 (**Parecer nº 307, de 2000-CDIR**). **Aprovada**. À promulgação..... 06587

Item 6

Projeto de Decreto Legislativo nº 255, de 1999 (nº 159/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Senhor Bom Jesus para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Perdões, Estado de Minas Gerais. **Aprovado**, com abstenção do PT. À Comissão Diretora para redação final. 06588

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 255, de 1999 (**Parecer nº 308, de 2000-CDIR**). **Aprovada**. À promulgação..... 06588

Item 7

Requerimento nº 107, de 2000, de autoria do Senador Bernardo Cabral, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 571 e 602, de 1999-Complementares, por regularem a mesma matéria. **Aprovado**. Os projetos retornam à Comissão de Assuntos Econômicos. 06588

Item 8

Requerimento nº 119, de 2000, de autoria da Senadora Heloísa Helena, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 1997, com o Projeto de Lei do Senado nº 618, de 1999, por regularem a mesma matéria. **Aprovado**. Os projetos retornam à Comissão de Assuntos Sociais. 06589

2.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR MOZARILDO CAVALCATI – Comentários à prisão de índios em Roraima, por solicitação de ONGs. Realização de reunião, ontem, entre o Ministro da Justiça, parlamentares de Roraima e representante das lideranças indi-

genas, sobre a demarcação da Reserva Terra Raposa do Sol. 06589

SENADOR SEBASTIÃO ROCHA – Solicitação à Mesa para que cumpra a resolução que instituiu o Diploma Mérito Educativo Darcy Ribeiro. 06589

O SR PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Determinação de providências para indicação dos membros do Conselho a que se refere o artº 3º da Resolução nº 2 de 1999-CN. 06590

SENADORA HELOÍSA HELENA, como Líder – Apelo para aprovação da convocação do presidente do Banco Central, para que explique o desaparecimento do processo sobre o Banco Nacional. Necessidade de maior abrangência da medida provisória sobre isenção fiscal para deficientes físicos na compra de veículos automotores. 06590

SENADOR GERALDO ALTHOFF – Considerações sobre o aumento da criminalidade entre os jovens no País. Posicionamento contrário à redução da idade para efeito de imputabilidade penal. 06592

SENADOR CARLOS WILSON – Precariedade das condições do saneamento básico no País, sobretudo no Estado de Pernambuco. 06594

SENADOR ROMERO JUCÁ – Comentários a discurso pronunciado pelo Ministro da Gestão e Orçamento, em reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento. 06597

SENADOR ROBERTO SATURNINO – Indagações sobre a privatização da Petrobrás. 06599

SENADOR TIÃO VIANA – Denúncia de incidente entre os índios os pataxós e a Polícia Militar da Bahia, durante inauguração de monumento alusivo à comemoração dos 500 anos do Brasil. 06601

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Pronunciamento de boas-vindas à Senadora Thelma Siqueira Campos. Considerações sobre a viabilidade da Hidrovia Araguaia-Tocantins. 06604

SENADOR SEBASTIÃO ROCHA – Defesa da urgente apreciação, em Plenário, da medida provisória que trata sobre o reajuste do salário mínimo. 06607

SENADOR GERALDO MELO – Anúncio de decisões da Mesa do Senado Federal, em reunião realizada hoje, sobre requerimento de autoria do Senador Roberto Freire, referente às denúncias recíprocas dos Senadores Jader Barbalho e Antonio Carlos Magalhães. 06611

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Elogios à atuação dos advogados no processo de absolvição de José Rainha Neto, acusado de co-autoria na morte de fazendeiros durante conflito com o MST. 06611

SENADOR ADEMIR ANDRADE – Gravidade do incidente ocorrido na Bahia entre os índios pataxós e a Polícia Militar, em evento paralelo à comemoração dos 500 anos do Descobrimento do Brasil..... 06612

2.3.2 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ERNANDES AMORIM – Transcrição do artigo "O "S" do BNDE e as frustrações da Saúde", de autoria do Dr. Adib Jatene.. 06612

SENADOR FREITAS NETO – Homenagem póstuma ao ex-parlamentar Clidenor de Freitas Santos, falecido no último dia 2 do corrente... 06614

SENADOR CARLOS PATROCÍNIO – Incompatibilidade dos termos do Decreto presidencial 3.181, de 23 de setembro de 1999, que objetiva regulamentar a Lei 9.787, de 10 de fevereiro de 1999, que altera a Lei 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a regulamentação dos medicamentos genéricos..... 06615

SENADOR GILVAM BORGES – Registro do depoimento do Sr. Alex Ricardo Ramos Amoras, prestado no dia 14 de abril do ano passado, ao Juiz da 2ª Vara Criminal de Macapá, com acusações sobre o envolvimento do Governador do Estado com o tráfico de entorpecentes..... 06618

SENADOR FRANCELINO PEREIRA – Participação de S.Exa. nas homenagens prestadas pela Câmara Municipal da cidade de Regeneração, no Estado do Piauí, ao ex-Prefeito Francisco de Paula Teixeira Nunes, pelo centenário de seu nascimento. 06624

2.3.3 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária na próxima terça-feira, dia 11, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada. 06630

2.4 – ENCERRAMENTO

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 6-4-00

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 313, de 2000, referente à servidora Idalina Maria Oliveira. (Republicação)..... 06633

Nº 344, de 2000. (Republicação)..... 06634

Nºs 386 a 398, de 2000. 06635

5 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

7 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 43, DE 2000

Aprova o ato que renova a permissão outorgada a "Radiodifusão Litoral Sul Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.090, de 16 de dezembro de 1996, que renova a permissão outorgada a "Radiodifusão Litoral Sul Ltda." para explorar, pelo prazo de dez anos, a partir de 3 de dezembro de 1994, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 6 de abril de 2000. – Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 44, DE 2000

Aprova o ato que renova a concessão outorgada a "Rádio Cultura de Cajuru Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cajuru, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 24 de setembro de 1997, que renova, por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão outorgada a "Rádio Cultura de Cajuru Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cajuru, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 6 de abril de 2000. – Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 45, DE 2000

Aprova o ato que renova a permissão outorgada a "Rádio Transcontinental Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 268, de 7 de maio de 1997, que renova, por dez anos, a partir de 12 de agosto de 1990, a permissão outorgada a "Rádio Transcontinental Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 6 de abril de 2000. – Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

Ata da 30ª Sessão Deliberativa Ordinária em 6 de abril de 2000

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Antonio Carlos Magalhães,
Geraldo Melo, Ademir Andrade, Carlos Patrocínio, Roberto Saturnino,
Romero Jucá, Álvaro Dias e da Sra. Thelma Siqueira Campos*

**ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS
SRS. SENADORES:**

Ademir Andrade – Agnelo Alves – Alvaro Dias –
Amir Lando – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos
Magalhães – Antonio Carlos Valadares – Arlindo Por-
to – Artur da Távola – Bello Parga – Bernardo Cabral –
Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson –
Casildo Maldaner – Djalma Bessa – Eduardo Suplicy –
Emília Fernandes – Ernandes Amorim – Francelino
Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo
Cândido – Geraldo Lessa – Geraldo Melo – Gilberto
Mestrinho – Gilvam Borges – Heloisa Helena – Hugo
Napoleão – Iris Rezende – Jader Barbalho – Jeffer-
son Peres – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen –
José Alencar – José Eduardo Dutra – José Jorge –
José Roberto Arruda – José Samey – Juvêncio da
Fonseca – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Lú-
cio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Estevão – Luiz
Otávio – Luiz Pontes – Maguito Vilela – Maria do Car-
mo Alves – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Mozaril-
do Cavalcanti – Nabor Júnior – Ney Suassuna –
Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto – Pedro
Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calhei-
ros – Roberto Freire – Roberto Requião – Roberto Sa-
turnino – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cu-
nha Lima – Sebastião Rocha – Sérgio Machado –
Thelma Siqueira Campos – Tião Viana – Wellington
Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A lista de
presença acusa o comparecimento de 72 Srs. Sena-
dores. Havendo número regimental, declaro aberta a
sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos tra-
balhos.

Antes de passar à leitura do Expediente, deter-
mino à Secretaria-Geral da Mesa que verifique o texto
dos discursos proferidos na tarde de ontem, no Sena-
do Federal, para deles excluir as expressões an-
ti-regimentais.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Car-
los Patrocínio, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

AVISO

DO MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA

Nº 229/2000, de 3 do corrente, encaminhando
as informações em resposta ao Requerimento nº 66,
de 2000, do Senador Eduardo Suplicy.

*As informações foram encaminhadas,
em cópia, ao Requerente.*

O Requerimento vai ao Arquivo.

PARECER

PARECER Nº 304, DE 2000

(Da Comissão Diretora)

**Redação final do Projeto de Lei do
Senado nº 684, de 1999—Complementar.**

A Comissão Diretora apresenta a redação final
do Projeto de Lei do Senado nº 684, de 1999—Com-
plementar, que altera o art. 12 da Lei nº 4.595, de 31
de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e
as instituições monetárias, bancárias e creditícias,
cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras provi-
dências.

Sala de Reuniões da Comissão, 6 de abril de
2000. – **Geraldo Melo**, Presidente – **Carlos Patrocí-
nio**, Relator – **Nabor Júnior** – **Ademir Andrade**.

ANEXO AO PARECER Nº 304, DE 2000

**Acrescenta parágrafo único ao art.
12 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de
1964, que dispõe sobre a política e as
instituições monetárias, bancárias e cre-
ditícias, cria o Conselho Monetário Naci-
onal e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 12 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12."

"Parágrafo único. A atuação do Banco Central do Brasil no mercado financeiro realizar-se-á exclusivamente a partir de instituições **dealers**, exceto nos casos de redescontos, de empréstimos de liquidez, e outros expressamente autorizados pelo Conselho Monetário Nacional."(AC)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Esgotou-se, ontem, o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 327, de 1999, de autoria do Senador Geraldo Cândido, que dispõe sobre a gratuidade da realização de exames de Código Genético (DNA) para instruir processos de reconhecimento de paternidade.

Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 169, DE 2000

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 50, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Educação, as seguintes informações:

1 – quantas Instituições de Ensino Superior existiam no Brasil, em 1995? Quantas existem hoje?

2 – quantas são públicas? Pertencem a que esfera administrativa? (federal, estadual ou municipal);

3 – quais instituições foram autorizadas, pelo Ministério da Educação, a funcionar a partir de 1995? (discriminar anualmente);

4 – quantos alunos estão matriculados nas Instituições de Ensino Superior Públicas? (discriminar por esfera administrativa). E nas privadas?

5 – quantos pedidos de reconhecimento de curso foram deferidos desde 1995? Quantos foram indeferidos no mesmo período?

6 – quais as instituições que tiveram seus pedidos de reconhecimento de curso indeferidos? quais os motivos que levaram o Ministério da Educação a negar o reconhecimento?

7 – caso uma determinada instituição seja autorizada a funcionar e não tenha o seu curso reconhecido, que mecanismo o Ministério da Educação tem para puni-la?

8 – quais as instituições (estaduais e municipais) que recebem recursos da União? (discriminar o valor repassado anualmente desde 1995);

9 – as instituições beneficiadas são obrigadas a efetuar prestação de contas? Caso afirmativo, houve alguma que teve sua prestação de contas considerada irregular?

10 – os recursos repassados pela União a estas instituições podem ser usados para investimentos e custeio?

11 – se uma instituição estadual beneficiada com recursos federais, aplicados em investimentos (por exemplo construção), for privatizada a União será ressarcida?

12 – o jornal **Correio Braziliense** de 27-2-00, pág. 10, afirma que alguns parlamentares destinaram emendas orçamentárias para instituições privadas de ensino superior. O Ministério da Educação concede ou concedeu auxílio financeiro a instituições privadas? Caso afirmativo, quais foram beneficiadas e quanto receberam anualmente, desde 1995? Quais os dispositivos legais que amparam tal procedimento?

Justificação

A imprensa nacional tem dado destaque a repentino aumento de cursos superiores em todo o Brasil. No Distrito Federal o número de Instituições de Ensino Superior cresceu 64%, nos últimos 6 anos. Recentemente, a revista **IstoÉ** fez sérias acusações sobre um possível esquema, que conta com a participação de membros do Conselho Nacional de Educação, para facilitar a concessão de autorizações para funcionamento destas instituições.

Sala das Sessões, 6 de abril de 2000. – Senadora **Heloísa Helena**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Na forma do Regimento, o requerimento lido será despachado à Mesa para decisão.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pela ordem.) – Pediria a V. Exª que, quando oportuno, me inscrevesse para uma comunicação inadiável, de acordo com o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Exª está inscrito em primeiro lugar, nobre Senador Romeu Tuma.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, para a mesma providência, solicito a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Exª está inscrito em segundo lugar.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a V. Exª a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Exª está inscrito em terceiro lugar.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente, para que eu possa tratar da medida provisória referente aos deficientes físicos, solicito a V. Exª a minha inscrição pela Liderança do PT. Pode ser após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Exª está inscrita para falar pela Liderança do PT após a Ordem do Dia.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a V. Exª que, ao anunciar a lista de oradores, me inscreva como Líder do PFL, uma vez que já pedi a autorização da Senadora Maria do Carmo Alves, para registrar um documento da Associação Nacional dos Procuradores da República. Meu pronunciamento não levará mais de quatro minutos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Exª terá a palavra pela Liderança do PFL.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, estou tentando conseguir um tempo para proferir meu discurso. Caso isso não ocorra, gostaria de me inscrever para após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Exª fica inscrito pela Liderança do PMDB para após a Ordem do Dia.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas quem sou eu para falar pela Liderança do PMDB, Sr. Presidente. Sou apenas um bagrinho, mas um dia eu chego lá.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Mesa determina a inscrição de V. Exª entre os oradores da sessão de hoje.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever pela liderança do PPB, também após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Exª está inscrito para falar após a Ordem do Dia pela Liderança do PPB.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, retiro a minha inscrição, porque o meu companheiro e amigo Senador Sérgio Machado concordou em trocar comigo.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Então, V. Exª será anunciado por permuta com o Senador Sérgio Machado.

Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral, pela Liderança do PFL.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Constituição de 1988, no seu art. 127, fez nela consignar o seguinte texto:

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Registro, Sr. Presidente: "regime democrático e interesses sociais e individuais indisponíveis."

Até a promulgação da Constituição de 1988, o Ministério Público não tinha aquilo que prevíamos, ao longo do convívio com o campo do direito, a extensão que era preciso. No entanto, hoje, está consagrada a sua atuação.

Recebi, por isso mesmo, Sr. Presidente, ofício, datado de 4 de abril, do Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, Dr. Carlos Frederico Santos. Amazonense e, portanto, meu conterrâneo, filho do saudoso desembargador Raimundo Santos, um grande amigo, ele mostra a preocupação da classe por meio do órgão que dirige:

Sr. Senador, a Associação Nacional dos Procuradores da República, através de seu Presidente, representando os anseios da classe, vem perante V. Ex^a manifestar a preocupação quanto ao comprometimento do desempenho das funções institucionais do Ministério Público Federal.

Tramitam no Congresso Nacional vários projetos de lei de autoria do Ministério Público da União, dentre os quais o que cria cargos de Procurador da República; transforma cargos de Procurador Regional da República em Procurador da República; cria Procuradorias da República em Municípios; e dispõe sobre a criação de cargos de confiança e funções comissionadas no âmbito do MPF.

Referidos projetos encontram-se parados no Congresso Nacional, sem tramitação, apesar do empenho de nossa Associação em tentar aprová-los, tendo surgido informações de que tal fato se dá por orientação do Governo.

A classe ficou estupefata ao ver criados 370 (trezentos e setenta cargos) cargos de Juiz Federal em oito (oito) meses, pelas Leis nºs 9.642 e 9.664, ambas de 1998, e pela Lei nº 9.788/99, enquanto os projetos do Ministério Público da União de transformação de cargos de Procurador Regional da República em cargos de Procurador da República e de criação de cargos de Procurador da República datam de 1996 e 1997 (PL 1.644/96 e 2.785/97) sem que sequer tenham qualquer andamento por mais de um ano.

É de se destacar que o PL 2.785/97, pelo qual se pretende criar cargo de Procurador da República, já recebeu parecer favorável da Secretaria do Tesouro Nacional e do Relator na Comissão do Trabalho, Admi-

nistração e Serviço Público da Câmara dos Deputados e mesmo assim continua emperado.

Tal fato criou uma grande diferença entre os números de Magistrados Federais e os membros do Ministério Público Federal em 1ª instância, na proporção de 1.103 cargos de Juiz Federal para 338 cargos de Procurador da República.

Eu aqui faço uma notação chamando a atenção da Casa. Realmente, a diferença em 1ª instância, 1.103 cargos de Juiz Federal para 338 de Procurador da República, indica não só uma defasagem nesse serviço da Procuradoria como um atraso na prestação da cidadania.

Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que determine a publicação na íntegra do ofício da Associação Nacional dos Procuradores da República, a fim de que sua leitura não prejudique os demais companheiros inscritos, sobretudo a eminente Senador Maria do Carmo Alves. S. Ex^a conosco partilha dessa preocupação – e tenho certeza que também todo o Senado. Peço ainda que seja dado conhecimento ao Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, Dr. Carlos Frederico Santos, do registro feito na tribuna do Senado. S. Ex^a contará com nosso empenho e colaboração.

Agradeço a V. Ex^a, eminente Senador Geraldo Melo, pela compreensão.

**SEGUE DOCUMENTO A QUE SE
REFERE O SR. SENADOR BERNARDO
CABRAL.**

Associação Nacional dos Procuradores da República

Senador Bernardo Cabral

OF.Nº035/99/PRESI-ANPR

Brasília, 4 de abril de 2000

A Sua Excelência o Senhor
Senador Bernardo Cabral
Senado Federal
Brasília-DF

Senhor Senador,

A Associação Nacional dos Procuradores da República, através de seu Presidente, representando os anseios da classe, vem perante Vossa Excelência manifestar a preocupação quanto ao comprometimento do desempenho das funções institucionais do Ministério Público Federal.

Tramitam no Congresso Nacional vários Projetos de Lei de autoria do Ministério Público da União, dentre os quais o que cria cargos de Procurador da República; transforma cargos de Procurador Regional da República em Procurador da República; cria Procuradorias da República em municípios; e dispõe sobre a criação de cargos de confiança e funções comissionadas no âmbito do MPF.

Referidos projetos encontram-se parados no Congresso Nacional, sem tramitação, apesar do empenho de nossa Associação em tentar aprová-los, tendo sugerido informações de que tal fato se dá por orientação do Governo.

A classe ficou estupefata ao ver criados 370 (trezentos e setenta) cargos de Juiz Federal e 8 (oito) meses, pelas Leis nºs 9.642 e 9.664, ambas de 1998, e pela Lei nº 9.788/99 enquanto os Projetos do Ministério Público da União de transformação de cargos de Procurador Regional da República em cargos de Procurador da República e de criação de cargos de Procurador da República datam de 1996 e 1997 (PL nºs 1.644/96 e 2.785/97) sem que sequer tenham qualquer andamento por mais de um ano.

É de se destacar que o PL nº 2.785/97, pelo qual se pretende criar cargos de Procurador da República, já recebeu parecer favorável de Secretaria do Tesouro Nacional e do Relator na Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados e mesmo assim continua emperrado.

Tal fato criou uma grande diferença entre os números de Magistrados Federais e membros do Ministério Público Federal em 1ª instância, na proporção de 1.103 (mil cento e três) cargos de Juiz Federal para 338 (trezentos e trinta e oito) cargos de Procurador da República.

Além dessa diferença equiparar-se aproximadamente a um percentual de 200% verifica-se também que em menos de 1 (um) ano foram criados 185 (cento e oitenta e cinco) Varas Federais, por mencionadas leis, sem que tenha o Ministério Público Federal conseguido aprovar os PL nº 2.080/96, 3.385/97, 4.201/98 e 918/99, que criam Procuradorias da República em Municípios, em muitos dos quais já foram implantadas Varas da Justiça Federal, cujos processos para tramitarem precisam do deslocamento de Procuradores da República lotados em unidades diversas da Federação com dispêndio de diárias que acabam sendo mais onerosas para a União que a criação de cargos de Procurador da República e Procuradorias, além do prejuízo ao serviço.

Justificou-se a criação das Varas Federais e dos cargos de Juiz Federal como se fossem gerar receitas para a União, por serem fazendárias, sendo que das 185 Varas criadas entre os anos de 98/99, somente 69 são destinadas por lei à Execução Fiscal, não dando um retorno imediato.

Ao contrário, mesmo debilitado

em seu ofício pelo minguado número de Procuradores da República, o Ministério Público Federal além de estar conseguindo cumprir suas funções, quanto a defesa da sociedade, vem gerando receitas imediatas para a União, como se constata no Rio Grande do Sul, onde os trabalhos relativos à sonegação fiscal aumentaram sensivelmente a arrecadação da União naquele Estado nos meses de março e abril de 1999.

É de se aduzir ainda que o sucateamento do MPF não vem sendo feito somente pelo emperramento dos Projetos de Lei que criam cargos de Procurador da República, mas também pela ausência Assessoria qualificada através da criação de cargos de confiança e funções comissionadas.

Hoje há na carreira Procuradores com apoio técnico-administrativo, e respectivo assessoria, e Procuradores que sequer têm secretária, quanto mais referido apoio, estando pendente de aprovação o PL nº 4.750/98.

Por fim, é de ressaltar que o PL nº 4.598/98, que dispõe sobre os subsídios dos membros do Ministério Público da União reiteradamente não é aprovado por falta de quorum ou manobras legislativas.

A Magistratura conseguiu a aprovação de seu Projeto de Lei, hoje a Lei nº 9.655/98, que alterou o percentual de diferença entre a remuneração dos cargos de Ministros do Superior Tribunal de Justiça e dos Juizes da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus, aguardando somente a fixação do "teto constitucional de remuneração" para passar a receber os subsídios.

Com a perda do poder aquisitivo que assola toda a população brasileira e a volta da inflação, somados à ausência de qualquer reajuste salarial por mais de quatro anos e a proeminência de se estabelecer mencionado "teto constitucional de remuneração", demonstra-se razoável aprovar o PL nº 4.598/98, em regime de urgência urgentíssima, sob pena de não se implementar por inteiro a política remuneratória imposta pela reforma constitucional.

Certo de que poderemos contar com o apoio de Vossa Excelência na cruzada pela aprovação dos referidos projetos de lei em prol da Institucionalização que defende os interesses da sociedade e guamece o patrimônio público, aproveito a oportunidade para apresentar nossos protestos de estima e consideração. – Carlos Frederico Santos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra à nobre Senadora Maria do Carmo Alves.

S. Exª dispõe de vinte minutos.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, antes de entrar no tema objeto do meu pronunciamento, quero aproveitar a oportunidade para dar as boas-vindas à nobre Senadora Thelma Siqueira Campos que assumiu ontem. Tenho certeza que a nobre Senadora Thelma Siqueira Campos vem se juntar ao conjunto de Parlamentares que lutam pela participação da mulher nas questões políticas, nas questões econômicas e sociais deste País. Seja bem-vinda, nobre Senadora.

Duas notícias recentes, extremamente negativas, do ponto de vista econômico e social, foram levadas ao conhecimento da Nação brasileira. A primeira se refere à decisão do Presidente da República em conceder um aumento insignificante ao salário mínimo e a outra, partindo da reunião do Copom, o aviso frustrante para toda a Nação brasileira de que não haveria redução de juros, embora, na semana seguinte, tenha sido anunciada uma redução de apenas 0,5%, assim mesmo, todos nós sabemos, em função da recomendação explícita do FMI.

Aparentemente, são dois temas totalmente diferentes, mas, como vemos, trata-se de questões intrinsicamente ligadas, ambas decorrentes de uma visão deformada que norteia os membros da equipe econômica, que teimam em se apegar a uma visão bitoladamente monetarista.

Com referência à primeira questão, à questão do salário mínimo, ele atinge diretamente a um uni-

verso de doze milhões de aposentados e três milhões de trabalhadores ativos. Admitindo-se uma média conservadora de dois dependentes por beneficiário, estamos falando de um total de trinta e cinco milhões de brasileiros que diretamente dependem do salário mínimo, mas, de forma indireta, estamos falando de toda a economia nacional, porque essa economia nacional recebe os reflexos do maior ou do menor salário mínimo em vigor no País.

O meu Partido, o PFL, liderou uma campanha em nível nacional e utilizou toda a sua força junto à cúpula econômica do Governo, inclusive diretamente ao próprio Presidente Fernando Henrique, para o convencimento da necessidade urgente de se aumentar o salário mínimo para um patamar equivalente a US\$100 dólares, que resulta em R\$177,00. O Partido da Frente Liberal, por natureza, abomina a demagogia como prática política e não acatou essa tese para conquistar usando os meios escusos, a simpatia da classe trabalhadora. Claro que, como agremiação política, julgamos importante estar em consonância com os justos anseios dos trabalhadores.

No entanto, três outros sentimentos inspiram a nossa luta. Primeiro, a consciência da gravidade da crise social do nosso País, sabidamente uma Nação com a concentração de renda mais perversa dentre todas as nações do mundo. Segundo, o conhecimento do impacto que ocorre nos Municípios mais pobres do País quando do recebimento do salário dos aposentados. Essa receita, proveniente do Ministério da Previdência Social, é o maior e o mais importante recurso recebido por milhares de Municípios, sobretudo aqueles localizados no Norte e no Nordeste brasileiro. O dia do recebimento dos aposentados é aquele que o comércio municipal espera com a maior ansiedade e, quando ocorre, há a maior efervescência local. Finalmente o terceiro, pelo efeito multiplicador que exerce na economia nacional qualquer aumento real da renda do trabalhador brasileiro, haja vista o que ocorreu durante a fase inicial do Plano Cruzado e o que se constata em decorrência do Plano Real, quando milhões de brasileiros, antes aliados do mercado de consumo, nele se incorporaram promovendo um fantástico impacto em toda a economia nacional. Basta lembrar a verdadeira revolução que se processou na área da aquisição dos eletrodomésticos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é insofismável, portanto, a decorrência altamente positiva em toda a rede produtiva nacional do acréscimo de renda nas camadas mais modestas dos trabalhadores brasileiros. E tanto quanto benéfica sua consequência direta na correção da infame desigualdade de rendas

nacional. Afinal, nenhum dado é tão vergonhoso – um verdadeiro acinte aos nossos sentimentos cristãos – como constatar que, embora ostentemos a condição de ser a 9ª maior economia do mundo, somos a 62ª nos critérios da ONU de equilíbrio de renda da população, desafortunadamente abaixo de nações muitíssimo mais pobres, como a Bolívia. Lamentavelmente, em que pese o empenho do PFL, o Presidente da República não acatou nossa tese e concedeu um aumento irrelevante ao salário mínimo.

Mas compete reiterar aqui a decisão unânime da Executiva Nacional do nosso Partido, de peremptória recusa à pretensão do Governo, em estabelecer o piso de apenas R\$151 para o salário mínimo. Tanto é que, embora não desejemos o confronto, se necessário, iremos às últimas consequências na disputa pelo voto, para que o limite mínimo a ser pago ao trabalhador em todo o País não seja inferior a R\$177,00. Coerente com essa linha de raciocínio, os Governadores do PFL já garantiram esse patamar em seus Estados.

Quanto a outra questão aludida, a recusa inexplicável da redução de juros na última reunião do Copom, no dia 22, embora aparentemente nada tenha a ver com o aumento do salário mínimo, pelas suas consequências econômicas e sociais, de fato somam aspectos intrinsecamente conexos. Daí verificar-se a quase unanimidade entre os economistas – o que aliás é raríssimo em uma classe tão afeita à polêmica – de que o fator impeditivo principal para a demarcação da economia brasileira é a prevalência de juros irracionalmente elevados. E, por via de consequência, o obstáculo maior para a geração de empregos, colocando-nos hoje em situação recorde nos índices históricos de desemprego no Brasil.

Na mesma semana da reunião do Banco Central para estabelecer os juros que deveriam vigorar no nosso altamente privilegiado sistema financeiro, fiz um pronunciamento desta mesma tribuna, concitando o Governo Federal a promover a sua imediata redução. E não o fiz estribada em raciocínio emocional, mas estritamente econômico. Procurava demonstrar, baseada nos nossos melhores economistas, que há décadas não se reúnem condições tão propícias à prática de juros civilizados, a exemplo de nações desenvolvidas e em desenvolvimento responsáveis por políticas financeiras saudáveis, que lhes proporcionem um crescimento auto-sustentável. Ao contrário, apontava dados irresponsáveis, a demonstrarem sobrejamente a condição ímpar dos nossos bancos, que se tornaram um quisto isolado no contexto econômico

nacional, ao mesmo tempo o único beneficiado e o grande verdugo do processo econômico nacional.

Na realidade, há décadas que os bancos brasileiros são os grandes beneficiários de uma visão distorcida predominante no Brasil, por conta dos nossos formuladores econômicos, que acatam a tese monetarista de que a prática dos juros altos é o melhor remédio para o domínio da inflação, por conter o desenvolvimento e, portanto, a expansão da moeda. Tem sido embalde que pensadores lúcidos contestam, contrapondo teses keynesianas, que pregam exatamente o contrário e têm alcançado êxito em inúmeros países.

Para não irmos muito longe, vale lembrar a vitória espetacular alcançada no mês passado pelo Partido Popular da Espanha, que reconduziu José Maria Aznar a mais quatro anos de governo, exatamente por haver implementado uma política desenvolvimentista e gerado 1,9 milhão de empregos novos. Mas os nossos bravos economistas insistem, para gáudio de nossos felizes banqueiros, em seguir o caminho inverso, ainda que implique recessão e desemprego para o nosso povo. Daí os lucros recordes que vêm de alcançar os bancos brasileiros nos recentes balanços publicados, para espanto do setor produtivo, tão penalizado por essa política tacaanha.

Registre-se, a propósito, que pouco importa aos banqueiros a insatisfação da área produtiva brasileira, já que nosso setor financeiro independe daqueles que produzem no Brasil. Explica-se: por que os bancos vão se preocupar em emprestar dinheiro para o setor privado, correndo riscos naturais, quando dispõem, como cliente cativo, do próprio Governo Federal, a quem eles emprestam com risco zero de inadimplência e a juros sem similar no mundo? Só no período do Plano Real, a dívida interna cresceu de R\$60 bilhões para R\$500 bilhões, resultando que os bancos recolherão este ano cerca de R\$100 bilhões só de juros da nossa dívida pública.

Ora, por que quem desfruta de uma condição privilegiada desse naipe vai se preocupar em emprestar a um combalido setor produtivo, vergado por juros insuportáveis? Muito menos emprestar a longo prazo a juros civilizados, como fazem seus congêneres no mundo todo.

A relação que existe entre o setor produtivo nacional e o nosso sistema financeiro é diferente da que existe em outras nações modernas. Nessas, há uma relação de respeito mútuo, de igualdade, isto é, os bancos procuram vender sua mercadoria, que é o dinheiro, e o setor produtivo compra, ou seja, toma empréstimo de quem melhores condições lhe oferecer.

No Brasil, ocorre diferente: os banqueiros recebem os executivos do setor produtivo encarando-os de cima para baixo, numa postura de superioridade.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL – RR) – Senadora Maria do Carmo, gostaria que V. Exª me concedesse um aparte quando julgar oportuno.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Eu também solicito um aparte a V. Exª, Senadora Maria do Carmo.

A SRA. MARIA DO CARMO (PFL – SE) – Concedo o aparte a V. Exª, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL – RR) – Senadora Maria do Carmo, cumprimento V. Exª pelo muito importante pronunciamento que está fazendo. É um orgulho para o PFL ter uma Senadora como V. Exª, que tem uma visão social muito acurada e demonstra, nessa análise, a insensibilidade da tecnocracia do Poder Executivo com as camadas mais sofridas deste País. Portanto, quero aliar-me à análise que V. Exª faz e endossá-la plenamente.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE) – Agradeço o aparte de V. Exª.

Concedo um aparte ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senadora Maria do Carmo, o Senador Mozarildo já fez, em nome do Partido, referência à postura de V. Exª. Desde o primeiro instante em que a vi neste Plenário, aprendi a respeitá-la, pela vivência, pela experiência que teve no gerenciamento da área social do Governo do seu marido e, aqui, neste Plenário, trazendo sempre assuntos importantes, que dizem respeito ao interesse da sociedade. Pode até parecer alguma coisa fora da rotina, mas impressionou-me ontem o capítulo da novela Terra Nostra, pois apresentou um jovem que é deputado fazendo um discurso muito parecido com o de V. Exª, lá pelos idos de 1900. A pressão governamental na questão dos investimentos, buscando, segundo ele, no seu pronunciamento, uma massa falida que o capital estrangeiro terá facilidade em adquirir. Não sei se V. Exª viu a novela – desculpe-me a liberdade.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE) – Não, não vi.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Mas creio que é o mesmo pensamento de vários membros deste Plenário, que hoje estão se angustiando com a falta de investimento na hora e no tempo certo, para que o setor produtivo possa realmente investir e trazer maior tranquilidade à sociedade brasileira. Parabéns, Senadora!

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE)

– Muito obrigada, Senador Romeu Tuma.

Nós, Parlamentares, nos preocupamos muito em promover o desenvolvimento de nosso País. O sistema financeiro precisa ter uma atitude de simpatia com o setor produtivo nacional.

E, como eu estava dizendo, os executivos daquele setor recebem os executivos do setor produtivo, aqueles que alavancam a economia do País, encarando-os de cima para baixo, com uma postura de extrema superioridade. É como se eles estivessem fazendo um favor ao emprestar, e não vendendo um simples produto a um bom cliente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 22 de março, contrariando toda uma expectativa positiva da economia nacional, o Banco Central insistiu em manter os juros invariáveis, um dos mais elevados do mundo, continuando a penalizar o setor produtivo, além do próprio Governo, com a manutenção de sua crescente e insuportável dívida pública. Só para efeito de raciocínio, o Governo alegou que não poderia conceder o aumento do salário mínimo nos níveis defendidos pelo PFL, pois o déficit público crescería em mais de R\$4 bilhões. Bastaria reduzir os juros em 1% para haver uma redução na amortização dos juros da dívida, em um ano, de R\$5,6 bilhões. Apenas isso daria de sobra para financiar o aumento do salário mínimo pleiteado, com todos os seus reflexos positivos na economia brasileira. Nunca é demais insistir-se que, ainda assim, estaríamos longe de promover as condições ideais de competitividade para as nossas indústrias, para disputarem elas em condições equânimes dentro de um mundo globalizado.

Os juros praticados no Chile, país que deverá ingressar no Mercosul dentro em breve, são de 5% ao ano. Ora, como poderemos disputar mercado com os chilenos pagando juros quase quatro vezes acima?

A grande indagação que nos compete fazer é por que não aproveitar as condições altamente favoráveis da economia atual, seja no mercado interno, seja no mercado externo, para reduzir, mas reduzir drasticamente, e não em um simbólico 0,5%, esses juros insuportáveis, que criam uma permanente ciranda financeira?

A tendência da nossa balança comercial já confirma as previsões de um superávit entre US\$3 bilhões e US\$5 bilhões, em contrapartida ao déficit do ano passado, de US\$1,2 bilhão; o dólar atingiu um patamar confortável, registrando tendência decrescente. Segundo o Ministro do Planejamento, há indícios seguros de que o PIB crescerá no mínimo 4%

este ano, havendo possibilidades de alcançar de 5% a 6% de crescimento.

Por outro lado, o quadro externo é tranquilizador. A economia americana continua em franca expansão e o aumento de juros de 0,25% ao ano, definido para balizar as aplicações em dólar, já estava considerado nos cálculos financeiros. A economia européia está em crescimento, enquanto o preço do petróleo, depois de uma ascensão inesperada, está em queda e não há previsão de subida. Isso sem contar que a atual situação brasileira no setor petrolífero é tranqüila e já produzimos 70% do nosso consumo, estando visível a conquista da auto-suficiência.

Enfim, é inexplicável a lógica do Banco Central, não obstante a rara safra de boas notícias econômicas, teimando em não reduzir vigorosamente os juros, fazendo-o apenas de forma cosmética. Este é um momento imperdível para a área econômica do Governo partir para a prática, finalmente, de juros civilizados, maior fator impeditivo para um crescimento auto-sustentável da nossa economia. Que nos espelhemos nos bons exemplos, como o da Espanha moderna. Afinal, se foi possível a uma nação com um quarto da nossa população e um PIB semelhante ao nosso criar 1,9 milhão de empregos novos em quatro anos, não é sonho podermos gerar mais de oito milhões no mesmo período, exercitando uma formidável alavancagem em toda a nossa economia.

A sociedade brasileira, depois de tantos anos de sacrifícios, em que a política econômica sempre foi fator de insegurança para um planejamento de médio e longo prazo, precisa urgentemente de notícias positivas. É importante que tenhamos um Brasil onde nossas indústrias possam produzir na sua plenitude, onde os banqueiros deixem de ser agiotas do setor público e passem a financiar o setor produtivo, gerando empregos em abundância para os nossos pais de família e esperança para os nossos jovens.

Essa é a Nação com que sonhamos, Sr. Presidente, e que está perfeitamente ao nosso alcance. Depende de um mínimo de ousadia e de coragem.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Maria do Carmo Alves, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, depois do dia desgraçadamente cinzento que esta Casa viveu ontem, é natural que este plenário esteja entristecido e esvaziado. Mas isso não nos impede de discutir questões da maior importância para o nosso País.

Na próxima semana, espero esteja na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos o projeto de nosso autor que proíbe a venda das ações da Petrobras.

Começo citando algumas frases que não são minhas; pertencem ao poderoso Alan Greenspan, presidente do Banco Central norte-americano. Diz ele: "Petróleo é assunto de segurança nacional. Não se mexe nas reservas estratégicas da Nação; seria um erro fazermos isso."

Considero reservas estratégicas da Nação as ações ordinárias da Petrobras.

"Eu sempre pensei nas reservas estratégicas de petróleo como reservas para a eventualidade de uma crise séria, a suspensão do fornecimento do petróleo do Oriente Médio ou alguma catástrofe. A alta do petróleo e as reservas estratégicas estão além da economia." Palavras do presidente do poderoso Banco Central norte-americano.

No Brasil, estamos na iminência de assistir à dilapidação de um patrimônio extraordinário do povo brasileiro, com a venda das ações da Petrobras. E olhem que, hoje, a empresa produz 70% do que consumimos de petróleo no nosso País e, neste ano de 2000, teremos um crescimento de 15%. Produzimos 1,3 milhão de barris de petróleo por dia e consumimos 1,8 milhão de barris de petróleo por dia. O próprio Presidente da República, há poucos dias, em jantar com os Senadores, informava que brevemente o Brasil será auto-suficiente em petróleo.

Vejam que há uma evolução fantástica: em 1979, a Petrobras extraía apenas 160 mil barris de petróleo – e o País consumia 1,1 milhão barris/dia.

Por outro lado, é preciso destacar a valorização do petróleo no mundo. No ano de 1999, o petróleo teve um aumento de US\$10 o barril; e, já no início deste ano, foi para US\$34 o barril. Sem dúvida, petróleo é uma questão de estratégia econômica para qualquer país do mundo.

Nós, no Congresso, estamos discutindo se vendemos as ações da Petrobras. O Governo não discute mais: o Governo quer vender as ações da Petrobras, e responde a um pedido de informações que formulei nos seguintes termos:

Com a venda das ações da Petrobras depositadas no FND, além de atender aos objetivos definidos pelo Programa Nacional de Desestatização, o Governo pretende contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais propiciando uma boa oportunidade para que novos investidores participem do mercado de ações...

Seria necessário o Governo vender ações da Petrobras para estimular novos investidores a participarem do mercado de ações no Brasil? É a esse custo que pretende o Governo estimular o mercado de ações no nosso País?

Parece-me, essa justificativa, sobremaneira primária.

Além disso, o Governo pretende, com a venda das ações, colocar a empresa na bolsa de Nova Iorque, abrindo "novas alternativas de captação para a empresa, que lhe proporcionarão melhores condições para financiar seus investimentos".

Isso é uma contradição, porque adiante o Governo responde que vende as ações da Petrobras para pagamento da dívida pública do País. É de se indagar qual resposta deve ser levada em conta: a deste item, em que se afirma que os recursos serão utilizados para financiar novos investimentos da empresa, ou a do próximo item, que lerei a seguir, onde se diz que esses recursos serão utilizados para abater a dívida pública brasileira. Aliás, abater o quê com esses recursos insignificantes diante do gigantismo da dívida pública brasileira?

O Governo também não informa quanto arrecadará com a venda dessas ações, porque já falou em R\$3 bilhões; depois, em 4, 5, 6 e até em R\$8 bilhões. É bom comparar, lembrando que o Brasil paga mais de R\$7 bilhões/mês só de juros e serviços da dívida. Paga mais de US\$ 90 bilhões/ano de juros e serviços da dívida.

Assim, o objetivo do Governo é vender [continuo lendo a resposta ao meu pedido de informação] os 31,72% de ações ordinárias de sua propriedade excedentes do capital da Petrobras. Na verdade, trata-se da venda das ações que o Governo detém, além dos 51% que lhe garantem o controle acionário da empresa. Além disso, a venda dessas ações será feita de maneira pulverizada, e os recursos obtidos irão diretamente para o Tesouro Nacional para o abatimento de dívidas.

Portanto, em um mesmo item da resposta afirma-se que os recursos serão utilizados para financiar novos investimentos da empresa e, ao mesmo tempo, abater dívidas da União.

Por esse motivo, o Governo incluiu no Programa Nacional de Desestatização (PND) a venda das ações ordinárias nominativas e ações preferenciais da Petrobras.

Logo a seguir, a resposta sobre a indagação que fizemos sobre quanto restará para a União das ações da Petrobras.

A União ficará, portanto, com 50% mais 1 ação. Não 51% como se diz aqui no item anterior.

Portanto, essa resposta ao pedido de informações é eivada de contradições e incoerências. A União fica com 50% mais 1 ação das ações ordinárias e sem nenhuma das ações preferenciais. Isso significa fragilizar sobremaneira o controle de capital por parte da União.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou a outra resposta:

Em reunião realizada em 22-2-00, o Conselho Nacional de Desestatização aprovou a modelagem de venda das ações que excedem o necessário para o controle da Petrobras pela União.

A modelagem aprovada para a venda pulverizada das ações através de uma oferta pública internacional composta de "tranches" internacional e doméstica. A demanda doméstica terá alocação garantida, sendo as sobras destinadas ao mercado externo. Dentro da modelagem, estão previstos incentivos para estimular a demanda interna das pessoas físicas, a saber: utilização do Fundo de Garantia...

Aliás, é uma outra questão que devemos discutir, porque, há pouco tempo, esta Casa recebeu informações da Caixa Econômica Federal de que os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço não poderiam ser utilizados para abatimento de mensalidades escolares, tampouco para pagamento de mensalidades nas universidades privadas do País, porque isso esvaziaria a Caixa Econômica Federal no que diz respeito a uma função fundamental sua, que é estimular a política habitacional no País. E como pode o Governo pretender que R\$3 bilhões do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço sejam utilizados na aquisição de ações da Petrobras? É preciso explicar melhor essa questão. Se não é possível utilizarem-se recursos do FGTS para algo fun-

damental para o cidadão trabalhador, que é a sua profissionalização através da educação, sob a alegação de que esses recursos são insuficientes, como poderiam ser suficientes para atender à aplicação de R\$3 bilhões em aquisição de ações da Petrobras? Fala-se na pulverização para evitar a centralização dessas ações em mãos de grupos econômicos estrangeiros. Argumento também falacioso. Sabemos que esses acionistas minoritários não resistirão à tentação do lucro quando oferecerem valores superiores àqueles que foram pagos na aquisição dessas ações.

Ainda recentemente, uma empresa telefônica da Espanha veio a São Paulo e ofereceu 40% a mais do valor de mercado para a aquisição de ações da Telcel junto a acionistas minoritários. Evidentemente, essas ações pulverizadas retornarão a um único, grande, poderoso, controlador, provavelmente do exterior. Outra vez, fala-se que os recursos serão destinados para o abatimento da dívida pública brasileira, e sobre essa questão já nos referimos.

A última pergunta fica sem resposta – e é natural que fique sem resposta. Indagamos: Só a extração atual do petróleo, equivalente a 1 milhão e 300 mil barris/dia, implica valores fantásticos. Em dez anos, mais de US\$100 bilhões se arrecada com a extração do petróleo, através da Petrobras. Se considerarmos ainda, como já enfatizado, a tecnologia incorporada, os investimentos em plataforma de exploração, as reservas existentes que são também incalculáveis, qual o valor patrimonial, o de mercado e o de controle acionário da Petrobras?

E a resposta é de que é impossível responder. Não há como, para o Ministério da Fazenda, avaliar o real patrimônio da Petrobras.

Essas respostas foram enviadas pelo Sr. Edward Amadeo, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

Portanto, Sr. Presidente, as próprias informações fornecidas pelo Ministério da Fazenda são argumentos suficientemente fortes para que esta Casa possa aprovar o projeto que proíbe a venda de ações da Petrobras. Esse projeto, relatado pelo competente Senador Saturnino Braga, deverá ser colocado na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos na próxima semana.

O Governo fala em vender ações da Petrobras, mas há aqueles, e nós nos incluímos entre eles, que se preocupam com a possibilidade de estarmos iniciando um processo de privatização camuflada da Petrobras.

Mas não é só essa questão que deve ser motivo da nossa preocupação. É claro que a grande preocupação deve ser com a privatização da Petrobras, mas não apenas isso. Há razões de natureza econômico-financeira que justificam negarmos ao Governo a possibilidade de vender essas ações. E quais seriam essas razões? O próprio Presidente informa que o Brasil será auto-suficiente em petróleo.

O lucro da Petrobras é fantástico. No último trimestre do ano passado, ultrapassou R\$2 bilhões. Essa é uma empresa fadada a obter, num futuro próximo, lucros ainda mais fantásticos, porque economistas europeus já afirmam que não há a possibilidade de redução do preço do petróleo no mundo. A Opep realizou agora um extraordinário esforço pretendendo essa redução. Reduziu parcialmente, mas não o suficiente para que os economistas possam acreditar que o petróleo, no mundo, terá a desvalorização que se poderia imaginar ao vender ações daquela que é a 14ª empresa de petróleo no mundo. Se sabemos que a Petrobras obterá brevemente lucros ainda mais significativos, por que quer o Governo pulverizar esses lucros? Por que quer o Governo distribuir esses lucros? Não seria mais inteligente, da parte do Governo, utilizá-los, aí, sim, para reduzir o impacto da dívida pública sobre a economia do País? Não seria mais adequado, da parte do Governo, utilizar esses recursos em programas capazes de promover a melhoria da qualidade de vida da população brasileira?

Enfim, uma empresa extremamente lucrativa, localizada naquela faixa estratégica de salvaguardas nacionais, não pode ser fragilizada com a venda de ações que impossibilitem cumprir não só um papel de natureza econômica, mas sobretudo, no futuro, um papel preponderante de natureza social.

Pergunto, como perguntou o jornalista Carlos Chagas, em artigo publicado recentemente, alertando para os riscos que corremos com a venda das ações da Petrobras, passo inicial para a privatização da empresa: "Estivesse a Petrobrás em mãos estrangeiras e quem garante que a produção nacional já não estaria reduzida, sob o argumento de ser antieconômica e de que importar sai mais barato do que prospectar, extrair e refinar?"

E Carlos Chagas pergunta: "como essas coisas podem acontecer? Isto é, como existe um grupo capaz de alienar patrimônio público e estratégico sob o pretexto de abater as dívidas externas e públicas? Maracutaias? Comissões sobre as vendas, fluindo naquela zona sombria da corrupção? Porque imagi-

nar serem essas as melhores soluções para o Brasil, não dá".

São perguntas do jornalista Carlos Chagas que devem ser respondidas pelos defensores da venda de ações da Petrobras, o que certamente fragilizará a grande empresa que temos, patrimônio emblemático do povo brasileiro, que tem que ser preservada a qualquer custo.

Não bastasse a privatização das nossas empresas de energia elétrica, que se constituem também em salvaguardas estratégicas do nosso País, vender ações da Petrobras significa caminhar para, sem dúvida, um desfiladeiro de equívocos que comprometerão o Governo de forma definitiva.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB - PB) - V. Exª me permite um aparte?

O SR. ÁLVARO DIAS (PSDB - PR) - Pois não, Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB - PB) - O projeto de V. Exª já está na Comissão de Assuntos Econômicos, onde foi distribuído para o Senador Roberto Saturnino, que deverá relatá-lo nas próximas semanas. Eu, apesar de ser privatista, creio que, neste caso específico, V. Exª está indo na direção certa, porque essa é realmente uma empresa que triplicou o seu volume depois que houve a concorrência com as demais. E, se triplicou o volume, imagine se tivéssemos vendido antes! Teríamos perdido duas vezes esse valor. E quantas vezes mais vai crescer? Então, é esse raciocínio que me leva a acreditar que V. Exª está indo no caminho certo.

O SR. ÁLVARO DIAS (PSDB - PR) - Muito obrigado, Senador Ney Suassuna. Esperamos contar com o apoio da sua liderança na Comissão de Assuntos Econômicos para que realmente esse projeto seja aprovado de forma terminativa no Senado.

Apenas neste ano, Senador, a Petrobrás crescerá 15%. Já responde hoje por 72%, não 70%, do consumo do País. Crescendo 15%, estaremos, já neste ano, muito próximos da auto-suficiência, e brevemente, ao invés de importarmos petróleo, estaremos exportando, aumentando substancialmente os lucros de uma empresa já lucrativa. Portanto, será um crime contra a economia nacional a pulverização desses lucros de forma dramaticamente desnecessária.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Álvaro Dias, o Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, por permuta com o Senador Sérgio Machado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, era previsível a tranquilidade, a serenidade desta sessão, depois da de ontem, que não me lembro se não bateu o recorde de presença neste plenário. É verdade que, no tempo do Brossard e do Passarinho, naqueles debates em que o Brossard defendia as teses do MDB, em defesa da democracia, e o Passarinho, brilhante, homem muito digno, fazia um esforço para mostrar os caminhos da abertura.

Quando se dizia que Brossard ia falar, a Câmara chegou, algumas vezes, a suspender a reunião. E lotava o plenário - não havia a **TV Senado** àquela altura -, lotava a frente do plenário do Senado, para ouvir o debate espetacular entre Brossard e Passarinho. Debate duro. Brossard mostrando os casos de tortura, de violência, de cassação, e Passarinho explicando ou tentando, com grande brilhantismo, explicar que era um caminho em marcha que tinha que chegar a um resultado e que na história das revoluções do mundo, nenhuma terminou sem, inclusive a francesa - quem criou a guilhotina acabou morrendo nela.

Ontem foi um dia assim, de presença total. Ontem, foi um dia assim, com um fato mais grave: é que a **TV Senado** é hoje uma grande realidade. Fico impressionado, andando pelo interior do Brasil inteiro, com o alcance da **TV Senado**. Fico emocionado. Isso é uma prova contra aqueles que dizem: não! O povo gosta é de programa de show, é de apelação, de novela, de não sei o quê. É impressionante o número de pessoas que assistem à **TV Senado**!

E ontem foi tomada uma decisão muito importante, no gabinete do Presidente Antonio Carlos, pela Mesa do Senado e pelo ilustre Ministro das Comunicações, Deputado Pimenta da Veiga: vamos entrar no canal comum. Não será só por assinatura. Não apenas o cidadão que tem R\$80 para assinar a NET ou coisa que o valha poderá assistir à **TV Senado**. Haverá um canal aberto em UHF e, dessa forma, o povo, a gente simples, poderá ouvir a **TV Senado**. Isso é importante porque não teremos mais de nos submeter às notícias dos jornais escritos ou falados, que expressam a interpretação do órgão de comunicação que os produz.

Conheço pessoas, inclusive moradores de Brasília, que dizem fazer questão de assistir às nossas sessões porque querem viver e saber como é uma sessão do Senado. Essas pessoas ligam a televisão às 14h e 30 min e só a desligam quando termina a

nossa sessão. O fato mais grave e importante da reunião de ontem é que ela foi acompanhada.

Falei para vários rádios hoje pela manhã. Tentei fugir, não consegui. O comentarista político da **CBN**, por exemplo, dizia que estava desde às 6 horas da manhã recebendo telefonemas de todo o Brasil a respeito da reunião de ontem. Ele dizia que o que mais tinha chamado a sua atenção e que o estava preocupando - perguntava a minha opinião - era o que diziam os radiouvintes: se o Senado Federal, que é a Casa mais importante do Brasil, tem uma sessão como a de ontem, envolvendo o Presidente do Congresso e Presidente do Senado e o Líder e Presidente do maior partido, com um debate daquele jeito, como vão ser, a partir de amanhã, os debates nas câmaras de vereadores e nas assembleias legislativas? O tom foi dado. Se o debate é naquele sentido, o que vai acontecer?

Venho a esta tribuna com muito senso de responsabilidade. Venho a esta tribuna sabendo que esta seria uma reunião singela, mas sabendo da repercussão que desejo tenha o meu pronunciamento. Acho que podemos interpretar o que aconteceu ontem aqui sob dois ângulos. Não tenho dúvida de que ontem foi o clímax de um debate nesse estilo na história do Parlamento. Eu duvido de que, do Império até ontem, tenha tido o Senado uma sessão igual àquela. Ela foi inédita. Tendo sido inédita, atingindo o clímax da tensão, do debate, da discussão, da argumentação negativa, eu acho que nós temos obrigação de parar para pensar.

Será que a sessão de ontem, como diz o comentarista político da **CBN**, vai ser um sinal de abertura, no sentido de que esse seja o tom levado para as câmaras de vereadores e para as assembleias legislativas?

Eu estava inscrito para falar ontem e me neguei a falar. Ontem, todos nós, minha querida Senadora Heloisa Helena, estávamos emocionados, estávamos tensos e fomos falar em cima dos acontecimentos. Eu preferi ir para casa, dormir e ver a repercussão - por casualidade, terminei, à minha revelia, falando em rádios e comentando, e soube por essas rádios a reação da sociedade -, para vir hoje falar o que estou falando.

Repito, o comentarista político da **CBN** diz que a interpretação pelo interior - falaram vereadores, deputados e lideranças municipais de vários lugares do Brasil - referia-se à sessão de ontem como um momento dramático e cruel. Se na mais alta Casa, com os mais ilustres parlamentares - desculpem-me os demais Líderes -, foi assim, estão abertas as compor-

tas para que assim seja a cópia que se terá pelo resto do Brasil.

Eu penso diferente.

O Vice-Presidente da Casa e os Líderes de Bancada farão uma análise - e têm obrigação de fazê-la - sobre o que deverá ser feito ou não com a prova e com o pedido do Sr. Antonio Carlos, que entregou a sua declaração de bens pedindo a abertura de suas contas. O Líder do meu Partido, Sr. Jader Barbalho, também fez chegar à Mesa a sua declaração de bens pedindo a abertura de suas contas. Essas questões deverão ser debatidas, e não sou eu, no Senado, Pedro Simon, que vai vir à tribuna para dizer o que deve ou não ser feito, como vai ser feito ou não. Estou aqui para dizer o seguinte: ontem nós atingimos o clímax, mas se V. Ex^{as} repararem, qual foi o clímax? Cada um dos oradores - diga-se de passagem, brilhantes - pegou uma montanha de recortes, alguns sobre fatos que têm mais de 20 anos, que envolvem isso, que dizem aquilo, aqui e acolá, e não sei mais o quê, e que não aconteceu nada.

Eu posso vir a esta tribuna, como vieram o Sr. Antonio Carlos e o Sr. Jader Barbalho, e trazer uma montanha igual de recortes dos fatos mais graves que ocorreram neste País e cobrar. Qual é o Senador que está me ouvindo e que não pode fazer o mesmo? Em Alagoas, da nobre Líder Heloisa Helena; no Espírito Santo, do nobre Líder do PPS; quem não pode trazer uma montanha de fatos do seu Estado, Senador Álvaro Dias, do meu Estado, envolvida há quanto tempo em um debate e em uma discussão que não pára mais? Por que isso?

Atrevo-me a dizer daqui, porque este é o País da impunidade! Porque este é o País em que não acontece nada! Porque este é o País que as manchetes, as mais escandalosas de hoje, esquecemos amanhã! Porque este é um País em que não se cobra! Porque este é um País em que não importa ser ou não honesto, porque é a mesma coisa!

Diria que, mais do que nós, ontem, quem deveria ler os pronunciamentos feitos era o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República, o Poder Judiciário, porque, na verdade, neste País, campeão mundial da miséria e da impunidade, apenas um Poder faz a sua parte: o Congresso Nacional.

Cassamos o mandato do Presidente; provamos as roubalheiras e as bandalheiras do Sr. PC Farias e companhia; o Procurador-Geral, dizem, mandou um inquérito ridículo envolvendo o Sr. Collor e o Supremo, na minha opinião, ao invés de pedir para o Procu-

rador-Geral fazer diligências e melhorá-lo, absolveu por falta de provas e mais nada.

Quando mataram o Sr. PC Farias e a namorada dele, vim na mesma hora a esta tribuna, dirigi-me ao meu amigo Ministro Nelson Jobim e disse: Ministro, mande imediatamente tropas para Alagoas, mande imediatamente uma equipe de procuradores, juizes, porque não há clima em Alagoas para que as providências sejam tomadas. Eu, com meus os 200 jûris, com minha experiência de advogado de júri, disse que foi queima de arquivo; disse, aqui desta tribuna, que foi queima de arquivo, mas deixaram para a polícia de Alagoas e a polícia queimou tudo. Queimaram o colchão, as roupas, queimaram todas as provas e chegaram à conclusão "maluca" de que foi um crime passionai. Aquela senhora, com amor, com uma paixão fantástica, igual a de Romeu e Julieta, matou o Sr. PC Farias e depois se suicidou. É grosseiro, é vulgar, mas isso aconteceu.

Cassamos dez parlamentares, com provas e mais provas comprovadas de corrupção no Orçamento e não aconteceu nada com ninguém.

A CPI dos Precatórios provou e comprovou, com provas irrefutáveis, pegou governador, prefeito, secretário, Bradesco. E acontecia aquilo que o Roberto Requião costumava falar: a "cadeia da felicidade", que só existia porque lá atrás estava o Bradesco garantindo. Mas nada aconteceu. Não aconteceu nada, ninguém foi denunciado.

A Câmara dos Deputados, com o Nelson Marchezan na CPI dos Medicamentos, está fazendo um trabalho que considero fantástico; estou até com inveja, porque gostaria de estar lá. Essa CPI está verificando o crime organizado, está fazendo mais do que a polícia, do que os promotores e a Justiça nos últimos 10 anos.

O único Poder que está fazendo alguma coisa para apurar somos nós. Só que existe uma questão: a CPI dá em "pizza". A CPI não dá em nada e a imprensa é cruel, porque sabe que não está dizendo a verdade. A imprensa sabe que essa versão não é correta, mas a repete. E cansamos de dizer: a CPI do Judiciário não deu em pizza, a CPI do Sistema Financeiro não deu em pizza. Em qualquer outro lugar do mundo, se mostrássemos a prova do Sr. Chico Lopes, aquele ofício em sua mão, dizendo que US\$1,6 milhão estão depositados no exterior em seu nome, em qualquer lugar, a Procuradoria já teria denunciado e ele estaria com a prisão preventiva decretada. No Brasil, não aconteceu nada. Ele voltou a negociar e está indo muito bem obrigado, graças a Deus.

A impressão da opinião pública é que as CPIs acabam em pizza. E por que isso? Porque há o primeiro impacto de uma CPI, a imprensa toma conta das informações, publicando-as diariamente, a toda hora, a todo momento, chega-se à uma conclusão, publica-se o relatório e ele cai no esquecimento. Por quê? Porque cai na gaveta do procurador. E se, por milagre, consegue sair da gaveta do procurador, cai na gaveta do Judiciário e não acontece nada. Isto com CPI!

Há um projeto nosso determinando que conclusão de CPI tem que ir para a mesa do procurador, para mesa do juiz, para mesa do tribunal e ser o primeiro caso a ser julgado. Mas podem dizer: mas o supremo tem 1.500 processos! Que se danem os 1.500 processos. O primeiro é decisão da CPI. O procurador tem 3.000 processos! Que se danem os 3.000 processos. O primeiro é conclusão da CPI. E por quê? Porque a CPI empolgou a Nação, porque a CPI é um outro poder que debateu, analisou, concluiu e apresentou as provas e não pode ficar na gaveta.

Se isso acontece com a CPI, o que acontece com o resto? Vamos tomar como exemplo o Rio de Janeiro. Meu Deus! Aquele cidadão que apresentou as provas e denúncias contra a polícia e, como não foram aceitas, foi demitido pelo governador, tem dito coisas incomensuráveis. É incomensurável o que ele tem dito e não vejo nada: não vejo procurador, não vejo promotor, não vejo nada. Não vejo nada, como não vi nada no governo do Sr. Paulo Maluf, como não vi nada no governo do Rio Grande do Sul, no governo de São Paulo, em qualquer área, em qualquer denúncia. E volto a repetir: além das 200 denúncias do Sr. Antonio Carlos Magalhães e das 200 do Sr. Jader Barbalho, trago 500, cada um de nós traz mais 500 fatos mais graves e nada acontece. Desapareceram as provas do Banco Nacional no Banco Central. Simplesmente desapareceram as provas nas vésperas de vencer o prazo. Se, dentro de alguns dias, não for feita a denúncia, o caso morre, desaparece.

Sr. Presidente, pelo amor de Deus! O que há de manchete, de escândalo todos os dias e não acontece nada! Isso não pode continuar. E não como culpar o Congresso Nacional. Estamos indo além das nossas obrigações, porque a CPI está preenchendo um papel que não é dela. A Operação Mãos Limpas, que pôs na cadeia ministro, Presidente da Fiat, empresário, presidente de banco na Itália, foi coordenada pelos procuradores e pela Justiça. Muitos deputados foram para a cadeia, mas não foi o Congresso Nacional. É a Justiça que faz isso. Em qualquer lugar do

mundo, o papel de fiscalizar, autuar, moralizar, fazer é da Justiça.

O que aconteceu ontem deveria nos levar a uma profunda reflexão. Independente do fato, que não me parece o mais importante, pois o mais importante é a situação em si, o que aconteceu ontem faz com que nós, Congressistas, tenhamos que fazer uma reunião e estabelecer uma fórmula através da qual vamos acabar com a impunidade neste País. A imprensa publica: o Pedro Simon é ladrão. Vamos abrir um inquérito para ver se o Pedro Simon é ladrão. É ladrão? Sim. Está provado que é ladrão. Não é ladrão? Não. Se está provado que não é ladrão, o jornal terá que dar o mesmo espaço para fazer essa declaração. Aí termina a história. E nenhum Senador buscará, 20 anos depois, provas do que não aconteceu.

Outro dia, disse para um Parlamentar que estava sendo alvo da imprensa, que era preciso tomar alguma satisfação sobre aquelas acusações. S. Ex^a disse-me: "Não tenho que fazer nada". Perguntei-lhe: "Como, você não fará nada?" S. Ex^a respondeu-me: "Eu tenho que submergir, tenho que desaparecer, porque sou a bola da vez. Vou levar pancada, mas, daqui a quinze dias, aparecerá outro escândalo e ninguém se lembrar mais de mim". Essa é a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães. Faz soar a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB - RS) – Estou encerrando, Sr. Presidente. Peço desculpas, mas encerrarei a seguir, com o maior prazer.

A verdade é que o escândalo de hoje faz com que esqueçam o de ontem. E, num País sem memória, todos se despreocupam.

A grande conclusão de ontem é que devíamos sentar à mesa e discutir a grande caminhada contra a impunidade, para que não continuem a ser publicadas manchetes nos jornais sem a devida comprovação. A defesa do cidadão é publicada na seção Carta ao Leitor em três linhas: "O Sr. João da Silva responde que não é verdade o que foi dito". E fica por isso mesmo. E nós não temos muita autoridade, porque eles dizem e nós não podemos provar o contrário. Para mim, a lição de ontem é a de que devemos nos reunir e estabelecer uma fórmula por meio da qual entremos pra valer na luta contra a impunidade.

Eu tenho opinião formada, Exm^o Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Exm^o Sr. Procurador-Geral da República, de que uma das grandes responsáveis pelo que ocorreu ontem é a Justiça. É ela que não cumpriu o seu papel de apurar as denúncias. E, se ela não apura porque o processo judicial está cheio de melindres, alterações, modificações que im-

plicam no seu não funcionamento, até agora, não recebi, por parte do Judiciário, nada que dissesse que tem que mudar ou alterar isso ou aquilo para que a Justiça funcione melhor.

Essa, Sr. Presidente, é a lição que tirei da reunião de ontem.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Antes de passar à Ordem do Dia, quero declarar que não ouvi a totalidade do discurso do Senador Pedro Simon. Entretanto, quanto à parte que ouvi, a Presidência concorda inteiramente. Penso que se deve fazer algo mais importante em legislação sobre a impunidade e que cabe a nós fazer isso.

Quero adiantar que, como Presidente, não estou participando da reunião da Mesa hoje, mas que, na minha opinião, todos os assuntos tratados devem ser remetidos ao Ministério Público. Mesmo que este não tome providências, poderemos cobrá-las. Os assuntos devem ser tratados no Conselho de Ética, se for o caso, mas principalmente no Ministério Público.

Desse modo, concordo com a parte que ouvi do discurso do Senador Pedro Simon; desconheço a primeira parte e, por isso, não posso com ela concordar ou dela discordar. A proposta de S. Exª é importante para o Congresso Nacional.

A Presidência comunica também que o Ministro Waldeck Ornelas estará, às 15h, na Comissão do Salário Mínimo. Vale a pena dar essa informação, porque se trata de um assunto importante. Parlamentares de todos os partidos têm interesse em participar da reunião. A reunião se realizará às 15h e não às 16h ou 17h, como andou sendo propalado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Tião Viana.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 170, DE 2000

Senhor Presidente,

Solicito, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216 do Regimento Interno, que se requirite do Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça informações a cerca da ação policial movida no dia 14 de março, na cidade de Minei-

ros, onde policiais da Polícia Militar de Goiás invadiram violentamente a residência da senhora Maria Rezende Vilela, pela Polícia Militar de Goiás.

Justificação

Tratando-se de denúncia onde os direitos individuais foram agredidos de forma brutal em fatos ocorridos no dia 14 de março do presente ano, na cidade de Mineiros - GO, onde policiais fortemente armados invadiram a casa de uma senhora de família – Senhora Maria Rezende Vilela, sob pretexto de procurar propaganda eleitoral de seu filho José Sávio Vilela, reviraram toda a casa, arrastando móveis, e armários causando à moradora toda espécie de humilhação e desrespeito à sua pessoa.

Como ameaça ao processo democrático, vejo-me na obrigação de solicitar ao Senado Federal que cumpra seu papel de fiscalizar os atos do Poder Executivo, invocado no artigo 49 da Constituição Federal, bem como receber reclamações de qualquer pessoa contra ato ou omissões das autoridades ou entidades públicas, conforme artigo 58 da Carta Magna, solicitando ao Ministério da Justiça informações necessárias para que se possa proceder às providências cabíveis, por este parlamentar, no âmbito do Senado Federal.

Sala das Sessões, 6 de abril de 2000. – Senador **Maguito Vilela**.

(À Mesa, para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Tião Viana.

São lidos os seguintes:

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição à indicação dessa Presidência, os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP Nº 1.933-10

Publicação DOU: 4-2-00

Assunto: Dispõe sobre os reajustes do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de maio de 1999 e os benefícios mantidos pela Previdência Social a partir de 1º de junho de 1999.

Titular: Geraldo Melo

Suplente: Luiz Pontes

Brasília, 5 de abril de 2000. – Senador **Sérgio Machado**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição à indicação dessa Presidência os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória:

MP Nº: 1.935-11

Publicação DOU: 4-2-00

Assunto: Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República, crédito extraordinário no valor de R\$120.142.089,00, para os fins que especifica.

Titular: Lúcio Alcântara

Suplente: Antero Paes

Brasília, 5 de abril de 2000. – Senador **Sérgio Machado**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória: em substituição.

MP Nº 1.936-43

Publicação DOU: 4-2-00

Assunto: Altera a redação dos arts. 14, 18, 34, 44 e 49 da Lei nº 9.082, de 25-7-95, dos arts. 18, 19, 34, 35 e § 4º do art. 53 da Lei nº 9.293, de 15-7-96, que dispõem, respectivamente, sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para os exercícios de 1996 e 1997.

Titular: Romero Jucá

Suplente: Lúdio Coelho

Brasília, 5 de abril de 2000. – Senador **Sérgio Machado**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória: em substituição.

MP Nº: 1.937-12

Publicação DOU: 4-2-00

Assunto: Altera a redação do § 2º do art. 60 da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 1999.

Titular: Osmar Dias

Suplente: Romero Jucá

Brasília, 5 de abril de 2000. – Senador **Sérgio Machado**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte medida provisória: em substituição.

MP Nº: 1939-25

Publicação DOU: 4-2-00

Assunto: Restaura a vigência da Lei nº 8.989, de 24-2-95, que dispõe sobre a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis destinados ao transporte autônomo de passageiros e ao uso de portadores de deficiência física, e dá outras providências.

Titular: Pedro Piva

Suplente: Osmar Dias

Brasília, 5 de abril de 2000. – Senador **Sérgio Machado**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte medida provisória: em substituição.

MP Nº: 1.949-20

Publicação DOU: 4-2-00

Assunto: Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

Titular: Geraldo Melo

Suplente: Lúdio Coelho

Brasília, 5 de abril de 2000. – Senador **Sérgio Machado**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional

Indico, em substituição à designação desta Presidência os senadores do PSDB que comporão a comissão especial mista destinada a apreciar a seguinte medida provisória:

MP Nº 1.950-60

Publicação DOU: 4-2-00

Assunto: Dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências.

Titular: Lúcio Alcântara

Suplente: Osmar Dias

Brasília, 5 de abril de 2000. – Senador **Sérgio Machado**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição à designação desta presidência os senadores do PSDB que comporão a comissão especial mista destinada a apreciar a seguinte medida provisória:

MP Nº 1.951-22

Publicação DOU: 4-2-00

Assunto: Dispõe sobre a adoção de medidas relacionadas com o Sistema Financeiro da Habitação – SFH, altera as Leis nº 4.830, de 21 de agosto de 1964, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.692, de 28 de julho de 1993, e dá outras providências.

Titular: Luiz Pontes

Suplente: Geraldo Lessa

Brasília, 5 de abril de 2000. – Senador **Sérgio Machado** Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição à designação desta presidência os senadores do PSDB que comporão a comissão especial mista destinada a apreciar a seguinte medida provisória:

MP Nº 1.954-23

Publicação DOU: 4-2-00

Assunto: Institui o Programa Especial de Financiamento para o combate aos efeitos da estiagem na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, e dá outras providências.

Titular: Geraldo Lessa

Suplente: Luiz Pontes

Brasília 5 de abril de 2000. – Senador **Sérgio Machado**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição à designação desta presidência, os senadores do PSDB que comporão a comissão especial mista destinada a apreciar a seguinte medida provisória:

MP Nº 1.960-58

Publicação DOU: 4-2-00

Assunto: Altera a legislação referente ao Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM e ao Fundo da Marinha Mercante – FMM, e dá outras providências.

Titular: Alvaro Dias

Suplente: Luzia Toledo

Brasília, 5 de abril de 2000. – Senador **Sérgio Machado**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória; em substituição.

MP Nº 1.961-19

Publicação DOU: 4-2-00

Assunto: Dispõe sobre o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária – RECOOP, autoriza a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP, e dá outras providências.

Titular: Lúdio Coelho

Suplente: Osmar Dias

Brasília, 5 de abril de 2000. – Senador **Sérgio Machado**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição à designação desta Presidência os senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte medida provisória:

MP Nº: 1.963-15

Publicação DOU: 4-2-00

Assunto: Dispõe sobre a administração dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, consolida e atualiza a legislação pertinente ao assunto e dá outras providências.

Titular: Osmar Dias

Suplente: Antero de Barros

Brasília, 5 de abril de 2000. – Senador **Sérgio Machado**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição à indicação dessa presidência os senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte medida provisória:

MP Nº 1.969-13

Publicação DOU: 4-2-00

Assunto: Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios.

Titular: Romero Jucá

Suplente: Álvaro Dias

Brasília, 5 de abril de 2000. – Senador **Sérgio Machado**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, em substituição à designação desta Presidência os senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte medida provisória:

MP Nº: 1.979-15

Publicação DOU: 1-2-00

Assunto: Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, e dá outras providências.

Titular: Artur da Távola

Suplente: Luzia Toledo

Brasília, 5 de abril de 2000. – Senador **Sérgio Machado**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, os senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte medida provisória:

Em substituição.

MP Nº 1.983-47

Publicação DOU: 10-2-00

Assunto: Estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras e dá outras providências.

Titular: Alvaro Dias

Suplente: Lúdio Coelho

Brasília, 5 de abril de 2000. – Senador **Sérgio Machado**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico, os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte medida provisória:

Em substituição.

MP Nº 1.995-75

Publicação DOU: 10-2-00

Assunto: Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal e de Controle Interno do Poder Executivo e dá outras providências.

Titular: Luzia Toledo

Suplente: Geraldo Lessa

Brasília, 5 de abril de 2000. – Senador **Sérgio Machado**, Líder do PSDB.

Sr. Presidente do Congresso Nacional

Indico, os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória: em substituição.

MP Nº 1.998-62

Publicação DOU: 11-2-00

Assunto: Dá nova redação aos arts. 6º e 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990 e acresce dispositivo à Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996.

Titular: Pedro Piva

Suplente: Lúdio Coelho

Brasília, 5 de abril de 2000. – Senador **Sérgio Machado**, Líder do PSDB

Sr. Presidente do Congresso Nacional,

Indico os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória: em substituição.

MP Nº 2.010-28

Publicação DOU: 29-1-00

Assunto: Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 9.530, de 10-12-97.

Titular: Álvaro Dias

Suplente: Pedro Piva

Brasília, 5 de abril de 2000. – Sendaor **Sérgio Machado**, Líder do PSDB

Sr. Presidente do Congresso Nacional

Indico os Senadores do PSDB que comporão a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a seguinte Medida Provisória: em substituição.

MP Nº 2.020

Publicação DOU: 27-3-00

Assunto: Institui a Gratificação de Incentivo à Docência e dá outras providências.

Titular: Artur da Távola

Suplente: Lúcio Alcântara

Brasília, 5 de abril de 2000. – Senador **Sérgio Machado**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 96, de 2000 (nº 448/2000, na origem), de 4 do corrente, pela qual o Presidente da República solicita, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, autorização para que seja contratada operação de crédito externo, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor equivalente a até quinhentos e cinco milhões e sessenta mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, na modalidade de ajuste setorial – Reforma Fiscal e Administrativa (Fiscal and Administrative Reform Special Adjustment Loan).

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o Aviso nº 47, de 2000 (nº 1.319/2000, na origem), de 31 de março último, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 136 e da Decisão nº 56, ambos de 2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que os fundamentam, sobre auditoria realizada no Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO (TC- 017.206/96-0).

O expediente vai à Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O Senhor Presidente da República adotou, em 3 de abril de 2000, publicou no dia 4 e retificou no dia 5 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 2.021**, que "Acresce dispositivos ao Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, para dispor sobre o financiamento a projetos de implantação e recuperação de infra-estrutura de pesquisa nas instituições

públicas de ensino superior e de pesquisa, e dá outras providências”.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
PFL	
Djalma Bessa	Mozarildo Cavalcanti
Maria do Carmo Alves	Romeu Tuma
PMDB	
Jader Barbalho	Iris Rezende
José Alencar	Amir Lando
PSDB	
Sergio Machado	Osmar Dias
Bloco Oposição (PT/PDT)	
Heloisa Helena	Jefferson Peres
PPB	
Leomar Quintanilha	Erandes Amorim

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
Bloco (PSDB/PTB)	
Aécio Neves	Arnaldo Madeira
Roberto Jefferson	Jutahy Junior
Bloco (PMDB/PST/PTN)	
Geddel Vieira Lima	Milton Monti
Cezar Schlimer	Fernando Diniz
PFL	
Kátia Abreu	Exedito Júnior
PT	
Aloizio Mercadante	Arlindo Chinaglia
PPB	
Odelmo Leão	Gerson Peres

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 6-4-2000 – designação da Comissão Mista

Dia 7-4-2000 – instalação da Comissão Mista

Até 9-4-2000 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 18-4-2000 – prazo final da Comissão Mista

Até 3-5-2000 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Primeiro dia de discussão, em 2º turno, da **Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 1999** (nº 407/96, na Câmara dos Deputados), tendo como primeiro signatário o Deputado Luciano Castro, que altera a redação do artigo 100 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (precatórios), tendo

Parecer sob nº 295, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, oferecendo a redação para o segundo turno.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do art. 363 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante três sessões deliberativas ordinárias.

Transcorre, hoje, a primeira sessão de discussão.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a discussão terá prosseguimento na próxima sessão deliberativa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 2:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999**, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, que altera os arts. 6º e 7º da Lei 9.069, de 29 de junho de 1995, que dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do real e os critérios para conversão das obrigações para o real, e dá outras providências.

Durante o prazo regimental, não foram oferecidas emendas.

Em discussão o projeto em turno único. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Tião Viana.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 171, DE 2000

Senhor Presidente

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requero a tramitação conjunta dos Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, e nº 26, de 2000, por versarem sobre a participação do Congresso Nacional na aprovação da programação monetária, mediante alteração da Lei nº 9.069, de 1995.

Sala das Sessões, 6 de abril de 2000. — Senador Paulo Hartung.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) — Em votação o requerimento em que se pede a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 685, de 1999 e 26, de 2000.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Tião Viana.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 172, DE 2000

Senhor Presidente,

Requero a audiência da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sobre o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, que "altera os arts. 6º e 7º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do real e os critérios para conversão das obrigações para o real, e dá outras providências".

Justificação

A CPI do Sistema Financeiro concluiu pela necessidade de alterar o relacionamento entre o Conselho Monetário Nacional e o Poder Legislativo, que ocorre por meio da programação e da análise da execução da política monetária, em virtude do seu impacto nas contas públicas.

Considerando a recente tramitação, na CAE, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que tem por objetivo a disciplina das contas públicas, e a atribuição ora existente de aquela Comissão aprovar as programações monetárias trimestrais, seria prudente e de bom alvitre obter o pronunciamento da mesma sobre a re-

dação do projeto em apreço, de forma a atualizá-lo com os ditames daquela lei complementar.

Sala das Sessões, 6 de abril de 2000. — Senador João Alberto Souza.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) — Em votação o requerimento em que se pede audiência da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que tramitava em caráter terminativo, em virtude da decisão que acaba de ser tomada, perde essa condição e passa a tramitar em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, ambos da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) — **Item 3:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 1999** (nº 653/98, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Beira-Mar de São Sebastião Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Sebastião, Estado de São Paulo, tendo*

Parecer favorável, sob nº 580, de 1999, da Comissão de Educação, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, com abstenções da Senadora Heloisa Helena e dos Senadores Pedro Simon e Geraldo Cândido.

Em discussão o projeto em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com a abstenção dos Senadores do PT.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) — Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 1999, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Tião Viana.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 305, DE 2000
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 1999 (nº 653, de 1998, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 1999 (nº 653, de 1998, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Beira-Mar de São Sebastião Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Sebastião, Estado de São Paulo.

Sala de Reuniões da Comissão, 6 de abril de 2000. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Geraldo Melo**, Relator – **Carlos Patrocínio** – **Nabor Júnior**.

ANEXO AO PARECER Nº 305, DE 2000

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2000

Aprova o ato que renova a permissão outorgada a “Rádio Beira-Mar de São Sebastião Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Sebastião, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 828, de 7 de novembro de 1994, que renova, por dez anos, a partir de 10 de agosto de 1991, a permissão outorgada a “Rádio Beira-Mar de São Sebastião Ltda,” para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Sebastião, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 4:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 1999 (nº 679/98, na Câmara dos Deputados)**, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Difusora Ouro Verde Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, tendo

Parecer favorável, sob nº 604, de 1999, da Comissão de Educação, Relator: Senador Álvaro Dias, com abstenções da Senadora Heloísa Helena e dos Senadores Pedro Simon e Geraldo Cândido.

Em discussão o projeto em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com as abstenções dos Senadores do PT.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 1999, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Tião Viana.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 306, DE 2000
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 1999 (nº 679, de 1998, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 1999 (nº 679, de 1998, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Difusora Ouro Verde Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Sala de Reuniões da Comissão, 6 de abril de 2000. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Geraldo Melo**, Relator – **Carlos Patrocínio** – **Nabor Júnior**.

ANEXO AO PARECER Nº 306, DE 2000

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2000

Aprova o ato que renova a permissão outorgada a "Difusora Ouro Verde Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.089, de 16 de dezembro de 1996, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a permissão outorgada a "Difusora Ouro Verde Ltda.", para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Item 5:

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 147, de 1999** (nº 726/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Frutal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 605, de 1999, da Comissão de Educação, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, com abstenções da Senadora Heloisa Helena e dos Senadores Pedro Simon e Geraldo Cândido.

Em discussão o projeto em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 147, de 1999, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Tião Viana.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 307, DE 2000

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 147, de 1999 (nº 726, de 1998, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 147, de 1999 (nº 726, de 1998, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Frutal Ltda para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais.

Sala de Reuniões da Comissão 6 de abril de 2000. – **Antonio Carlos Magalhães** – Presidente – **Geraldo Melo** – Relator – **Carlos Patrocínio** – Nabor Júnior.

ANEXO AO PARECER Nº 307, DE 2000

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, , Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2000

Aprova o ato que renova a concessão da "Sociedade Rádio Frutal Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 13 de outubro de 1997, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da "Sociedade Rádio Frutal Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 6:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 255, de 1999** (nº 159/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Senhor Bom Jesus para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Perdões, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 247, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gilvam Borges, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

Em discussão o projeto em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com as abstenções dos Senadores do PT.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 255, de 1999, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Tião Viana.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 308, DE 2000

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 255, de 1999 (nº 159, de 1999, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 255, de 1999 (nº

159, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Senhor Bom Jesus para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Perdões, Estado de Minas Gerais.

Sala de Reuniões da Comissão 6 de abril de 2000. – **Antonio Carlos Magalhães** – Presidente – **Geraldo Melo** – Relator – **Carlos Patrocínio** – Nabor Júnior.

ANEXO AO PARECER Nº 308, DE 2000.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, _____, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte.

DECRETO LEGISLATIVO Nº _____, DE 2000

Aprova o ato que outorga permissão a “Fundação Senhor Bom Jesus” para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Perdões, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 318, de 21 de dezembro de 1998, que outorga permissão a “Fundação Senhor Bom Jesus” para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Perdões, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 7:**

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 107, de 2000**, de autoria do Senador Bernardo Cabral, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 571 e 602, de 1999-Complementares, por regularem a mesma matéria.

Em votação o requerimento em turno único. (Pausa.)

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os projetos de Lei do Senado nºs 571 e 602, de 1999-Complementares, passam a tramitar em conjunto e retornam à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – **Item 8:**

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 119, de 2000**, de autoria da Senadora Heloísa Helena, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 1997, com o Projeto de Lei do Senado nº 618, de 1999, por regularem a mesma matéria.

Em votação o requerimento em turno único. (Pausa.)

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os projetos de Lei da Câmara nº 77, de 1997 e o Projeto de Lei do Senado nº 618, de 1999, passam a tramitar em conjunto e retornam à Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti para uma comunicação inadiável. S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na terça-feira, fiz uma comunicação sobre certos fatos lamentáveis que estão ocorrendo com os índios de Roraima.

Foram presos sete líderes indígenas naquele Estado, inclusive por requerimento de uma ONG que está a serviço da Funai, que, de maneira admirável, não está “movendo uma palha” para liberar esses índios. É um contra-senso o fato de, a poucos dias do Dia do Índio e dos 500 anos do Descobrimento do Brasil, estar ocorrendo isso exatamente com os índios brasileiros, com os índios do meu Estado.

Estamos, inclusive, impetrando um **habeas corpus**, já que a Funai, que tem obrigação de fazê-lo, não o faz. Lamentamos que hoje a Funai esteja efetivamente sendo comandada por organizações não-governamentais e, mesmo quando se trata dos índios, nesse caso específico, não tome as providências cabíveis.

Naquele dia, comuniquei que 15 lideranças indígenas da região Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima, estavam tentando marcar uma audiência com o Ministro da Justiça para exporem o seu ponto de vista com relação à demarcação daquela reserva indígena. Eles, que representam pelo menos 70% da população indígena daquela região, não concordam com a forma como a Funai quer demarcar aquela área. No entanto, eles não vinham sendo recebidos por S. Ex^a. Mas ontem o Sr. Ministro recebeu a Bancada do Estado e um representante dessas lideranças indígenas e ouviu o outro lado, o contraditório do que fala a Funai. É verdade que o Ministro não prometeu nenhuma solução favorável para este ou para aquele, mas, pelo menos, teve o gesto democrático de ouvir o outro lado da questão e o lado mais importante: a maioria da população indígena daquela região.

Era esse o registro que eu queria fazer, complementando a comunicação que fiz na terça-feira e, ao mesmo tempo, cobrando da Funai uma postura igualitária e equilibrada, em benefício dos índios e não a favor de ONGs que estão dominando totalmente aquele órgão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Sr. Senador Sebastião Rocha, por cinco minutos.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Congresso Nacional aprovou, ainda no ano passado, no dia 12 de agosto de 1999, uma resolução que institui o Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro. Trata-se de uma proposta feita por mim, para que, anualmente, o ex-Senador Darcy Ribeiro possa ser homenageado pelo Congresso Nacional, em função dos relevantes serviços que prestou à Nação brasileira, em especial à causa da Educação nacional. Esse Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro é destinado a agraciar pessoa física ou jurídica que tenha oferecido contribuição relevante para a causa da educação brasileira.

Estou aqui fazendo este pequeno pronunciamento exatamente para divulgar essa resolução do Congresso Nacional, publicada no **Diário do Senado Federal** do dia 13 de agosto de 1999. Portanto, as pessoas ou entidades interessadas podem se manifestar, com o intuito de serem agraciadas com esse importante Diploma de Mérito Educativo.

Mais do que isso, Sr. Presidente, gostaria de pedir que a Mesa adote as providências previstas no art. 3º dessa resolução, ou seja, a apreciação e a escolha

do agraciado. Cabe ao Presidente do Congresso Nacional a indicação de cinco membros – inclusive, S. Exª – para participarem desse Conselho. A indicação deverá ser feita no início de cada Sessão Legislativa. Como já estamos no mês de abril, trago esse assunto à lembrança da Mesa Diretora – não é uma cobrança –, de forma que ela proceda, na pessoa do Presidente Antonio Carlos Magalhães, à nomeação dos integrantes do referido Conselho e tome as providências necessárias para o recebimento das propostas de pessoas a serem homenageadas e para a posterior escolha do homenageado, já que o primeiro prazo para a entrega dos nomes de cada candidato se encerra no dia 31 de agosto deste ano. A data para a entrega do Diploma de Mérito Educativo, que ocorrerá numa sessão do Congresso Nacional convocada para esse fim, é o dia 26 de outubro de cada ano, data natalícia de Darcy Ribeiro.

Essa resolução que está em vigor, como eu disse, tem o objetivo maior de, além de homenagear pessoas que contribuíram para a Educação nacional, incentivar inovações na área da Educação por meio de propostas, projetos e ações concretas. A resolução apenas veda o acesso a esse prêmio aos integrantes dos Poderes Legislativo e Judiciário federais, ao Presidente da República e a Ministros de Estado. Então, até mesmo Prefeitos e Governadores, o Judiciário estadual, empresas, entidades e pessoas físicas que tenham contribuído com trabalhos relevantes em prol da Educação nacional podem apresentar-se, depois logicamente que esse conselho for constituído, para que seja escolhido o vencedor e para que ele seja homenageado com o diploma que recebe o nome desse homem que marcou tanto a vida pública nacional, em especial a educação nacional: o antropólogo, o educador, o político e Senador Darcy Ribeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – A Presidência determina à Secretaria-Geral da Mesa que providencie ofício à Câmara dos Deputados solicitando a indicação dos membros daquela Casa que irão integrar o Conselho a que se refere o art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra a Senadora Heloisa Helena, como Líder.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, solicito a autorização de V. Exª para falar sentada, pois estou com um problema na rótula.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – V. Exª está autorizada.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antes de tratar da Medida Provisória nº 1.939-25, que, supostamente, deveria estabelecer, para aos portadores de deficiência física, a possibilidade de isenção na compra de automóveis com câmbio automático, gostaria de solicitar a atenção desta Casa para os mistérios do Banco Central.

O Senador José Eduardo Dutra foi inclusive levado a apresentar requerimento à Comissão de Assuntos Econômicos para a convocação do Presidente do Banco Central, a fim de que S. Sª possa esclarecer a esta Casa o suposto sumiço de documentos. E, infelizmente, por falta de **quorum** – algo que, muitas vezes, serve para uma coisa e não serve para outra –, o requerimento do Senador foi impedido de vir à Casa.

É de fundamental importância que o Sr. Arminio Fraga venha à Comissão de Assuntos Econômicos para esclarecer determinados mistérios que acontecem no Banco Central, tal como o sumiço de documentos importantíssimos, ocorrido há anos, que foram depois encontrados em uma Vara de Justiça, em Brasília. E foi apresentada à opinião pública a desculpa mais do que esfarrapada de que esses documentos simplesmente sumiram.

O Banco Central não tomou sequer as decisões administrativas de punição que deveriam ter sido tomadas. E, simplesmente, como se não tivesse a obrigação de explicar esses mistérios sujos, os documentos somem e ninguém explica absolutamente nada!

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Permite-me V. Exª um aparte?

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Concedo o aparte a V. Exª.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Senadora Heloisa Helena, realmente o assunto que V. Exª está trazendo à tribuna é muito grave, porque, na melhor das hipóteses, aconteceu uma grande trapalhada no Banco Central, que coloca em cheque a sua própria credibilidade enquanto agente público que tem a função de fiscalizar os bancos. O problema do Banco Nacional iniciou-se com o fato em si. Durante 10 anos, o Banco Nacional maquiou os seus balanços e o Banco Central não descobriu. Depois, isso acabou vindo a público. Agora, ocorre esse fato com o processo. Primeiro, disseram que ele desaparecera – não sei como podem desaparecer quilos e quilos de documentos em uma repartição como o Banco Central. E agora dizem que o processo foi enviado à Justiça em 1998. Não vou nem entrar na polêmica

que questiona se os documentos que estão na Justiça são os originais ou cópias – a julza diz que são cópias e o Banco Central diz que são os originais. Vamos considerar que o Banco Central esteja certo, que isso seja verdade. Como, então, esses documentos saíram do Banco Central – documentos de um processo que poderá concluir por medidas administrativas, a serem tomadas pelo Banco Central, de punição dos controladores do Banco Nacional – e desaparecem em 1998, e só agora sentem a falta deles? No mínimo, esse processo ficou paralisado! O Banco Central não moveu uma palha! Mesmo considerando a hipótese de que o Banco Central esteja certo em suas informações sobre o sumiço, no mínimo esse processo ficou parado durante dois anos, sem ser tocado no Banco Central. Agora há os que alertam que o prazo para as punições administrativas, que são da competência do Banco Central – porque as punições judiciais não correm o risco de prescrever ainda –, prescreveria em junho. Durante dois anos, o Banco Central não tomou nenhuma providência. Apresentamos um requerimento, na terça-feira, à Comissão de Assuntos Econômicos, de convite ao Dr. Armínio Fraga. Foi um requerimento verbal. O Presidente Ney Suassuna, depois, disse que recebeu um telefonema do Presidente Armínio Fraga dizendo que os documentos realmente sumiram, mas que o Senado podia ficar tranquilo. E eu respondi: “Eu não me satisfaço com essa informação.” Tentei, então, aprovar o requerimento no fim da reunião. O Líder do Governo disse que o apoiaria. Só que não havia **quorum**. Normalmente quem pede verificação de **quorum** é alguém que está no plenário. Como era um tema consensual, havia **quorum** no livro e já haviam sido votadas as matérias, poder-se-ia perfeitamente fazer uma votação por processo simbólico, já que o Líder do Governo disse que concordava. E teria sido aprovado o requerimento. Não foi aprovado, segundo alegaram, por falta de **quorum**. Na reunião de quarta-feira não pudemos estar presente, porque estávamos no Conselho de Ética. O fato é que por uma semana já essa trapalhada está na imprensa e a Comissão de Assuntos Econômicos não tomou nenhuma providência. O ideal seria até que, independentemente de convocação, na próxima terça-feira, o Dr. Armínio Fraga já estivesse presente na Comissão, pois o Presidente Ney Suassuna tem poder para ligar para ele e dizer: “Não dá para esperar um requerimento. V. S^a tem que vir aqui justificar isso.” Espero que isso aconteça. O ideal seria realmente que, já na terça-feira, o Presidente do Banco Central, Dr. Armínio Fraga, comparecesse à CAE para explicar e para prestar satisfação desse im-

bróglio ao Senado. Se isso não acontecer, nós iremos reapresentar o requerimento de convite a S. S^a. Muito obrigado a V. Ex^a.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Agradeço a V. Ex^a o aparte e compartilho das suas preocupações, Senador.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o que me traz à tribuna hoje é a Medida Provisória nº 1.939-25, que foi reeditada na sexta-feira.

É claro que todos nós compartilhamos de uma gigantesca preocupação com o abuso na utilização das medidas provisórias. O Presidente da República, quando era Senador de fato, dizia sempre, em artigos, que o Executivo abusava da paciência e da inteligência do País quando insistia em editar medidas provisórias, sob vários pretextos. Infelizmente, agora que é só Senador virtual, Sua Excelência continua abusando das medidas provisórias.

Tivemos oportunidade, no início do mês de março, Senador Tião Viana, à luz da medida provisória que tinha sido apresentada pelo Presidente da República para possibilitar isenção para os portadores de deficiência física na compra de automóveis, de denunciar aqui que, infelizmente, Sua Excelência, para surpresa e indignação de todos nós, tinha estabelecido a isenção apenas para os automóveis movidos a combustível renovável. E para surpresa de todos nós e para indignação – e com razão – dos deficientes físicos, a indústria automobilística que produz automóveis a álcool não fabrica automóveis com câmbio automático. Portanto, o Presidente da República, além de abusar da edição de medidas provisórias, usa de demagogia para se relacionar com os deficientes físicos.

Nós já encaminhamos pedido de informação ao Sr. Ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo sobre a produção de veículos movidos a combustíveis renováveis no País, como também ao Sr. Ministro da Justiça sobre a lei, que, efetivamente, prejudica os portadores de deficiência física, e apresentamos emendas à medida provisória que trata do assunto.

Portanto, fica o nosso apelo para que esta Casa imponha ou uma modificação da medida provisória, ou uma modificação por meio das emendas que apresentamos, para possibilitar aos portadores de deficiência física ter acesso à isenção, que inclusive é estabelecida por lei, na compra de automóveis com câmbio automático.

Sei que o Presidente da República não tem sensibilidade com coisa alguma, neste País, sei que o Congresso Nacional, infelizmente, não tem estabelecido o que manda a Constituição, que é fiscalizar os

atos do Poder Executivo, mas esse tipo de medida é uma aberração! É uma aberração!

Como se estabelece isenção para os deficientes físicos comprarem automóveis de combustível renovável, se a indústria automobilística não produz esses veículos com o câmbio automático que lhes possibilita dirigi-los? Espero que possamos fazer alguma coisa em relação a isso.

Eu tinha feito um protesto, no mês passado, solicitando providências ao Ministro da Justiça e ao Ministro da Indústria e do Comércio para o cumprimento de uma lei que já existe, mas, infelizmente, nada foi feito e, na sexta-feira, foi reeditada, vergonhosamente, a medida provisória! Fazem uma medida provisória com o sentido demagógico de dizerem que será dada isenção para a compra de automóveis aos deficientes físicos, mas, no Brasil, a indústria automobilística que trata do combustível renovável não produz automóveis com câmbio automático!

Portanto, fica o nosso protesto e a nossa solicitação. Apresentei as emendas à medida provisória para possibilitar que a lei seja cumprida e, portanto, que os deficientes físicos tenham isenção na compra de automóveis, especialmente na compra de automóveis a gasolina.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Althoff.

O SR. GERALDO ALTHOFF (PFL – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, até mais ou menos meia hora, estava sentado, nas nossas galerias, um grupo de crianças, e pude observar nos Srs. Senadores que conseguiram identificar as suas presenças o sentimento de satisfação e de alegria por tê-las, naquele momento, conosco.

Volto a esta tribuna para fazer um pronunciamento sobre um assunto que me causa um pouco de indignação e um sentimento de aflição: o tratamento dispensado ao jovem, à criança e ao adolescente por todo o País, em face do aumento da criminalidade, não poupando qualquer região, quer sejam as regiões mais desenvolvidas ou mesmo as mais distantes, e as desprovidas de infra-estrutura. Não me refiro, neste momento, somente ao menor infrator, mas também ao menor vítima de crimes de todos os tipos, desde os crimes contra pessoas, o tráfico de substâncias entorpecentes, como também da violência sexual, entre tantos outros.

Graças ao Estatuto da Criança e do Adolescente, uma lei moderna que, neste ano, completa dez anos de existência, há proteção legal para os menores vítimas de crimes e também se punem as crianças e os adolescentes quando autores de atos infracionais. Mesmo, assim, é crescente o avanço da criminalidade entre os jovens. Parto deste princípio para comentar um dado significativo: é grande a participação de menores em atos infracionais – lembrando que este é o nome dado ao ato delituoso cometido por menor de 18 anos de idade. O aumento crescente da criminalidade entre os jovens os transforma de infratores em vítimas, e de vítimas, em infratores. Infratores que se tornam vítimas em instituições que demonstraram sua precariedade ou que caíram no desamparo de suas famílias, e de vítimas da miséria passam a praticar pequenos delitos para manter a sua sobrevivência.

O jornal **Folha de S. Paulo** do dia 1º de fevereiro deste ano trouxe uma estatística que nos chamou a atenção: “Na faixa de 15 a 19 anos, os homicídios na cidade do Rio de Janeiro saltaram de 13,16% do total, em 1980, para 17,62%, em 1995.” Uma das explicações para esse retrocesso está nessa reportagem, que relata: “No Rio, fica muito clara a influência do crime organizado nessa estatística. Os jovens estão sendo cooptados pelo tráfico cada vez mais cedo”.

O tratamento dispensado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, mesmo que de maneira grosseira possamos analisar como crime, busca diferenciar o menor infrator do maior de 18 anos, a quem, por consequência, está-se pressupondo um desenvolvimento psíquico completo. Muito embora o **modus operandi** possa parecer o mesmo de um crime o que se buscou foi dar um tratamento desigual, processual e finalisticamente falando, entre aqueles com idade superior a 18 anos, que respondem por crime, e os adolescentes que respondem por ato infracional. Ao ato infracional se buscou asseverar a falta da consciência da conduta delituosa daquele com idade abaixo dos 18 anos, ao qual se atribui o desenvolvimento psicológico incompleto e, portanto, incapaz de compreender a ilicitude de suas ações.

Poderíamos dizer, então, que a intenção do legislador se depara, no momento, com a triste realidade do combate ao crescimento da criminalidade e esbarra na dificuldade do Estado de prover oportunidades de desenvolvimento saudável aos seus menores.

Chego até este ponto para dizer que muito tem-se discutido em torno da redução da idade penal para 16 anos, como se a lei, por si só, fosse capaz de alterar a realidade. Nosso sistema prisional não re-

presente, infelizmente, a possibilidade de reintegração do indivíduo à sociedade, haja vista o número alto de reincidentes. Buscamos, por um lado, penas alternativas e, justo neste momento, pensamos em aumentar o número de pessoas abrangidas pela lei penal, representa, para mim, um retrocesso em matéria de criminologia.

Mesmo que com gravidade, os delitos, ou melhor, os atos infracionais, noticiados quase todos os dias, nunca representam a maioria dos jovens, não representam aqueles que ainda pensam, e acreditam, em um futuro melhor. Nem os menores infratores fogem a este desejo, basta que se consiga mostrar um caminho digno, para combater a dura realidade social.

Em Santa Catarina, o Centro de Promotorias da Infância e da Juventude está patrocinando a campanha, a qual antecipo, que sou filiado, intitulada **"DIGA NÃO À REDUÇÃO DA IDADE PENAL"**.

O folder da campanha apresenta dados muito interessantes para que não busquemos esta alternativa drástica, das quais faço questão de lhes transmitir agora:

1. que 22 mil adolescentes cumpriam medidas socioeducativas em 1998, de um total de 20 milhões de adolescentes, sendo que apenas 1,09% são violentos e que para cada 100 crimes praticados por adultos os adolescentes praticam 10;

2. que enquanto um adolescente pratica um ato infracional de homicídio, outros 10 adolescentes são assassinados;

3. que 67% das mortes de adolescentes são por causas externas (homicídios e acidentes de trânsito)

4. que os adolescentes são pessoas em desenvolvimento biológico, psicológico, emocional, social e espiritual, portanto ainda em formação, e, inclusive, que esta fase pode, muitas vezes, se estender até os 20 anos de idade.

Além destes dados, fiquei sabendo de resultados bastante animadores que dão conta de que entre os menores infratores, em Estados como o da Bahia, o índice de reincidência é, felizmente, de 0%.

Pois então como permitir que estes jovens venham a ser tratados de maneira similar àqueles que estão em penitenciárias, em regimes fechados, submetidos a duras penas e condições precárias de desenvolvimento emocional, onde pouco se consegue evitar o relacionamento entre criminosos de baixa e

os de alta periculosidade, onde a reincidência é fator de grande preocupação?

Países como os Estados Unidos e Inglaterra, que tratam o menor como criminoso, desde que ele possua discernimento, não podem servir de exemplo – temos outra realidade socioeconômica e cultural que não pode ser relevada neste momento!

Temos, sim, o dever de implementar a atuação dos Conselhos Tutelares, que não são a totalidade nos Municípios do nosso País, por muitos está esquecido, entre outros órgãos que cuidam dos menores, como o próprio Ministério Público, FEBEMs, etc., além de lhes darmos dignidade e esperança, em outras palavras, futuro.

Peço vênha para reproduzir uma frase de Roberto Lyra:

"A verdadeira prevenção da criminalidade é a justa e efetiva distribuição do trabalho, da educação, da cultura, da saúde; é a participação de todos nos benefícios produzidos pela sociedade, é a justiça social".

Sou do tempo dos internatos, onde não creio que possam dizer, quem por lá passou, que não se aprendeu valores morais, éticos e sociais, os quais se guardam para toda a vida. O próprio serviço militar muitas vezes tem proporcionado este desenvolvimento com uma cultura até certo ponto voltada para o patriotismo.

Quis dizer com isto que as FEBEMs não têm conseguido este intento e têm demonstrado ser um pavilhão de pólvora, além de uma escola para alguns criminosos.

Questões sociais como o desemprego, a fome, a miséria, a dificuldade de acesso a boas escolas, entre outras causas, têm contribuído sobremaneira para este avanço desenfreado da criminalidade entre os jovens.

Do pondo de vista da educação, o Governo Federal tem obtido grandes avanços, muito embora se reconheça que o acesso de todas as crianças à escola ainda passa por sérios entraves, principalmente quando se trata de família humilde que se aproveita da exploração da mão-de-obra infantil para prover o mínimo de subsistência para si mesma.

A Srª Thelma Siqueira Campos (PPB – TO) – Senador Geraldo Althoff, conceda-me V. Exª um aparte?

O SR. GERALDO ALTHOFF (PFL – SC) – Com muita satisfação Srª Senadora.

A Sr^a Thelma Siqueira Campos (PPB – TO) – Nobre Senador Geraldo Althoff, o tema que V. Ex^a traz move-me há bastante tempo. Por isso, ao apartear-lo sobre o jovem e sua família, pergunto: o que falta à família desse jovem? Porque o adolescente não é criminoso por problemas hormonais – V. Ex^a, como médico, pode atestar isso. Evidentemente algo deverá faltar a essa família, fazendo com que esse jovem se desvie do seu caminho. V. Ex^a fez duas afirmações verdadeiras a respeito da realidade atual. O meu desejo é que possamos propor ações concretas, principalmente quando se fala no Fundo de Erradicação da Pobreza e em justiça social, para serem executadas pelos Ministérios, a fim de que possamos amparar essas famílias e suprir tantas faltas, como emprego e capacitação. Dizia eu, ontem, em meu discurso, que a mulher é a última primeira da violência, da pobreza, da falta de oportunidades. A mulher, hoje, carrega a pobreza consigo. A pobreza é realmente feminina. A mulher é o núcleo da família. A mulher, estando sem proteção, sem amparo, principalmente por parte dos Governos Federal e estadual, e também de nossa parte, ela terá, em sua família, adolescentes envolvidos em muitos problemas. Portanto, é oportuno o alerta de V. Ex^a. Aliás, coloco-me à disposição de V. Ex^a em benefício desta causa. Muito obrigada.

O SR. GERALDO ALTHOFF (PFL – SC) – Senadora, como é bom saber que os seus sentimentos são os meus. Como é bom saber que temos mais uma Senadora nesta Casa envolvida com os problemas sociais.

Faço-lhe um convite, nesta sua interinidade, que, espero, seja longa, para participar da Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente. Certamente lá V. Ex^a haverá de encontrar outros Parlamentares, como eu, imbuídos do desejo, do sentimento de fazer com que a criança, o adolescente, a família brasileira, realmente, seja cada vez mais íntegra, cada vez mais tenha a oportunidade de ser uma verdadeira família.

A Sr^a Thelma Siqueira Campos (PPB – TO) – Muito obrigada. Aceito, com muita honra e prazer, o convite de V. Ex^a.

O SR. GERALDO ALTHOFF (PFL – SC) – Vou convidá-la para a nossa próxima reunião.

Assim sendo, reforço o meu entendimento de que a redução da maioridade penal não é a solução para a redução da criminalidade. E alerta mais para a injustiça que poderíamos cometer se tomássemos essa atitude.

Saliento que o que lhes falta é perspectiva e desenvolvimento moral, físico, educacional. E o que devemos buscar é o implemento, é a agregação desses bens na criança e ao adolescente brasileiros.

Não devemos seguir o modelo dos que se dizem civilizados, onde os jovens entram em escolas armados até os dentes, atirando em seus colegas e cometendo suicídio logo após. Esse exemplo não deve ser seguido.

A criminalidade entre os jovens pode ser combatida com muito menos do que se imagina, e não podemos simplesmente entregar-lhes à própria sorte, mantendo-os atrás de grades, como se se livra de um lixo, sob pena de lhes darmos um destino similar àqueles que se julgam civilizados.

Peço desculpas se, em algum momento, fui ríspido em colocar meus sentimentos, minhas ansiedades e minhas angústias, mas devemos lembrar que aqui buscamos soluções e não apenas nos livrarmos dos problemas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Althoff, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Saturnino.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Concedo a palavra ao Senador Carlos Wilson.

O SR. CARLOS WILSON (PPS – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, já faz parte da política nacional a ausência de determinação entre representantes das diferentes esferas do poder público – União, Estados e Municípios – em torno das respectivas responsabilidades e competências diante de determinado problema de natureza política e social.

No entanto, a simples leitura do texto constitucional daria pronta resposta à maioria dessas controvérsias.

Tal é, por exemplo, o que ocorre em relação ao tema que hoje me traz a esta tribuna: a questão da falta de saneamento básico, seja no País, seja no meu Estado: Pernambuco.

A Constituição é clara, e no seu art. 23 ela diz:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

.....
IX – promover programas de construção de moradia e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico...

Não obstante o imperativo legal, o quadro que se observa quanto ao abastecimento de água potável e ao destino dos dejetos domiciliares é deprimente.

Em termos de Regiões Metropolitanas no Brasil, por exemplo, a situação do Recife é uma das piores.

Em todas as Regiões Metropolitanas brasileiras, os domicílios com renda até 5 salários mínimos têm cobertura de rede de abastecimento de água menor que a média do conjunto total de domicílios.

Este problema também ocorre ao se comparar a cobertura entre os domicílios com renda até 10 salários mínimos com aqueles até 5 salários mínimos, por um lado, e com o conjunto total, por outro.

No caso do Recife, porém, o problema de abastecimento de água não é apenas um problema de disponibilidade de infra-estrutura nos domicílios. Há um problema sério de oferta de água na rede pública e na sua distribuição.

A oferta de água situa-se hoje em 9 metros cúbicos/segundo, enquanto a demanda da cidade é de 14 metros cúbicos/segundo, o que já leva a um déficit de 40% das necessidades da população.

Cabe salientar que isso ocorre numa cidade conhecida como a Veneza Brasileira, toda cortada e muito bonita por rios e por extensas praias oceânicas.

Um milhão e oitocentos mil habitantes, na Área Metropolitana do Recife, têm água durante três dias por mês, abastecido pela Compesa – empresa estadual –, enquanto um milhão e duzentos mil habitantes dependem de 140 poços artesianos, 5.000 cisternas, mais de 1.000 carros-pipas e 4.000 poços particulares de edifícios e conjuntos habitacionais.

Esse problema em Recife faz com que as deficiências de abastecimento de água sejam lá mais graves que nas demais cidades brasileiras de grande porte, mesmo quando essas dispõem de menor rede de distribuição, casos de Belém e Fortaleza.

Diante de tal realidade, a da escassez de consumo em meio à abundância natural de água, só se pode concluir que o problema decorre principalmente do descaso e da incompetência das autoridades públicas responsáveis.

A Prefeitura do Recife tem procurado se livrar do problema sempre, alegando ser esta uma responsabilidade do Governo Estadual e Federal, pretexto que, como vimos, carece de qualquer amparo constitucional.

Há dez anos, na minha curta gestão à frente do Estado, dei início à construção da barragem de Pirapama que resolveria o problema da Região Metropoli-

tana do Recife por décadas, mas governos posteriores não tiveram a iniciativa necessária para concluí-la, agravando a situação que hoje assola os recifenses.

Já, quando se trata de esgotamento sanitário, a conjuntura do País é ainda mais séria: grande parte dos domicílios urbanos brasileiros não dispõem sequer de esgoto sanitário.

Apesar de existirem Regiões Metropolitanas com um percentual de cobertura de rede coletora de esgoto de 83,7%, como é o caso de São Paulo, há cidades de grande porte, como Belém, com percentual de cobertura de apenas 5,8%, ou ainda, a minha Recife com seus também mínguaos 32,6% de rede disponível.

Cidades de baixa cobertura muitas vezes se encontram às margens de rios, como ocorre com Recife, o que provavelmente significa estarem os rios sendo poluídos pelos esgotos.

Outras, também com baixa cobertura, se encontram à beira-mar e, seguramente, a falta de esgoto sanitário tem levado à poluição do mar e das praias, em prejuízo do turismo local.

Também no caso do esgoto sanitário, a face perversa da distribuição de renda deixa sua marca.

Os domicílios cuja renda média dos habitantes é igual ou inferior a 5 salários mínimos dispõem de menor acesso percentual ao esgoto sanitário do que a média nacional dos municípios em todas as grandes cidades brasileiras.

No caso do Recife, essa situação é mais grave por ser uma cidade toda muito baixa, estando grande parte do seu território muito próximo ao nível do mar, tomando seus terrenos, em geral, muito encharcados.

Além disso, os solos em Recife são demasiados argilosos, são pouco receptíveis à penetração da água e, como consequência, torna-se restrita a capacidade de esgotamento via fossas sépticas.

Desse modo, a cidade necessita de maiores esgotamentos através da rede receptora do que a maioria das cidades brasileiras.

Tal fato, com ausência de esgotos sanitários, tem levado os recifenses a uma incidência crescente de agravos à saúde derivados de moléstia de veiculação hídrica.

Assim, 73% dos pacientes de doenças infecto-contagiosas nos hospitais da rede SUS do Recife contamina-se em decorrência da falta de um melhor sistema de destinação de dejetos humanos.

Vale também lembrar que a natureza do solo do Recife facilita a poluição dos lençóis freáticos da cidade, bastante usados como fonte de água de consumo.

Em vista disso, Recife é uma das capitais que mais sofre com a pouca disponibilidade de serviços de esgoto.

E, sem considerar ser este o problema comum a toda a Região Metropolitana do Recife, a Prefeitura da cidade insiste em transferir a responsabilidade de sua solução aos Governos Estadual e Federal.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. CARLOS WILSON (PPS – PE) – Concedo com muito prazer o aparte ao Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – Meu caro Senador Carlos Wilson, V. Exª, nesta manhã, trata de um tema e demonstra um quadro preocupante e verdadeiro das capitais e das principais cidades brasileiras, mas centra as suas informações especificamente sobre a nossa querida cidade do Recife. V. Exª é Senador por Pernambuco. Eu, como pernambucano e recifense, não poderia deixar de apartear-lo, primeiro, para registrar e corroborar as palavras de V. Exª, quando diz que tanto a oferta de água quanto o trabalho de saneamento da cidade estão muito aquém daquilo que precisaria ser feito. Há anos, a cidade do Recife e a sua Região Metropolitana padecem de uma crônica falta de água que, de tempos em tempos, tem-se agravado. A questão ambiental, extremamente grave, intensifica-se por dois problemas: a ausência de saneamento, de um lado, e os aterros dos mangues do Recife, de outro. Enfim, a desordenada ocupação urbana, não regulada pela cidade, configura exatamente um conflito que agrava esse quadro de problemas, inclusive de saúde pública. Espero que se retome um programa de saneamento e abastecimento de água compatível com a necessidade do Recife e deste século XXI em que vivemos. Gostaria, também, de apoiar o discurso de V. Exª e registrar, aqui, como Parlamentar, que é importante que esse trabalho que V. Exª propõe para o Recife seja também feito nas principais capitais e nas grandes cidades brasileiras. Parabenizo-o pelo discurso em defesa do povo do Recife.

O SR. CARLOS WILSON (PPS – PE) – Nobre Senador Romero Jucá, antes de tudo, quero agradecer a gentileza do aparte de V. Exª e dizer da minha satisfação de ser Colega do Senador Romero Jucá, que traz também no coração o sentimento de "pernambucanidade". V. Exª, Senador pelo Estado de Ro-

raima, nunca deixou de ter uma vinculação muito forte com Recife e com Pernambuco. V. Exª toca na questão do saneamento básico e na questão da água, que é, na verdade, um problema maior junto às regiões mais pobres, porque a questão do saneamento sempre privilegiou as grandes cidades em detrimento das pequenas. No caso específico do Norte e do Nordeste, é onde temos a rede mais precária no que se refere a saneamento básico. Lá em Recife, para que V. Exª tome mais conhecimento do estado de grande dificuldade nessa área de saneamento, de cada 10 casas, apenas 3 dispõem de saneamento básico, o que mostra a situação de precariedade da cidade.

Recentemente, a Companhia de Eletricidade do Estado de Pernambuco foi privatizada, e posso dizer que aquela talvez tenha sido a jóia mais importante da Coroa. Foi vendida a um grupo espanhol por R\$ 1,750 bilhão. Só espero que esses recursos, conseguidos com a privatização, sejam usados em projetos estruturadores para a nossa cidade e para o nosso Estado, porque, se esse dinheiro for usado como contrapartida junto a organismos internacionais, com certeza, vamos ter, em 4 anos, resolvida essa questão do saneamento da cidade do Recife e do abastecimento de todo o Estado de Pernambuco.

Então, trago essa questão, hoje, ao Senado, com o sentimento de uma pessoa que quer abrir o debate e, mais ainda: mostrar às autoridades, ao Governador do Estado, ao Prefeito do Recife, que é importante haver essa integração, para que se façam e se concluam esses projetos, que são de grande alcance social e da maior importância para a nossa cidade e para o nosso Estado.

Mas continuo, Senador Roberto Saturnino.

Com isso, nada se faz para atacar uma das maiores causas de perda de bem-estar da população recifense.

Como consequência, a cidade se mantém assolada por doenças infecto-contagiosas, muçocas e maruins, com seu turismo e demais atividades econômicas dependentes de seus rios severamente prejudicados, perdendo não só na qualidade de vida, mas também na capacidade de gerar oportunidades de melhoria econômica para sua população.

Por outro lado, embora os municípios brasileiros estejam legalmente aptos a exercer poder concedente quanto à exploração de águas e esgotos em seus territórios, a maioria deles, contudo, nada fez para assegurar eficiência na prestação desses serviços concedidos, muitos deles permanecendo, ainda hoje, sob gestão estadual.

Três mil e setecentos municípios brasileiros são atendidos por concessionárias estaduais, como a Compesa, em Pernambuco, sendo 1.268 atendidos por departamentos e companhias municipais, com apenas 32 atribuindo concessão plena à iniciativa privada.

Isso significa que as companhias estaduais ainda dominam a exploração dos serviços, embora a maioria tenha problemas de gestão, débitos impagáveis e dificuldades operacionais que as impossibilitam de fornecer serviços de qualidade.

Assim, a meu juízo, é necessário haver uma definição clara das relações entre as concessões municipais e as empresas estatais, para evitarem-se situações jurídicas equivocadas e suscetíveis de contestação legal.

As experiências do Rio de Janeiro e Espírito Santo, que tentaram privatizar – e o Senador Roberto Saturnino sabe disso – suas companhias de saneamento, servem de exemplo negativo nesse sentido.

Dal ser legítimo concluir que, caso não haja logo o estabelecimento de regras claras definidoras das relações entre concessões municipais e empresas estaduais, cada município tentará impor sua própria solução.

Diante disso, é preciso criar-se um modelo de regulamentação em que os municípios contem com agências reguladoras locais e, dessa forma, possam exercer seu poder fiscalizador, após o aperfeiçoamento das relações institucionais entre concessões e estatais.

Para tanto, impõe-se a exigência de que, em qualquer projeto de privatização desse tipo de exploração, seja municipal ou estadual, conste um projeto básico de engenharia determinando o quê e quanto deverá ser investido no período de concessão.

Além disso, Recife precisa de metas que assegurem o equacionamento do problema de oferta de água no curto, médio e longo prazos.

A solução de curto prazo pode ser obtida pela redução de perdas: dos atuais 49% de perda de água produzida pela Compesa para o Recife, o nível mais aceitável seria de 15%, que já resolveria o problema de falta de água em nossa cidade nos próximos 4 anos.

Nesse interim, a Prefeitura criaria uma agência reguladora para estabelecer metas de suprimento de água e estudos indicando as fontes existentes para garantir esse abastecimento, tendo-se presente a vazão da água do Capibaribe – 2.200 metros cúbicos por segundo –, o que certamente contribuirá para uma solução de longo prazo.

No que diz respeito à coleta de esgoto e seu tratamento, metas também seriam estabelecidas e cumpridas pela empresa concessionária, sob pena de perda da concessão.

A curto prazo, podemos implementar um sistema mais adequado de fiscalização dos prédios e demais domicílios às margens dos rios, forçando os moradores a encontrar alternativas de tratamento e de disposição final dos dejetos.

Estudos estimam que a solução completa do problema de saneamento básico em Recife demandará cerca de R\$ 300 milhões, isto é, mais do que 50% do orçamento anual da Prefeitura, o que indica a dificuldade de fazê-lo com base apenas em investimentos municipais.

É preciso exigir da Prefeitura criatividade e iniciativa suficientes para, junto com o Governo do Estado, mobilizar outros agentes sociais e financeiros – como disse antes – que possam contribuir com o aporte de tais recursos, como o BNDES e o Banco Mundial.

Para tanto, cabe à Prefeitura demonstrar muita vontade política e, acima de tudo, compromisso com o desenvolvimento do Recife, deixando definitivamente de lado evasivas e qualquer tipo de comportamento omissivo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi a palavra para fazer um registro que considero importante, que é a presença do Governo brasileiro na 15ª Reunião da Assembléia de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, representado pelo Ministro da Gestão e Orçamento, Martus Tavares.

Tenho em mãos o discurso do Ministro Martus Tavares e, numa competente explanação, não só o Ministro demonstrou os caminhos da estabilidade, o esforço fiscal, o esforço de equilíbrio e o próprio esforço de ação na área social que o Governo está realizando, como também convidou as organizações amigas a buscarem caminhos para implementar o desenvolvimento na região.

O Ministro Martus Tavares registrou e reafirmou novamente proposta do Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando da celebração dos 40 anos do BID, no Rio de Janeiro, ocasião em que fez a proposta de que o Banco financiasse um estudo dos eixos de desenvolvimento da América Latina, ou seja, o Banco Interamericano de Desenvolvimento procura-

se estruturar um plano de desenvolvimento em conjunto com os países, para que a América Latina possa, harmonicamente, buscar os caminhos de uma economia complementar onde se possa resgatar a pobreza que ainda impera em grande parte da região.

E, no final do discurso, o Ministro Tavares também reafirmou o convite do Presidente Fernando Henrique para que a Assembléia Anual de Corporação do Banco se realize, em 2002, em solo brasileiro.

Gostaria, portanto, de fazer o registro da postura e da ação do Ministro e pedir que o discurso do Governo brasileiro nessa assembléia seja transcrito na íntegra.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

DISCURSO DO GOVERNADOR PELO BRASIL
NA SEGUNDA SESSÃO PLENÁRIA

(27 de março de 2000)

Martus Tavares

1 – O Brasil vem hoje a esta tribuna com a certeza do dever cumprido.

2 – Um ano atrás, em Paris, estávamos sob fogo cerrado

3 – Sob o foco das luzes e tensões provocadas pela decisão de deixar flutuar a taxa de câmbio.

4 – Muitos imaginavam naquele momento que a economia brasileira entraria em profunda crise.

5 – Seria mais uma etapa do processo iniciado na Ásia em 1997, e que arrastaria consigo outros países da América Latina.

6 – Foram ouvidas com frequência previsões sobre o retorno da inflação na economia brasileira, o aprofundamento da recessão, o agravamento de nossas condições sociais.

7 – Nada disso aconteceu.

8 – Passado pouco mais de um ano daquele momento crucial, os resultados são impressionantes.

9 – O impacto da desvalorização sobre os preços ficou muito abaixo das previsões iniciais. A inflação ao consumidor em 1999 não chegou a 9 por cento.

10 – Essa situação configura uma notável vitória do povo brasileiro contra a inflação. Nos últimos meses, voltamos a registrar taxas de inflação ao redor de zero nos principais índices de preços.

11 – Da mesma forma, as previsões iniciais de queda de 4 a 5 por cento no PIB ficaram muito longe da realidade.

12 – O PIB brasileiro expandiu-se em 0,8 por cento em 1999. E, para este ano, as perspectivas da economia brasileira são ainda mais positivas.

13 – Os indicadores mostram que o setor industrial iniciou o ano de 2000 apresentando taxas de crescimento anuais superiores a 5 por cento.

14 – A desvalorização real do câmbio já começou a produzir uma forte reação das exportações. Há consenso que obtivemos neste ano um superávit comercial expressivo, com substancial melhora do déficit em conta corrente.

15 – Destaco que este déficit já se reduziu consideravelmente. E, mais do que isso, vem sendo totalmente financiado por

investimentos estrangeiros diretos, que somaram nada menos que 30 bilhões de dólares em 1999.

16 – Esses fatores, combinados com a redução das taxas básicas de juros, devem garantir uma expansão do PIB de, no mínimo, 4 por cento em 2000.

17 – Estamos iniciando um longo ciclo de crescimento sustentado.

18 – Diante disso, a pergunta que surge é: o que explica esta reação tão rápida e tão positiva da economia brasileira?

19 – Embora seja possível listar um extenso conjunto de fatores, gostaria de destacar apenas três.

20 – Em primeiro lugar, cabe salientar as profundas transformações que ocorreram em nossa economia. Os processos de privatização e de liberalização e integração comercial constituem-se nos eixos da primeira etapa dessa transformação. Ela se intensificou após o lançamento do Plano Real, que trouxe, de forma definitiva, a estabilidade de preços, com a desindexação e com o aumento da competição e da produtividade. O raciocínio daqueles que previram o caos deixou de considerar essas transformações.

21 – Um segundo fator está ligado a uma mudança de postura em relação à disciplina fiscal.

22 – O firme compromisso do governo de implementar um Programa de Estabilidade Fiscal foi o passo decisivo nesse sentido. Cumprimos rigorosamente todas as metas previstas em nosso acordo com o FMI. Essa nova postura materializou-se num radical ajuste das contas públicas produzindo um shift fiscal de mais de três pontos do PIB, em apenas um ano.

23 – Estamos fazendo mais. Temos avançado de maneira substantiva na aprovação de medidas que tomam o ajuste das contas do governo mais sólido e permanente.

24 – Recordo que, nos últimos meses, o Congresso brasileiro aprovou medidas fundamentais para reduzir o déficit estrutural da previdência privada. E está, neste momento, concluindo a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

25 – Trata-se de uma proposta inovadora, que estabelece princípios, normas e limites para garantir a disciplina fiscal em todos os níveis de governo.

26 – Por fim, quero destacar o apoio externo.

27 – Se é verdade que superamos a crise graças ao nosso esforço, também é verdade que o êxito não teria sido possível não fosse a solidariedade de organizações multilaterais, como o Banco Interamericano, e de mais de 20 países amigos.

28 – O sucesso das medidas tomadas pelo Brasil para enfrentar a crise rompeu o ciclo perverso que passou a ameaçar o nosso Continente.

29 – Redemocratizamos, estabilizamos e reformamos.

30 – O horizonte que temos pela frente – agora mais claro e desimpedido – permite a retomada de uma discussão responsável sobre o nosso desenvolvimento. E sobre o papel que nele devem desempenhar os organismos multilaterais de crédito, em especial o nosso Banco Interamericano.

31 – O Presidente Iglesias, em recente pronunciamento em Bangkok, lembrou que o conjunto de reformas implementadas na América Latina – essenciais para moldar um futuro de crescimento – ainda não foram capazes de produzir o desempenho econômico tão esperado.

32 – Estamos diante da hora da verdade.

33 – Não podemos perder este momento.

34 – Para tanto, é fundamental que os organismos multilaterais se engajem em nova parceria com a América Latina e o Caribe, tendo como objetivos a promoção do desenvolvimento, a redução dos efeitos das crises financeira, a criação de mecanis-

mos que garantam o acesso de nossos produtos aos mercados internacionais, a promoção da integração regional e a viabilização do crescimento sustentado, com níveis mais elevados de educação e bem-estar social.

35 – Estas metas, entretanto, somente poderão ser alcançadas se houver determinação criativa e pragmatismo.

36 – É nesse contexto que caberá a BID flexibilizar suas operações, modernizar seus instrumentos de crédito e ajustar-se às mudanças empreendidas na Região. Destaco, em especial, aquelas que facilitam o ajuste fiscal, e as que apontam para a ampliação do crédito a projetos na área de concessão de serviços públicos conduzidos pelo setor privado.

37 – Estou convicto que essas mudanças vão contribuir de forma importante para a redução da pobreza e das desigualdades sociais em nossa Região, o maior de todos os nossos desafios.

38 – Se o homem neste fim de século é capaz de exibir formidáveis avanços na ciência e na tecnologia, se é capaz de coordenar uma ação mundial para sustar os efeitos do conhecido “bug do milênio” ou de produzir extraordinários lucros no mercado financeiro global, fica a pergunta: Por que não é capaz de coordenar uma ação internacional que elimine este mal da face da terra?

39 – A América Latina e o Caribe têm aqui uma tarefa inadiável. E a missão das nossas instituições regionais – em estreita coordenação com os Governos de nossos países – para mim está clara. Não é outra senão a de fazer com que a velocidade, que caracteriza o processo de mudanças no mundo moderno, seja também imprimida, de forma positiva e permanente, à elevação dos padrões de vida da parcela da população secularmente excluída.

40 – O Brasil tem procurado fazer a sua parte neste esforço comum.

41 – Estamos implementando internamente um moderno e audacioso programa de reformas na área social. Dedicamos mais de 60 por cento do nosso orçamento anual para essa finalidade.

42 – Na frente externa, também nos comprometemos a ajudar os mais necessitados.

43 – Apesar da crise que enfrentamos em 1998 e 1999, participamos, ativa e substancialmente no perdão da dívida dos países mais pobres na chamada iniciativa HIPC.

44 – A ampliação desta iniciativa, no que se convencionou chamar de HIPC-II, também vem contando com o apoio do Brasil. Acreditamos, entretanto, que os novos aportes de recursos devam ser melhor distribuídos.

45 – Cabe agora maior parcela de responsabilidade às nações mais desenvolvidas. Do contrário, corremos o risco de simplesmente redistribuir a pobreza.

46 – O governo brasileiro considera que comércio e integração são elementos essenciais para o nosso desenvolvimento.

47 – O Presidente Fernando Henrique Cardoso reafirmou recentemente o nosso compromisso de avançar no processo de integração e na liberalização comercial.

Alertou, entretanto, que o principal desafio é perseguir uma globalização mais equilibrada e, portanto, menos hostil aos interesses da maioria.

48 – Se havia dúvidas sobre a forma desbalanceada pela qual se procedeu à liberalização do comércio a nível mundial, essa dúvida desapareceu com os acontecimentos recentes. Após décadas de liberalização do comércio, os países industrializados seguem apresentando níveis extremamente elevados de proteção em setores como agricultura, siderurgia e têxtil.

49 – Aqui, também, vejo um papel importante a ser desempenhado pelas instituições multilaterais, em particular pelo BID.

50 – É preciso que a questão do acesso a mercados seja enfrentada, de forma a que o processo de integração comercial não seja interrompido.

51 – No caso da América latina, há alguns aspectos particulares no tocante ao processo de integração que gostaria de ressaltar.

52 – A continuidade e o aprofundamento dessa integração, que tem no Mercosul um embrião bastante bem-sucedido, requerem a melhoria da infra-estrutura econômica.

53 – É preciso, portanto, investir fortemente em infra-estrutura, para intensificar e aprofundar a integração e ampliar as chances de termos um crescimento mais equilibrado na região.

54 – Em vista disso, recorro aqui a sugestão formulada pelo Presidente Fernando Henrique quando de celebração dos 40 anos de BID, no Rio de Janeiro. A proposta é que o Banco, em consulta com os países da Região, lidere e financie um Estudo dos Eixos de Desenvolvimento da América Latina. O resultado desse trabalho seria um portfólio de projetos estruturantes e dinamizadores do crescimento da Região.

55 – Semelhante estudo foi realizado no Brasil, servindo de base para o projeto de desenvolvimento do país para os próximos quatro anos, denominado Avanço Brasil.

56 – Senhor Presidente Enrique Iglesias, como Vossa Excelência bem sabe, não é pequena a tarefa que temos pela frente.

57 – O papel das organizações multilaterais nesse esforço comum é essencial para a manutenção de um ambiente internacional favorável ao desenvolvimento global.

58 – Sobre ponto quero registrar a preocupação do Governo brasileiro com idéias simplistas e precipitadas sobre a reestruturação de nossas organizações. O futuro que alguns lhe pretendem impor não corresponde ao papel histórico que desempenham e muito menos às obrigações que temos para com as gerações futuras.

59 – Caminhar na contramão pode ser um perigoso passo em falso.

60 – A nossa missão não é retroceder, mas, sim, dar à nossa história um verdadeiro sentido de destino e confiança.

61 – Ao terminar estas palavras com uma nota de esperança, gostaria de, em nome do governo brasileiro, agradecer a acolhida do governo norte-americano e da cidade de Nova Orleans. Gostaria também de aproveitar esta oportunidade para reiterar o convite do presidente Fernando Henrique Cardoso para que as assembleias anuais da Corporação e do banco se realizem no Brasil no ano de 2002.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

O Sr. Roberto Saturnino, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Seguindo a ordem dos oradores inscritos, concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo Federal, o Governo Fernando Henrique tem sido muito rigoroso no controle dos seus gastos, tem cortado profundamente, contra a nossa opinião, sob o nosso protesto, gastos de natureza social extremamente importantes, para um alívio neste quadro de injustiça social que o País apresenta.

O Governo Federal tem sido também muito rigoroso com os Estados. Estabeleceu condições pesadas para o reescalamento das respectivas dívidas e está, agora, pressionando, sob todas as formas, para que o Congresso aprove a Lei de Responsabilidade Fiscal, que vai introduzir uma dimensão de paralisia, de engessamento muito grave nas gestões estaduais.

O Governo tem sido ainda mais rigoroso, rigorosíssimo, com os trabalhadores do nosso País, Sr. Presidente. É inacreditável a insensibilidade demonstrada sucessivas vezes e ainda agora no episódio da revisão do salário mínimo. O Governo sustenta que é preciso achar fontes de receita para cobrir o déficit da Previdência, enfim, todos esses argumentos são argumentos de quem se diz muito preocupado, extremamente preocupado com a questão do equilíbrio fiscal.

O Governo também tem sido, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, muito rigoroso com as empresas nacionais, submetendo-as, nesse processo de globalização, de abertura indiscriminada, a uma concorrência que, em muitos casos, em setores inteiros da nossa indústria, é devastadora, em função da importação proveniente de países cuja economia é mais produtiva que a nossa.

O Governo é rigoroso com os seus gastos, com os gastos dos Estados, com o trabalhador, com as empresas nacionais, e a todo momento demonstra o seu horror ao subsídio, mas tem sido generoso com empresas candidatas a processo de privatização – são financiamentos generosos do BNDES – e, depois de privatizadas, tem concedido reajustes frequentes nas tarifas dos serviços públicos, o que não acontecia no passado, porque havia sempre a preocupação com a inflação, de vez que tais tarifas pesam muito na composição do Índice de custo de vida. A situação atual parece que é outra, porque é preciso atender aos reclamos e aos interesses das empresas que adquirir as nossas estatais, sejam elas brasileiras ou, na sua maior parte, estrangeiras. Quer dizer, nesses casos, o rigor do Governo desaparece inteiramente.

Sr. Presidente, na verdade, o Governo tem sido generosíssimo com determinado setor nessa sequência de privatizações: a indústria petroquímica. Desde que a Petrobrás foi deslocada do setor, os subsídios à indústria petroquímica cresceram desenfreadamente, através de portarias sucessivas do Ministro

da Fazenda e do Ministro de Minas e Energia. O Governo, que tem horror ao subsídio, que tem preocupação rigorosa com o equilíbrio dos gastos, com o equilíbrio fiscal, não nega, muito ao contrário, excede-se em subsídios à indústria petroquímica, subsídio que está embutido no preço da nafta petroquímica, matéria-prima para essa importante indústria. O subsídio está na diferença entre o que custa a nafta à Petrobrás, o preço de realização da Petrobrás, e o preço que as indústrias petroquímicas pagam ao adquirirem essa nafta. Essa diferença substancial é paga pelo Tesouro Nacional, com recursos do Tesouro Nacional, recursos que o Governo diz que não possui para melhorar o reajuste do salário mínimo, que não possui para melhorar a situação dos Estados. Mas para subsidiar a indústria petroquímica o Governo não mede sacrifícios e o Tesouro Nacional paga essa conta, que é elevada.

Esse subsídio, que era de R\$40/tonelada em fins de 1998, saltou para R\$240/tonelada no início deste ano. Como o consumo de nafta da nossa indústria é de cerca de nove milhões de toneladas por ano, o subsídio, que no fim de 1998 já era elevado, já era substancial, de R\$360 milhões por ano, pulou para R\$2,16 bilhões por ano.

Não há recursos para melhorar o salário mínimo, para aliviar a situação dos Estados não há recursos, mas para subsidiar a indústria petroquímica o Governo gasta por ano R\$2,16 bilhões para cobrir essa diferença entre o preço da nafta que custa à Petrobrás e o preço da nafta que é pago pelas indústrias petroquímicas.

Sr. Presidente, quero dizer que não sou absolutamente contra subsídios, não compartilho desse pensamento único que tem horror ao subsídio, que erige o equilíbrio fiscal como meta fundamental e essencial, que acha que desenvolvimento não é algo tão importante assim, pois o importante é o equilíbrio fiscal, a imagem do País perante o mercado financeiro internacional, perante a máfia do mercado financeiro internacional, não compartilho dessa opinião. Mas é a opinião do Governo Federal, essa é a linha mestra de ação do Governo Federal em relação a tantos problemas e a tantas questões que têm sido levantadas a esse respeito.

Sr. Presidente, embora eu não tenha nada contra o subsídio, vamos convir que o Governo, que é rigorosíssimo nos seus gastos, não mede sacrifícios para auxiliar a indústria petroquímica, que não possui um caráter social tão importante quanto a indústria têxtil e de confecção, altamente empregadoras de mão-de-obra. A indústria petroquímica é intensiva em capital, mas não em mão-de-obra.

E esse salto gigantesco no subsídio resultou na Exposição de Motivos nº 503, de 28 de junho de 1999, que teve circulação restrita e não foi publicada no **Diário Oficial**. E não entendemos por quê.

O Ministro Pedro Malan disse que o Brasil não é um País para principiantes. Realmente, Sr. Presidente, este é um País cujas ações governamentais são difíceis de compreender; não é para principiantes. Deve ser necessário muito preparo, muito pragmatismo, muita experiência prática, muito contato com as sofisticadas operações de mercado financeiro internacional para compreender as razões desse favorecimento tão grande a uma indústria em detrimento a outros gastos que seriam muitíssimo mais importantes, sob o ponto de vista seja do atendimento do trabalhador e do aposentado brasileiro, seja de resultados desenvolvimentistas para o País.

Que razões determinaram isso? Quem são os senhores da indústria petroquímica? São, na sua maioria, indústrias brasileiras e não multinacionais que estão obtendo essas benesses. No entanto, a indagação fica no ar e com o levantamento de muitas suspeições. Quais são as relações desses senhores da indústria petroquímica com o Governo, com os partidos do Governo, com os políticos que sustentam o Governo? Quais são as relações desses senhores com o financiamento das campanhas dos partidos e dos candidatos governamentais?

Essas perguntas têm grande importância e precisam ser desvendadas para que se saiba se há alguma razão, não inteiramente declarável, de favorecimento dessa indústria, quando o comportamento do Governo é de extremo rigor em relação a seus gastos, ao equilíbrio fiscal e aos dispêndios do Tesouro Nacional.

Sr. Presidente, deixo, aqui, essas indagações. Penso que o Governo Federal não tem muita condição de respondê-las, mas é preciso que os Srs. Senadores e a opinião pública conheçam o assunto para que, quando o Sr. Ministro Pedro Malan disser que não há recursos para aumentar o salário mínimo, pelo menos seja levantada a questão dos subsídios à indústria petroquímica, superiores a R\$2 bilhões por ano e que são pagos pelo Tesouro Nacional.

Antes de encerrar, gostaria de fazer uma indagação a respeito de um fato preocupante: a reestruturação – esta parece ser uma palavra da moda – administrativa da Petrobrás, que extinguiu o seu Departamento de Engenharia, reconhecidamente uma das unidades mais importantes, eficazes, eficientes e produtoras de resultados para aquela grande empresa.

A alegação é a de que aquele Departamento não foi extinto, mas dividido. Mas será que essa divisão não estiola o poder de criação de um Departa-

mento que produziu resultados tão importantes e de reconhecimento internacional?

Enfim, não compreendi essa decisão e espero que haja qualquer explicação por parte do Governo e da Direção da Petrobrás a respeito dessa nova estruturação administrativa.

Li, em alguns jornais, que não era essa a preferência do Presidente da Petrobrás, Sr. Henri Philippe Reichstul, mas que foi a opinião dominante no Conselho. No entanto, creio que esta Casa merece uma explicação a respeito dessa reforma administrativa na nossa maior e mais importante empresa, assim como uma resposta a respeito dos subsídios que são pagos à indústria petroquímica, desde o momento em que a Petrobrás saiu desse setor e ele foi privatizado.

Eram essas as observações que eu queria fazer hoje, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Roberto Sa-
turnino, o Sr. Romero Jucá, deixa a cadeira
da presidência, que é ocupada pela Sra.
Thelma Siqueira Campos.*

A SRA. PRESIDENTE (Thelma Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Thelma Siqueira Campos, é uma alegria vê-la presidindo esta sessão do Senado Federal. Seja muito bem-vinda à Casa. Não tive a oportunidade de expressar essa satisfação ontem. Seguramente, é a intenção de todo conjunto de Senadores tê-la aqui contribuindo à altura do seu irmão, o Senador Eduardo Siqueira Campos, que nos orgulhava muito com sua presença nesta Casa.

Aproveito a oportunidade para trazer um assunto que o Conselho Indigenista Missionário apresentou a todo o Brasil ontem: uma grave denúncia sobre uma ação truculenta, violenta e injustificável da Polícia Militar do Estado da Bahia contra os índios Pataxós, quando erguiam um monumento em comemoração aos 500 anos do Brasil, que, na ótica deles, é chamado de "Outros 500". Às 22 horas, uma equipe de mais de 200 policiais invadiu aquela área e agiu com a mais intolerante violência e agressão, destruindo um monumento que estava sendo erguido para lembrar os 500 anos do Brasil.

Srª Presidente, tenho, aqui, documento do Cimi – Conselho Indigenista Missionário – relatando o ocorrido. Registro que já encaminhei um requerimento de informações ao Sr. Ministro da Justiça para que sejam tomadas providências imediatas e de modo exemplar, para que se respeite a manifestação de liberdade e de juízo da população indígena sobre o

que representam os 500 anos de convivência com os chamados povos urbanos.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Concedo o aparte, com muito prazer, ao Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – Meu caro Senador Tião Viana, quero apenas registrar o meu repúdio a esse ato de força tomado pela Polícia Militar da Bahia. É lamentável. Estamos vivendo um momento de democracia e a comemoração dos 500 anos permite – e deve ter – a manifestação dos índios brasileiros. É claro que, se uma parte dessas manifestações for de contestação, esse é um direito dos índios. Por mais que não se concordasse com qualquer tipo de movimento que registrasse repúdio ou qualquer tipo de nota contrária à manifestação, não se pode concordar com a demolição ou com atos de força que visem cercear uma manifestação democrática e cultural. Portanto, quero somar a minha voz à de V. Exª, que denuncia esse ato lamentável. Espero que o Governo Federal tome providências e garanta, de alguma forma, que a manifestação dos índios Pataxós – que eu não sei se é favorável ou não, de revolta ou não – ocorra dentro de um Brasil livre e dentro da comemoração dos 500 anos. Quero aplaudir V. Exª por esse registro.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Exª, nobre Senador Romero Jucá que, por ter sido também Presidente da Funai, conhece as peculiaridades da questão indígena no Brasil e, seguramente, não admitiria, em sua gestão, uma atitude dessa sem uma apuração rigorosa e determinada por parte dos órgãos de Justiça, no sentido de que não se permita o desrespeito às liberdades dos povos, das etnias que se manifestam num momento tão especial da vida do Brasil.

Srª Presidente, passo à leitura do documento do Cimi:

POLICIAIS INVADEM COROA VERMELHA E DESTRÓEM MONUMENTO INDÍGENA

Um batalhão de mais de 200 policiais militares invadiu a terra indígena Coroa Vermelha e destruiu o monumento construído pelos Pataxós em memória dos índios massacrados durante os 500 anos de invasão. A ação arbitrária da polícia ocorreu por volta das vinte e duas horas de hoje (4/4). O “Monumento à Resistência” estava sendo erguido próximo à cruz de aço inoxidável colocada pelo Governo Federal, no dia 17 de mar-

ço, em substituição à de madeira, que estava no local desde a década de 30. As irregularidades na ação começam com a própria entrada na área, visto que a polícia militar não tem competência para atuar em terra indígena. Nenhuma ordem judicial foi apresentada para justificar a truculência. Uma barreira policial foi formada para impedir a aproximação das pessoas que protestavam contra a ação. O cacique Carajá, da comunidade Pataxó, denunciou que foi ameaçado com uma metralhadora.

O monumento seria inaugurado durante a Conferência Indígena que ocorre na área de Coroa Vermelha entre 18 e 22 de abril. Consistiria em um mapa da América Latina, desenhado no solo em pedra. Por dentro, os artesanatos indígenas simbolizariam a ocupação da terra antes da chegada dos portugueses.

Desde que foram iniciados os trabalhos de construção do “Monumento à Resistência”, o Poder Público tentou impedir a continuidade das obras. As primeiras tentativas foram de intimidação direta à comunidade indígena. Na tarde de segunda-feira, dia 3, pessoas ligadas ao Conselho de Desenvolvimento Regional (Conder) – administradores de obras oficiais –, interpelaram os índios com grosserias e argumentos esdrúxulos. Diziam os funcionários do órgão que os índios não poderiam construir nada no local até o dia 26 de abril. Segundo os Pataxós, eles afirmavam coisas do tipo “até lá (26/4) quem manda aqui é o Governo. Vocês não mandam nada”. A placa que identificava o monumento foi pisoteada com ironia e escárnio.

Na segunda tentativa de intimidação, funcionários da Prefeitura de Santa Cruz de Cabralia e do Centro de Recursos Ambientais – CRA, órgão estadual de meio ambiente, visitaram o Comitê de Preparação à Conferência Indígena com notificações de embargo. A alegação dos órgãos públicos é de que se trata de uma área de proteção ambiental (APA), que careceria de uma autorização oficial. A argumentação, entretanto, é totalmente infundada, já que o direito indígena à terra é anterior ao direito ambiental. Na verdade, a APA foi ilegalmente constituída sobre a terra indígena Coroa Vermelha.

Após as primeiras intimidações, os Pataxós enviaram um documento à Funai e à Procuradoria da República em Ilhéus, informando que o monumento foi pensado e definido pela própria comunidade e pediram garantias à construção das obras, já prevenido as ameaças de destruição por parte das autoridades locais.

A ação é política. Os Governos estaduais e federal não aceitam o monumento indígena no local onde pretendem produzir a festa oficial.

Para o Cimi as atitudes intimidatórias são uma mostra de como será truculento o tratamento dos órgãos públicos aos povos indígenas que discordem do discurso ufanista oficial. As obras construídas pelo Governo Federal dentro da área violaram o art. 231, §6º, da Constituição Federal, que exige, para a realização de tais obras, comprovação de "relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar".

A área indígena de Coroa Vermelha está totalmente invadida por construções realizadas para os festejos governamentais dos 500 anos e sem Relatório de Impacto Ambiental (Rima). Entretanto, no momento em que os próprios Índios tentaram produzir uma obra que expressasse sua cultura, foram violentamente tolhidos.

Revoltada, a comunidade Pataxó está exigindo providências imediatas por parte do Ministério Público Federal e do Ministério da Justiça, a fim de que a Polícia Militar seja punida pela invasão e que os direitos indígenas sobre a terra tradicionalmente ocupada sejam respeitados.

Santa Cruz de Cabrália, 4 de abril de 2000.

Conselho Indigenista Missionário.

Srª Presidente, espero que a Mesa demonstre a sensibilidade que tem tido com os nossos requerimentos dia a dia e que, de fato, o Ministério da Justiça nos dê a resposta imediata sobre um ato de quebra dos direitos humanos, um ato que jamais poderia ocorrer às vésperas de uma lembrança desses 500 anos de convivência com as minorias, com os irmãos Índios, com os irmãos negros, os oprimidos da história deste País.

É injustificável uma ação localizada da polícia militar daquela região da Bahia contra uma comunidade que já foi violentada em seus direitos de todas

as maneiras. Vale lembrar que, há um ano, eu, a Senadora Heloisa Helena, a Senadora Marina Silva já registrávamos que aquela comunidade tinha sido vítima de castração em massa, quando moças acima de 15 anos de idade e senhoras de 40 anos sofreram cirurgias a fim de que não pudessem mais reproduzir, afirmando-se a intenção clara de destruição de uma população que tanta vontade tem de viver em paz e com prosperidade em território brasileiro.

Lamento profundamente que isso esteja ocorrendo num momento tão especial da nossa vida, que deveria ser motivo de boas notícias ao mundo inteiro. Infelizmente, temos que nos envergonhar pela atitude autoritária de alguns.

A Srª Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – Permite-me um aparte, nobre Senador?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Concedo o aparte à nobre Senadora Heloisa Helena.

A Srª Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – Srª Presidente, Sr. Senador, companheiro Tião Viana, quero saudar o pronunciamento de V. Exª, porque, realmente, o fato foi abominável. Como se não bastasse a substituição da cruz de madeira que lá está há muitos anos por uma cruz supostamente maravilhosa, cheia da ostentação típica dessa suposta comemoração dos 500 anos; como se não bastasse essa substituição ter sido feita de uma forma imprópria, demonstrando a arrogância daquele que, por ser branco, entendeu não devia discutir o fato com as comunidades indígenas locais, simplesmente impondo aos Índios a substituição da cruz – que não representava a ruptura com a sua civilização, já que se acostumaram com ela – por uma grande ostentação arquitetônica, representando a vaidade, a arrogância de uma elite branca; como se isso tudo não bastasse, anteontem, aconteceu esse fato abominável que foi reproduzido por V. Exª. A comunidade indígena queria construir o seu próprio monumento para expressar a sua interpretação da "comemoração" dos 500 anos e foi impedida. E mais: com relação à programação que está sendo organizada pelas forças vivas da sociedade, pelas comunidades indígenas, o Governo da Bahia, a Prefeitura, a organização do evento e o Governo Federal já estão dizendo que não vão permitir nenhuma comemoração, nenhum movimento extra-oficial que não seja aquele imposto pela elite branca, a elite política e econômica que comanda este País. Imaginem, a reprodução do que aconteceu há 500 anos, essa farsa que está sendo montada para a comemoração. Esses eventos, esses episódios que têm acontecido caracterizam como farsa a comemoração dos 500 anos. Não se trata apenas do Governo da Bahia; não é apenas a Prefeitura que gerencia Porto Seguro. A capital do Brasil passa a ser em Porto

Seguro, nas comemorações. Então, nós, do Bloco da Oposição, encaminhamos ao Presidente da República uma solicitação para garantir que as comunidades indígenas, que as representações do movimento sindical, do movimento popular, as forças vivas da sociedade que querem fazer um evento paralelo ao evento oficial possam fazê-lo, porque já se disse que não se vai admitir esse tipo de evento. E já se viu a demonstração disso na forma truculenta, inadmissível com que se destruiu uma reflexão que os índios e as comunidades indígenas gostariam de fazer. Portanto, parabênizo o seu pronunciamento. V. Exª estará presente, assim como eu e muitos parlamentares, estaremos presentes na programação extra-oficial porque queremos ter a oportunidade de refletir sobre essa história de dominação, de fome, de miséria e de sofrimento de milhões de brasileiros. Queremos refletir sobre isso e esperamos não ser massacrados pela polícia militar ou pelas ordens da estrutura oficial da comemoração.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senadora Heloisa Helena.

Encerro, Srª Presidente, lembrando que não é possível imaginar que, nos dias de hoje, se possa admitir que a polícia militar esteja alheia à ordem vigente de respeito mínimo ao cidadão brasileiro, às etnias e aos povos que ocupam este País com tanta vontade de viver em paz. Acredito que esses 500 anos tenham uma dívida enorme com o nosso passado, que deveria estar sendo mostrada de maneira muito mais clara, aberta e verdadeira. Por exemplo, percebo quase um silêncio em relação à lembrança da presença negra no Brasil, que foi um dos momentos mais dramáticos da nossa história. E temos uma tentativa de exposição da verdade por parte dos irmãos índios e, de repente, testemunhamos um ato de violência injustificável e que precisa de uma correção imediata.

Espero sinceramente que o Sr. Ministro da Justiça e a Presidência da República dêem uma resposta à altura de suas responsabilidades neste momento.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Leomar Quintanilha, como Líder, por 20 minutos.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO) Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srª e Srs. Senadores, não pode V. Exª, Senadora Thelma Siqueira Campos, avaliar o orgulho e a satisfação que sentimos em recebê-la nesta Casa, sobretudo, hoje, no final desta sessão, quando, para orgulho e honra do povo tocaninense, V. Exª passa a ocupar a presidência.

V. Exª chega carregada de sonhos, de entusiasmo, de idéias, consciente da enorme responsabilidade que lhe cabe em discutir e buscar solução para os graves problemas nacionais, mas, sobretudo, para defender com firmeza os interesses maiores da brava gente tocaninense. Vem V. Exª dar continuidade ao brilhante trabalho que aqui desenvolveu o eminente Senador Eduardo Siqueira Campos, que, muito rapidamente, pela sua competência, pela sua dedicação, ocupou um espaço expressivo dentre os seus pares, adquirindo-lhes o respeito, a confiança e a amizade. Seguramente, com o mesmo brilhantismo e, certamente, no mesmo curto espaço de tempo, talvez até mais rapidamente, V. Exª, que já começou emocionando-nos a todos com a sua primeira fala, haverá de ocupar esse espaço e haverá de aproximar esse relacionamento com os próceres que integram esta Casa e representam os mais diversos rincões deste País, para fazer dessa união a força na defesa e na busca do propósito de todos nós: o bem-estar do povo brasileiro.

V. Exª, com a sua inteligência e, sobretudo, com a sua experiência, notadamente na área social, na qual já ocupou relevantes cargos e os exerceu com a maior eficiência, vem mostrar aqui a força e a vontade do povo tocaninense em dar um ordenamento justo à sociedade brasileira.

Receba, portanto, as minhas homenagens, a minha saudação e os meus votos de sucesso nesse mais novo e importante desafio de sua vida.

A Srª Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – Permitte-me V. Exª um aparte?

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO) – Ouço V. Exª com prazer a minha querida colega, a nobre Senadora Heloisa Helena.

A Srª Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador Leomar Quintanilha, infelizmente, ontem, nós não tivemos oportunidade de fazer a saudação à nova Senadora da Casa, já que foi um dia tão tumultuado. Parte do sepulcro caído rachou. Foi um dia que mexeu tanto com mentes e corações do Brasil inteiro que nós não tivemos a oportunidade de fazer a saudação que era devida. Ontem era um dia de posse, um dia tão bonito e tão emocionante, que merecia talvez a platéia que tivemos hoje, as crianças de escolas de Brasília que nos visitaram. O nosso sentimento é um misto de regozijo e de saudade do seu irmão. Nós, do Partido dos Trabalhadores, mantemos uma briga acirrada com vocês lá no Estado do Tocantins, relacionada a disputas em função de projetos políticos, de posições ideológicas. Mas aprendemos a conviver na diversidade, com a pluralidade de idéias, a respeitar e a nos emocionar com as individualidades, com as personalidades de algumas pessoas, como é o caso do Eduardo Siqueira Campos, com quem tivemos

uma grande relação. Com certeza a sua ausência na Casa nos deixa com muita saudade. Mas, a presença de V. Exª nos dá grande alegria, pois será mais uma mulher para aumentar a nossa bancada feminina. Espero que consigamos trabalhar muito, dar o máximo da nossa capacidade de luta e de trabalho, para que consigamos fazer deste País uma nação justa, igualitária, fraterna e solidária. Espero que consigamos também, aos poucos, recompor a imagem desta Casa, como instrumento fundamental da democracia e não como um simplório sepulcro caído. Saúdo V. Exª, Senador Leomar Quintanilha, que, por ser do mesmo Estado da Senadora Thelma, já teve a oportunidade de conviver de uma forma tão fraterna com S. Exª, assim como o Senador Carlos Patrocínio, o que nos alegra muito. Portanto, não poderia deixar de fazer este aparte.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO) – Senadora Heloisa Helena, não imaginaria nada diferente de V. Exª que não este gesto carinhoso em juntar-se a nós para dar boas-vindas à nossa querida Senadora Thelma Siqueira Campos Lourenço, que vem somar e nos ajudar a buscar as soluções que a sociedade brasileira tanto requer para os problemas que ainda a afligem.

O tema que me traz a esta tribuna, nesta manhã, Srª Presidente, Srª e Srs. Senadores, diz respeito a uma notícia que li recentemente no jornal *O Popular*, do Estado de Goiás, fazendo referências à implantação da Hidrovia Araguaia-Tocantins e Rio das Mortes. Fala que estudos que se propõem a analisar a viabilidade da implantação da Hidrovia indicam que causaria a sua implantação danos ambientais irreversíveis. E eu gostaria de comentar a matéria – que parece tratar-se de editorial porque não encontro a sua autoria – que diz que entre os efeitos da obra incluem-se o desaparecimento de praias, extinção de peixes e danos para trinta povos indígenas.

A articulista Fabrícia Hamu, que fez essa reportagem a respeito da hidrovia Araguaia-Tocantins, diz:

É inviável sob todos os pontos de vista e capaz de trazer enormes prejuízos ao meio ambiente e às populações ribeirinhas, indígenas e urbanas dos Estados de Goiás, Mato Grosso, Tocantins, Maranhão e Pará. Essa é a avaliação da implantação da hidrovia Araguaia-Tocantins-Rio das Mortes, (este rio nasce no Mato Grosso e se torna um afluente do Araguaia quase na fronteira com o Tocantins), segundo estudo realizado pela fundação Centro Brasileiro de Apoio e Referência Cultural (Cebrac), em parceria com Organizações Não-Governamentais

(ONGs) como o Instituto Sócio-Ambiental (ISA), o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), a Rede Internacional de Rios (IRN), o Simpósio Ambientalista Brasileiro do Cerrado, Rios Vivos e Rede do Cerrado.

Esse estudo mostra que dentre os comprometimentos que a utilização hidroviária desses mananciais provocaria estão “a extinção de diversas espécies de peixes e aves, até a modificação completa da paisagem e o desaparecimento das praias e outros atrativos turísticos dos rios Araguaia e Tocantins.”

Por essa e outras razões, Sr.ª Presidente, Sr.ª e Srs. Senadores, ainda não se utilizou a hidrovia Araguaia-Tocantins. Outras ações são patrocinadas por Organizações Não-Governamentais que, a pretexto de preservação ambiental dos rios, de suas margens, dos peixes que neles vivem e de populações ribeirinhas, de brancos e indígenas, movem ações, de certa forma virulentas, contra a implantação da hidrovia Araguaia-Tocantins.

Há poucos dias, ouvi um pronunciamento do Senador Arruda que me despertou a atenção. Ao serem comemorados os quinhentos anos do Descobrimento do Brasil, S. Ex.ª lembrou-nos que os primeiros quatrocentos anos foram meio sem graça, pois o País apenas explorou e aproveitou a sua região litorânea. Somente depois da visão estratégica do saudoso Juscelino Kubitschek, o interior brasileiro começou a ser conhecido.

Eu iria adiante, Sr.ª Presidente, e diria que o Brasil de potenciais enormes, cuja biodiversidade, uma de suas maiores riquezas, ainda é desconhecida, tem uma extraordinária possibilidade de geração de alimentos e uma região ocupada por biomas interessantes, como o cerrado, que ainda está praticamente por ser descoberto. E de que forma um país de dimensão continental como o Brasil poderá ter uma ocupação harmônica das suas mais diversas regiões se não puder utilizar um sistema de transporte de carga pesada, a longa distância, mais barato? Ao longo de todos esses anos, e ainda hoje, basicamente a modal rodoviária continua sendo privilegiada e continua sendo o sistema de transporte mais caro do País.

Num Brasil cujas regiões experimentam uma diversidade enorme, verifica-se um acentuado processo de desenvolvimento das Regiões Sul e Sudeste, e, em razão disso, seus insumos são necessários para o desenvolvimento das Regiões Centro-Oeste e Norte, a começar pelo trator, pelos seus implementos, defensivos agrícolas, fertilizantes, pela roupa, pelos calçados e pelos medicamentos, tudo transportado pela modal rodoviária, cujo preço se distancia bastante do custo dos sistemas ferroviário e hidroviário, utili-

zados por outros países, os quais, por essa e outras razões, alcançaram os níveis de desenvolvimento com os quais a nação brasileira sonha e pelos quais trabalha.

Acredito que haja interesses inconfessáveis escondidos por trás dessa cortina de fumaça, usados principalmente pelas Organizações Não-Governamentais. Não gostaria de generalizar, porque acredito que possa existir Organização Não-Governamental que entenda que um País continental como o Brasil precisa explorar os seus recursos naturais, precisa utilizar a dádiva divina, a generosidade da natureza, permitindo que o seu interior seja rasgado por esses mananciais extraordinários.

A água está sendo foco das atenções e discussões do mundo inteiro, é preciso dar-lhe um múltiplo uso, dentre eles a possibilidade do transporte hidroviário, como forma de permitir que as populações ribeirinhas, indígenas ou não, possam utilizar uma modal de transporte compatível com a realidade da nossa economia, pois, do contrário, não é possível pensar em desenvolver o interior deste Brasil, o Norte, cuja vocação natural está centrada no setor primário; de outra forma, como pensar em indústria pesada, em siderurgia, em fábricas de cimento ou coisas dessa ordem no interior deste País? Relevante e grandioso é pensar em aproveitar a nossa vocação natural, que está centrada na produção agrícola, com destaque na produção pecuária, na atividade pesqueira e florestal.

Por que essa queda de braço? Por que não utilizar essa boa intenção das Organizações Não-Governamentais em ajudar os que querem implantar um processo de desenvolvimento neste País, utilizando seu potencial, principalmente as hidrovias? Poder-se-ia, assim, encontrar uma fórmula para não degradar o ambiente, não prejudicar os rios, não atrapalhar os peixes e não prejudicar as populações ribeirinhas, ao contrário, oferecer-lhes os benefícios que o desenvolvimento já proporciona às populações das regiões mais desenvolvidas. Por que continuar impedindo que o progresso e o desenvolvimento se assentem nas regiões isoladas e esquecidas? Uma decisão a respeito disso precisa ser tomada.

Não devemos aceitar a interferência internacional porque é nossa obrigação e responsabilidade preocupar com a mortalidade infantil, com o índice de analfabetismo, com a impossibilidade de o habitante do meio rural aproveitar os benefícios e os recursos que a ciência e a tecnologia têm colocado à disposição da Humanidade. Muitos brasileiros não conhecem os benefícios da energia elétrica, não só como forma de afastar as trevas noturnas dos seus lares, mas de lhes permitir que utilizem recursos modernos como o rádio, a televisão, a geladeira e, muito mais

importante, de modernizar e otimizar a exploração da atividade econômica que ali exercem.

Na cacunda de um caminhão é impossível levar o progresso e o desenvolvimento para as regiões interioranas, que ficam sem condição de concorrência e o produtor sem competitividade. Efetivamente, o transporte rodoviário, é usado com exclusividade e impede essa possibilidade. O mundo desenvolvido utilizou-se do potencial hídrico e do sistema ferroviário para se comunicar.

Sr. Presidente, faz-se necessário implantar esse transporte, sim, não só na Região Centro-Oeste mas, sobretudo, na Região Norte do País, que precisa aproveitar essa modalidade para que a matriz de transporte deste País possa ser revertida, sob pena de, não o fazendo, não conseguir ocupar, de forma harmônica, as mais distantes e abandonadas regiões deste País.

Sr.^a Presidente, não posso concordar com o resultado preliminar, precipitado, açodado e, quem sabe, tendencioso dos organismos que fizeram esses estudos e análises. É preciso que os interessados em preservar o meio ambiente, em proteger as populações ribeirinhas encontrem uma forma de aproveitar o sistema hidroviário brasileiro como forma de beneficiá-las sem depredar o meio ambiente, enfim, que possa oferecer às populações dessas regiões um mínimo do conforto que o progresso e o desenvolvimento já têm oferecido às populações de outras regiões. Portanto, não concordo com essa decisão. Sou um defensor incontestado da implantação da hidrovia Araguaia-Tocantins e com o aproveitamento do potencial de Mato Grosso, como forma de ligar uma região importante do meu Estado aos principais portos deste País, já que Mato Grosso revela um potencial enorme para a produção de soja, principalmente. Portanto, os produtores e os moradores daquela região não podem ficar impedidos de colocar seus produtos a preços competitivos em quaisquer mercados: nacionais ou internacionais, tendo em vista não poderem se utilizar desse bem, desse presente dado pela natureza. Talvez esse seja um dos poucos presentes, porque, no mais, a região é isolada, é abandonada, legada ao ostracismo. Por isso, Sr. Presidente, não concordo; lutarei contra, pois sou defensor incontestado da implantação das hidrovias Araguaia/Tocantins e Rio das Mortes, assim como a de outras hidrovias que possam, na integração multimodal com os diversos modos de transporte deste País, promover a integração de diversas regiões, permitindo a integração do Brasil com outras nações.

Era o que tinha a registrar nesta manhã, Sr.^a Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sebastião Rocha.

Antes, porém, convido, para assumir a Presidência desta Casa, o nobre Senador Álvaro Dias, além de pedir a Deus que sempre ilumine esta Casa, esteja quem estiver na sua Presidência.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Senadores, somo-me aos votos de proteção divina para esta Casa, solicitados pela Senadora Thelma Siqueira Campos, e a felicito pela sua presença no Senado e na Presidência da Casa.

Sr. Presidente, o assunto que trago à tribuna desta Casa na tarde de hoje é, mais uma vez, a questão do salário mínimo. Desta feita, de uma forma mais concreta, haja vista que, na condição de membro da Comissão que analisa a medida provisória do salário mínimo, tenho podido participar mais ativamente deste debate com a presença de autoridades governamentais, e agora, há pouco, com lideranças sindicais que expuseram seus pontos de vista. Portanto, debates realmente não têm faltado. Mas, infelizmente, pelo que se observa, há uma predisposição do Governo, primeiro, em não permitir que o Congresso Nacional possa reverter aquilo que está determinado na medida provisória, ou seja, o salário mínimo fixado em R\$151,00, depois – e aqui é uma interpretação que faço do andamento dos trabalhos – nossa análise aponta para uma predisposição também do Governo de não votar essa medida provisória dentro do prazo, de não permitir, – porque quem vota é o Congresso Nacional –, por meio de sua Bancada majoritária, que se vote essa medida provisória no prazo devido, ou seja, até o dia 22 de abril deste ano.

Portanto, gostaria de fazer um apelo ao eminente Presidente do Congresso Nacional, Senador Antonio Carlos Magalhães, que tem sido uma voz aliada aos trabalhadores, aos aposentados, pelo menos neste ano, na busca de um salário mínimo menos aviltante, menos indigno para o povo brasileiro. Fazer um apelo ao Senador Antonio Carlos Magalhães, para que S. Ex.^a inclua na Ordem do Dia do Congresso Nacional, antes do dia 22, a medida provisória que trata do salário mínimo. E que no voto, então, cada Parlamentar possa ser responsável pelas consequências que poderão advir, seja da aprovação, seja da rejeição da medida provisória ou de suas modificações – no caso, particularmente, defendendo que ela seja modificada para que o salário mínimo possa alcançar, pelo menos, os R\$177,00.

Sr. Presidente, ao fazer esse apelo, tenho a convicção de que o Senador Antonio Carlos Maga-

lhães, Presidente do Congresso Nacional, está, de fato, imbuído da determinação de fazer com que o Congresso Nacional vote, não permitindo que esse assunto seja procrastinado; que haja um adiamento da votação, uma postergação da decisão da medida provisória, o que fará com que se transforme num fato consumado a decisão presidencial de definir o salário mínimo em R\$151,00.

Sr. Presidente, tenho procurado mostrar, nos debates da Comissão do Salário Mínimo, a forma maliciosa – às vezes eu a chamo de prodigiosa, engenhosa, mas, sobretudo, maliciosa, para não dizer, Presidente Álvaro Dias, de má-fé – com que o Governo utilizou essa estratégia de antecipar a data da vigência para o dia 3 de abril, por intermédio de medida provisória, além de outras decisões que o Governo adotou, que vou analisar dentro do tempo disponível, como o caso específico do salário mínimo regional e o de praticamente isolar os aposentados nessa discussão, inviabilizando qualquer reação mais objetiva, mais exitosa por parte dos aposentados e daqueles que defendem um salário mínimo mais digno para o nosso País.

Por que o Governo não enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei e sim uma medida provisória, se havia prazo suficiente? Se ao invés de ter editado uma medida provisória no dia 22 de março, o Governo tivesse mandado para o Congresso Nacional, naquela data, um projeto de lei? Desta forma transferiria para o Congresso Nacional a responsabilidade maior de definir um salário mínimo, de definir as fontes, e aqui dentro, então, sua Bancada iria, logicamente num debate democrático, discutir, analisar, defender suas teses, mas, sobretudo, daria uma oportunidade concreta para que o Congresso Nacional encontrasse e apontasse as fontes e definisse um salário mínimo menos injusto para o nosso País.

Mas o que fez o Governo? O Governo decidiu editar uma medida provisória e decidiu antecipar a data da vigência do salário mínimo para o dia 3 de abril, exatamente para criar o fato consumado, porque a partir do dia 3 de maio, ou caso não votemos a medida provisória até dia 22 de abril, ela será reeditada. Então, a partir do dia 3 de maio, os trabalhadores já receberão o salário mínimo de R\$151,00, e aí fica difícil reverter numa medida provisória reeditada depois de ter sido criado o fato consumado.

Deveria o Governo ter encaminhado para o Congresso Nacional um projeto de lei, com base na Constituição Federal, inclusive solicitando urgência urgentíssima, e aí, sim, se o Congresso Nacional não respondesse as suas responsabilidades dentro do tempo hábil e até o dia 30 de abril não votasse o projeto de lei, não deliberasse sobre a matéria, o Gover-

no teria condições concretas de editar uma medida provisória, fazendo valer a partir do dia 1º de maio, como tem sido todos os anos, o valor do salário mínimo que julgasse adequado na sua ótica.

Logicamente, não é muito simpático defender a tese de que o salário mínimo deveria ter vindo para o Congresso Nacional por meio de projeto de lei e que a data fosse mantida em 1º de maio, porque o Governo, estrategicamente, mais uma vez, de forma mais uma vez maliciosa, alega que houve um ganho para os trabalhadores, porque antecipou em 28 dias a vigência do novo salário mínimo. É uma estratégia exatamente eivada de doses maquiavélicas, para envolver os vários segmentos e desarticular, para dividir todos os segmentos da sociedade, a partir do próprio Congresso Nacional ou do segmento político partidário.

No primeiro ano em que o PFL assume a bandeira dos trabalhadores, de garantir, como disse, não um salário mais digno, um salário menos indigno, não mais justo, menos injusto e menos aviltante; no ano em que o PFL se coloca ao lado dos trabalhadores, ao lado dos partidos populares que sempre defenderam a bandeira de um salário mínimo melhor para o povo brasileiro, ou menos pior, ou menos ruim; neste ano, exatamente, o Governo isola, através dessa estratégia, o próprio PFL, ao definir que a responsabilidade pela definição das fontes cabe ao Ministro da Previdência Social, Waldeck Omelas, que pertence aos quadros do PFL. Com isso, logicamente, por outro lado, como disse no começo, isolou os aposentados, que ficaram enfraquecidos. Seria diferente se, ao lado dos aposentados, estivessem todos os demais trabalhadores do País, envolvidos numa luta concreta de elevar o valor do salário mínimo; mas praticamente ficaram sós os aposentados. Claro que há demonstração de boa vontade das centrais sindicais, mas, para o setor privado, para os Estados e para os Municípios, o Governo, mais uma vez, foi prodigioso e reinventou a fórmula fracassada do salário mínimo regional, e agora, mais do que nunca, definido pelos próprios Estados; antes, quem definia o salário mínimo regional era a União, o Governo. Com essa política, isolam os aposentados, segmento minoritário e desprovido das condições adequadas para reagir com a mesma força, com o mesmo esforço e com a mesma determinação do Governo.

Parece-me, então, que pouco há que se fazer, porque, pelos debates, o Governo tem sustentado, na Comissão do Salário Mínimo, uma posição irreversível, intransigente, de que não há fonte de recursos para o salário mínimo que não seja prejudicial ao equilíbrio fiscal, à estabilidade, à política de empregos de nosso País. Mas não é bem assim. Sempre que o Governo precisou arrecadar mais dinheiro pú-

blico, mais dinheiro do povo brasileiro para honrar compromissos com organismos multilaterais internacionais ou para se submeter às exigências desses organismos, teve iniciativas engenhosas para garantir a estabilidade fiscal. Sempre se socorria do que já é bastante forte no nosso País: a carga tributária, principalmente.

Dizia-se que era impossível encontrar fontes de recursos para minimizar a miséria em nosso País. Não dá para dizer que se vai exterminar a pobreza, que se vai reverter todo esse quadro de miséria que existe em nosso País, mas pelo menos pode-se minimizar a pobreza. Não havia possibilidade de recurso algum. No entanto, a Comissão apontou R\$4 bilhões, que são recursos insuficientes. A Senadora Heloisa Helena costuma dizer – com cálculos logicamente já comprovados – que são R\$4,00 por ano, se fôssemos fazer uma divisão *per capita* daqueles que estão enquadrados abaixo da linha da pobreza ou da linha da miséria. Mas foi possível encontrar fontes para R\$4 bilhões. Pelo menos isso é o que está na proposta em tramitação no Senado e que certamente, se aprovada, vai à Câmara.

Não sou economista, não sou tributarista, não sou constitucionalista. Sou formado em Medicina, e dediquei grande parte da minha vida à minha profissão. No Congresso Nacional, tenho feito um grande esforço para acompanhar a tramitação das matérias da área econômica, que praticamente monopolizam os debates. Tenho a ousadia de mencionar que houve, através da DRU – Desvinculação dos Recursos da União –, que aprovamos recentemente, até uma apropriação indébita, pelo Governo Federal, dos recursos da Previdência Social. Fala-se muito em apropriação indébita do contribuinte, do cidadão comum, de empresas, de homens públicos. O Governo Federal não pode também estar incorrendo numa apropriação indébita, ao utilizar os recursos da contribuição de salários e de recolhimentos dos trabalhadores, das empresas, e desses recursos eliminar 20% para usar ao seu bel-prazer? Aliás, para onde vão exatamente esses recursos da DRU – Desvinculação dos Recursos da União? Será que, na sua maioria, não está indo para pagar dívidas do Governo ou para tapar os buracos que existem nas contas públicas? Considero isso uma apropriação indébita dos recursos do INSS e da CPMF. A emenda constitucional que criou a CPMF é muito clara, quando diz que os recursos têm que ser utilizados exclusivamente para os fins que determina. Então, não caberia ao Governo retirar 20% da CPMF, portanto da Saúde e da Previdência Social, para utilizar à sua maneira, em detrimento dos trabalhadores brasileiros, dos aposenta-

dos brasileiros, que poderiam usufruir de um salário mínimo melhor.

Ora, a Comissão de Orçamento, da qual também faço parte, ficou aguardando a decisão do Congresso Nacional, do Senado em especial, acredito que o equivalente a 30 dias ou mais, para que se aprovasse a DRU, porque os recursos dela provenientes teriam que cobrir despesas aprovadas no Orçamento, nem sempre executadas, portanto previsão de despesas que seriam aprovadas – mas já aprovadas nos pareceres preliminares dos relatores –, exatamente com esses aproximadamente R\$40 bilhões. Só da Previdência, segundo cálculos, chega a aproximadamente R\$10 bilhões o valor que foi retirado por meio dessa DRU para cobrir, por exemplo, emendas – eu sou autor de emendas, defendendo-as e luto por elas, porque o meu Estado precisa –, na maioria das vezes, não executadas.

Então, os recursos saem daqui com a atribuição de garantir suporte para os programas e as ações incluídas no Orçamento da União, mas tais programas e ações dificilmente saem do papel ou são executados da forma como aprovados.

E por que defendo que o Governo usou de má-fé quando encaminhou medida provisória, e não projeto de lei? Porque, se tivesse feito por meio de projeto de lei, teria dado oportunidade para que o Congresso discutisse concretamente, ainda àquela época, em que era possível – quando se começou o debate do salário mínimo, não tínhamos aprovado a DRU, nem o Orçamento da União, que não está aprovado até o momento – o Governo tirar de si a responsabilidade maior e jogá-la para o Congresso Nacional. Poderiam ter dito: está aqui, estou propondo R\$40 bilhões, por meio da Desvinculação de Recursos da União, para utilizar da minha maneira. Mas, se o Congresso Nacional quiser, pode retirar daqui R\$4 bilhões neste ano, e, no ano que vem, vamos discutir novas fórmulas para cobrir o salário mínimo de R\$177,00 – ou R\$3,5 bilhões ou R\$ 3 bilhões, porque nem o Governo possui os números exatos.

Poderíamos, contudo, ter retirado, sim, dos próprios recursos da Previdência. Poderia o Governo, ao invés de 20% dos recursos da Previdência e da CPMF, se não quisesse deixá-los totalmente de fora, ter reduzido para apenas 10% ou 5%. Aí, jogava a responsabilidade para o Congresso Nacional, para as emendas de parlamentares, de Bancadas, e o meu Estado tem sido extremamente prejudicado na execução do Orçamento.

Só a nossa rodovia federal, a BR-156, praticamente a única do Estado do Amapá, há cinco anos não recebe um centavo para sua pavimentação. E todo ano, a Bancada do Amapá vai lá e coloca R\$10, R\$15 ou

R\$20 milhões. Chegamos até a colocar R\$50 milhões e, neste ano, temos a previsão de R\$18 milhões.

Quanto o Governo Federal vai liberar? Para onde vão esses recursos? No ano passado, tínhamos R\$7 milhões aprovados no Orçamento, e o Governo liberou pouco mais de R\$1,25 milhão, apenas para construção de pontes na nossa rodovia no Estado do Amapá.

Então, fica provado que o que faltou para o Governo foi, sim, sensibilidade social. O Ministro Pedro Malan ontem discordou e disse que este Governo, depois da implantação do Plano Real, tem sido o que mais investiu em programas sociais e citou vários nas áreas da saúde, educação, assistência social.

Não discordo que o Governo seja o que mais investiu – já que há dados, e não vou me contrapor a dados concretos –, mas ainda é um percentual insignificante perto do que o País gasta por ano com o pagamento de juros. Estima-se que o déficit público seja de R\$130 bilhões, e o Governo paga bilhões de reais por ano em juros, tanto da dívida interna quanto da dívida externa.

Então, está provado que falta, sim, ao Governo sensibilidade social, porque a maior mazela deste País é, sem dúvida alguma, a grande desigualdade social que nos coloca quase como campeões da desigualdade social no mundo. O Brasil é conhecido como o País das contradições, mas não tenho dúvida de que a mais perversa, a mais cruel e a mais pífida de todas as contradições é esta: 1% da população brasileira detém, aproximadamente, 50% da renda e da riqueza nacional; e 50% dos que ganham menos não conseguem acumular uma riqueza de 10%.

O Governo tem sido otimista, prevendo para este e para o ano que vem um crescimento do PIB de 3,5% e 4%, chegando a falar em 5%. Entretanto, quanto mais cresce o País, quanto mais se agiganta o PIB brasileiro, mais se aprofunda o fosso entre os que ganham mais, os que detêm maior riqueza e os que ganham menos e, portanto, detêm menor riqueza.

E é nesse aspecto que o Governo não tem tido a sensibilidade social devida. Não há dúvida nenhuma de que garantir um salário mínimo melhor, como provam estudos apresentados pela Comissão Especial de Salário Mínimo da Câmara, é também uma fórmula concreta de distribuir renda neste País. E o Governo, quando fez a sua escolha por um salário mínimo irrisório de R\$151,00, fez também a sua opção para continuar aprofundando as desigualdades sociais e a concentração de renda no nosso País.

O Sr. Ademir Andrade (PSB – PA) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP)

– Ouço, com prazer, o aparte do eminente Senador Ademir Andrade.

O Sr. Ademir Andrade (PSB – PA) – Senador Sebastião Rocha, creio que esta discussão, que já vem ocorrendo há algum tempo em função dos próprios interesses dos partidos da base do Governo, cada um tentando enganar mais a população, esclarecerá alguns pontos no momento oportuno.

Dentro de um mês, no máximo, estaremos todos, no Congresso Nacional, discutindo a medida provisória que estabeleceu o salário mínimo de R\$151,00 e a possibilidade de que cada Estado brasileiro possa ter o seu próprio salário mínimo, bem como discutindo a emenda constitucional que trata do teto salarial. E aí muita coisa poderá ser esclarecida, porque a opinião dos partidos e dos integrantes do Congresso Nacional poderá tomar-se mais clara para a opinião pública brasileira. Mesmo os que defendem o salário de apenas US\$100, sabem que isso não é suficiente e sabem também que esses US\$100 representam um aumento, em função do valor atual do salário mínimo, muito menor proporcionalmente do que o aumento previsto para o teto. Nós teremos a oportunidade aqui de discutir o teto duplex, que foi admitido pelos representantes dos três poderes do nosso País, e a opinião pública brasileira tomará consciência de quem trata essa questão com seriedade e com justiça e de quem faz apenas demagogia com o salário mínimo; ou mesmo daqueles que defendem o Governo apelando para a questão da estabilidade da moeda, sem levar em conta e sem trazer para análise da população o que o Governo brasileiro está fazendo com o dinheiro da população, sem trazer à consideração o socorro aos Proers e o que nós pagamos em juros. O Senador Álvaro Dias, que neste momento se encontra na Presidência, afirmou, por três vezes consecutivas, que o Brasil paga R\$90 bilhões de juros da sua dívida por ano. Então, tudo isso vai ter de ser levado em consideração. Quer dizer, não se pode dar um aumento de salário mínimo, porque isso vai gerar um déficit de R\$3, R\$4, R\$5 bilhões na Previdência – cada um tem um número diferente. No entanto, podem-se pagar R\$90 bilhões de juros a banqueiros nacionais e internacionais, podem-se socorrer bancos falidos com US\$30 bilhões, pode-se tomar um prejuízo – como foi anunciado pelo Banco Central – de US\$13 bilhões. Então, essas coisas precisam se tomar claras para a opinião pública brasileira. Nós e os Partidos que estamos nessa briga vamos falar a verdade e muita coisa será compreendida pelo povo; muitas máscaras vão cair neste Congresso Nacional. Entendo, portanto, que esse debate está sendo extremamente útil para a sociedade brasileira. Ele se dá a cada dia e a cada hora, mas terá

o seu momento definitivo quando cada um falar a verdade e não apenas fora de hora, e, na hora da decisão pelo voto, fazê-lo de maneira diferente daquilo que normalmente se apresenta perante a opinião pública. Obrigado a V. Exª.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP)

– Nobre Senador Ademir Andrade, agradeço o aparte de V. Exª que, seguramente, enriquece muito o meu pronunciamento. Tenho feito alguns comentários, inclusive mencionados por V. Exª agora, como, por exemplo, a questão do debate sobre o teto – e parece-me que, ontem, a comissão da Câmara já aprovou, inclusive, a possibilidade do teto duplex. Sobre esse assunto, tenho dito que o que se está discutindo para os aposentados é o subsolo salarial, porque o Governo, ao criar esse piso de R\$151,00, abaixo daquele que está previsto para os Estados, praticamente empurrou os aposentados para morarem no subsolo salarial, enquanto os parlamentares e os homens públicos vão morar no duplex salarial.

Há, ainda, outra observação importante feita por V. Exª, nobre Senador Ademir Andrade: a questão dos partidos. Recentemente, em um debate com o nobre Senador Lauro Campos na TV Senado, coloquei essa questão. Para não me alongar e concluir o meu pronunciamento, no caso concreto do PFL, eu disse, de uma forma desprovida de qualquer tentativa de agredir, de achacar o Partido da Frente Liberal, que o PFL não pode se transformar no PFC, no Partido do Faz de Conta. Portanto, a nossa expectativa e a dos trabalhadores e aposentados deste País é que o PFL, de fato, marche unido com a Oposição nessa questão do salário mínimo e possa, de forma coesa, votar a favor dos R\$177,00 que tanto estamos a defender.

Por outro lado, Senador Ademir Andrade, para concluir definitivamente, V. Exª mencionou que vamos votar o salário mínimo daqui a mais ou menos um mês. Mas a nossa expectativa é diferente. Estamos fazendo um apelo para que se vote imediatamente, para que não se crie o fato consumado que mencionei no começo do meu pronunciamento, porque se votarmos depois do dia 22 de abril será tarde demais, uma vez que o Governo já terá feito valer o que quer, que são os R\$151,00.

Nesse sentido, mais uma vez, renovo o apelo ao eminente Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado e do Congresso Nacional, para que S. Exª coloque essa medida provisória na Ordem do Dia do Congresso Nacional antes do dia 22 de abril.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Sebastião Rocha, a Sra. Thelma Siqueira Campos, de-

ixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Álvaro Dias.

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Geraldo Melo.

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para comunicar à Casa de que a reunião da Mesa, convocada para esta manhã, iniciou-se, efetivamente, após a Ordem do Dia. Desejo, pois, comunicar à Casa os resultados da reunião.

Em primeiro lugar, os resultados foram consensuais, não houve qualquer divergência. Houve uma discussão bastante longa, bastante serena a respeito do problema. E tendo sido apresentado o requerimento pelo Senador Roberto Freire de encaminhamento de todos os documentos entregues pelos Senadores Antonio Carlos Magalhães e Jader Barbalho ao Conselho de Ética do Senado Federal, a Mesa decidiu, então, que esse requerimento entrará na Ordem do Dia da sessão deliberativa de terça-feira próxima.

Em segundo lugar, havendo algumas dúvidas de natureza formal, apenas para dar uma idéia dessas dúvidas, vou-me referir a uma delas: o Senado Federal foi autorizado a promover a quebra do sigilo bancário tanto pelo Senador Antonio Carlos Magalhães quanto pelo Senador Jader Barbalho. Entretanto, a quebra do sigilo bancário de um e de outro não foi solicitada por nenhum órgão do Senado, por nenhuma instituição, não há nenhuma comissão de inquérito em curso, nenhuma investigação que envolva esse assunto. Foi uma iniciativa espontânea de cada um deles de oferecer essas informações à Casa e ao País. Então, qual a dúvida que surgiu em face disso? Uma vez tendo acesso à conta bancária desses Senadores, o que deve ser feito? Deve-se fazer uma análise da conta corrente de cada um e ir em busca de informação sobre cada depósito ou sobre cada despesa? Isso já seria o trabalho de um inquérito que não foi criado, que não foi constituído, que não existe na Casa.

Essa dúvida, ao lado de muitas outras, justificou que a Mesa atribuísse a mim – que, infelizmente, estou com a incumbência de presidir seus trabalhos em relação a essa matéria – a responsabilidade de abrir os documentos que forem entregues – o Senador Antonio Carlos Magalhães, além dos seus documentos, entregou 18 pastas que ninguém teve tempo sequer de abri-las ainda – e a tarefa de examinar esses documentos, assistido pela Consultoria Jurídica do Senado, o que seria um procedimento capaz de retar-

dar a decisão. Portanto, para evitar esse retardamento, fixou-se um prazo até terça-feira para que eu possa informar à Mesa, enfim, quais são os dados relevantes que encontrei nesses documentos, sem nenhuma característica de investigação da minha parte, até porque essa não é a minha função.

Em terceiro lugar, convocar nova reunião da Mesa para às 13 horas de terça-feira, quando o resultado desse trabalho será por mim informado, quando, então, a Mesa instruirá a mim sobre a natureza do despacho a ser proferido no processo. Ao mesmo tempo em que, em seguida, o Plenário estará apreciando o requerimento do Senador Roberto Freire.

Eram essas as informações que gostaria de transmitir à Casa. No entanto, resta dar uma informação, como me lembra muito bem o Senador Eduardo Suplicy: por sugestão de alguns deles, estou pedindo aos Líderes de partido na Casa que, por gentileza, concordem em se reunir comigo antes da reunião da Mesa na terça-feira, para que as decisões que venham a ser tomadas em uma situação que envolve tamanha responsabilidade e os interesses do Senado Federal e da sociedade tenham a participação da experiência, do conhecimento e da responsabilidade de todos eles, embora, evidentemente, a Mesa vá exercer a sua atribuição na plenitude das suas responsabilidades e dos seus direitos, mas não custa fazer uma apreciação do cenário e da situação geral com o apoio e a presença dos Líderes de todos os partidos.

Em síntese, foram aprovados esses três pontos pela Mesa e estou empenhado em promover uma reunião dos Líderes na terça-feira, antes da reunião final, que está marcada para às 13 horas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – A Mesa agradece as informações prestadas pelo Senador Geraldo Melo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, muito embora esteja ultrapassado o horário, pediria apenas o direito de fazer uma brevíssima comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – A Presidência concede a V. Ex^a a palavra pelo tempo de um minuto.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) Para comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assim como a Senadora Heloisa Helena, venho prestar uma homenagem ao julgamento que resultou na absolvição de José Rainha. Por quatro votos a três – retifico porque ontem a primeira informação que me foi transmitida era de que tinha sido por unanimidade – o júri absol-

veu José Rainha Neto da denúncia de co-autoria nas mortes do fazendeiro José Machado Neto e do policial militar Sérgio Narciso da Silva.

Registro as palavras de Evandro Lins e Silva que, com Luís Eduardo Greenhalg e Aton Fon, a equipe de defesa, disse:

"Os jurados souberam libertar-se de algum pensamento político diferente do de Rainha e julgar de acordo com a prova do processo, reconhecendo que ele não teve qualquer participação na lamentável morte do fazendeiro e do soldado. Eu não sou a favor da violência, sou um homem pacífico. Antes de advogado, eu sou um cidadão".

É importantíssima essa decisão que faz com que possamos ter sempre mais fé na realização de justiça para o fortalecimento dos órgãos do Poder Judiciário. Isso é da maior relevância. Tenho a convicção de que essa decisão colabora – e muito – para que haja paz no campo, para que os trabalhadores possam continuar lutando, assim como todos aqueles que desejam uma reforma agrária, uma estrutura fundiária mais justa.

Sr. Presidente, quero homenagear o extraordinário advogado, ex-Ministro Evandro Lins e Silva, repetindo uma frase sua ao responder se não pensava em se aposentar, tendo em vista seus 88 anos de vida:

"O júri é uma tentação. Sempre que me perguntam qual foi a maior das minhas atuações, eu respondo: a próxima".

A nossa homenagem a Evandro Lins e Silva, a Luís Eduardo Greenhalg e a todos que colaboraram para o veredito do júri pela absolvição de José Rainha.

O Sr. Ademir Andrade (PSB – PA) – Sr. Presidente, peço a V. Exª que prorogue a sessão por dois minutos, para que eu também possa fazer uma manifestação muito breve.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – A Presidência prorroga a sessão por cinco minutos para que V. Exª tenha oportunidade de falar por dois minutos.

V. Exª tem a palavra.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) (Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Agradeço muito a V. Exª.

Sr. Presidente, embora os acontecimentos de ontem estejam repercutindo imensamente na imprensa, há um fato que me preocupa e que me chama atenção e faço questão de trazê-lo para o Senado da República, porque não ouvi ninguém falar sobre ele hoje.

O Brasil está fazendo um grande movimento oficial para comemorar os 500 anos do descobrimento do Pals. A Rede Globo tem investido bastante, mon-

tando, em todo território nacional, relógios que marcam os dias que faltam para chegarmos a essa data.

Ontem, ocorreu um fato extremamente grave, que precisa ser devidamente apurado, e sobre o qual a opinião pública deve se manifestar, inclusive, a própria Funai: os índios pataxós, na região de Coroa Vermelha, na Bahia, ergueram um monumento que expressa também a história daquele povo. A história do Brasil não pode ser apenas a história oficial, a história dos meios de comunicação, a história do Governo, mas precisa ser a história do povo. E os índios ergueram um monumento falando da sua vida, do massacre que sofreram ao longo desses 500 anos.

Lamentavelmente, o Governador da Bahia, César Borges, sob a argumentação de que estava preservando o meio ambiente, ordenou à Polícia Militar que destruísse aquele monumento, o que foi feito de forma extremamente violenta, utilizando, inclusive, tratores. Segundo a legislação, o direito do índio pressupõe um direito maior do que a própria questão do meio ambiente, até porque ninguém preserva tanto o meio ambiente quanto o índio brasileiro. Se o Governador tinha objeções quanto ao local onde foi implantado o monumento, S. Exª poderia tentar chegar a um acordo sobre um local mais adequado para os índios manifestarem o seu protesto e falarem da sua história. O Sr. César Borges não deveria simplesmente mandar a Polícia Militar destruir o monumento com um trator.

A informação é que o Ministro Rafael Greca teria dado essa ordem, mas o Ministério negou. Assim, a impressão que temos é de que a culpa cabe toda ao Governador da Bahia. Isso é lamentável e precisa ser apurado. O Senado Federal e a própria Funai, que é o órgão de proteção dos interesses indígenas nesse Pals, devem se manifestar sobre isso.

Dessa forma, registro o meu protesto a essa atitude da Polícia Militar da Bahia, esperando que se chegue a um entendimento e que os índios também possam expressar o seu ponto de vista a respeito da nossa história. Afinal, antes de começarmos a nossa história, eles já ocupavam este imenso território brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Os Srs. Senadores Ernandes Amorim, Freitas Neto, Carlos Patrocínio, Gilvam Borges e Francelino Pereira enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. ERNANDES AMORIM (PPB – RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o "S" do BNDE e as frustrações da Saúde, é o título de um artigo escri-

to pelo eminente Doutor Adib Jatene, nosso saudoso ex-ministro da saúde, e um dos mais respeitados cardiologista do mundo, que para nossa glória nasceu na Amazônia. O Doutor Adib relata nesse artigo a Conferência Mundial da Saúde de 1978, realizada na então União Soviética, onde foi cunhada a frase "Saúde para todos no ano 2000". Pela oportunidade do tema e pela seriedade insuspeita do seu autor, requeiro a Mesa Diretora a transcrição integral do artigo abaixo transcrito e que faça parte integrante do meu discurso para que esta Casa tome conhecimento da origem da letra "S" do BNDES e as suas distorções assim como a dívida do Banco com o povo brasileiro.

O "S" do BNDE e as frustrações da Saúde

A Proposta do Conass era destinar 1% do IPI e do IR ao fundo que pleiteávamos

Adib Jatene

O acréscimo do S à sigla do BNDE tem relação com a busca de recursos vinculados para o setor da saúde. Essa história precisa ser contada, especialmente quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso e o Ministro José Serra se manifestam favoráveis a vincular recursos para a saúde.

A história começa com a conferência da Organização Mundial da Saúde de 1978, em Alma Ata, na então União Soviética. Foi cunhada a frase "Saúde para todos no ano 2000" e ressaltaram-se a ênfase no atendimento básico e a crítica aos gastos com o atendimento hospitalar, o que alimentou discussões acaloradas envolvendo as chamadas medicina preventiva e curativa. Essa discussão está, hoje, ultrapassada, com a ênfase no atendimento integral.

Os secretários estaduais da Saúde que assumiram os cargos em 1979 estavam muito influenciados pelos resultados dessa conferência e estimularam em seus Estados a ampliação do número de unidades básicas de saúde, os chamados postos ou centros de saúde. Em São Paulo elaboramos um amplo programa para a expansão dos serviços básicos de saúde na área metropolitana, que foi rebatizado como Programa Metropolitano de Saúde. A proposta previa 490 unidades básicas e 40 hospitais locais. Recursos foram obtidos junto ao Banco Mundial e pouco mais da metade das unidades foi construída em nosso governo e nos que se sucederam.

Nos outros Estados, em uns mais, em outros menos, esforços semelhantes eram realizados. Foi nessa época, sob a gestão do Secretário Jofran Frejat, que se construiu em Brasília uma grande rede de unidades básicas. Cedo, porém, se deram conta os secretários de que não bastava construir prédios e equipá-los. Era preciso manter pessoal qualificado e oferecer, além da prevenção, tratamentos e medicamentos com custos crescentes. Como a atividade

não podia ser interrompida ou reduzida, os recursos deveriam ser seguramente garantidos e crescentes, não podendo ficar na dependência de decisões da área econômica, que, diga-se, enfrentou sempre o dilema de cortes ou déficits – ambos danosos.

Diante do objetivo comum, os secretários da época constituíram o Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde (Conass), do qual fui o primeiro presidente, cujo objetivo principal era contribuir para que a meta da OMS fosse atingida no ano 2000.

Em reunião em Manaus, decidiu-se que todos os secretários comparecessem ao gabinete do então Ministro do Planejamento, Delfim Netto, para solicitar a criação de um fundo seguramente vinculado ao atendimento básico de saúde, suficiente para operacionalizar a rede que com muita dificuldade estava sendo construída. A proposta do Conass que levamos ao ministro era destinar 1% do IPI e do Imposto de Renda ao fundo que pleiteávamos.

O ministro recebeu com simpatia a proposta e sugeriu que conseguíssemos de nossos governadores que trouxessem o mesmo pleito nas reivindicações ao seu ministério. Aconselhou-nos ainda a procurar o apoio do Ministro-Chefe da Casa Civil. Em nome de todos os secretários, fui recebido pelo então Ministro Golbery do Couto e Silva, que reagiu favoravelmente à nossa proposta de vincular recursos à atividade, dizendo que se empenharia pessoalmente pela sua efetivação.

O ministro Delfim Netto acabou por criar um fundo cuja base não foi nossa proposta, mas que representava em volume de recursos algo capaz de alavancar a atuação das secretarias e mudar o panorama da saúde das populações carentes, àquela época com dificuldade até para vacinar seus filhos. Nessa altura, o Ministro Golbery, que nos apoiava, deixou o governo e foi substituído por Leitão de Abreu, a quem procurei para manter o apoio da Casa Civil, julgado indispensável.

Após a explanação de toda a proposta que envolvia todos os secretários da Saúde e da expectativa de conseguirmos a vinculação dos recursos para a atenção básica de saúde, ouvi do Ministro Leitão que os recursos do fundo elaborado por Delfim Netto não seriam vinculados à saúde, mas iriam para o BNDE – que teria um S acrescentado à sua sigla – e ficariam à disposição do presidente para atender situações emergenciais, inclusive na área da saúde. Foi nossa primeira grande frustração, quando se trocou a vinculação de recursos para a saúde pela ampliação da sigla do banco, que passou a ser BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Durante duas décadas não vimos recursos dessa fonte para as situações emergenciais do setor de saúde.

Outras frustrações se sucederam. A perda dos recursos da Previdência deu-se em duas etapas. A primeira ocorreu quando da passagem do Inamps para o Ministério da Saúde, quando a parcela acima de 20% da arrecadação do INSS foi reduzida para 14,5%; a segunda foi em 1993, quando essa parcela foi totalmente extinta. Outra perda foi a da parcela da Cofins, tornada constitucional inclusive porque grande parte de sua arrecadação seria destinada a sustentar o orçamento da saúde. Entre 1994 e 1998 houve redução dessa fonte de 67% para 23% no orçamento para o Ministério da Saúde. No orçamento deste exercício, a parcela da Cofins para a Saúde é de 22%. A perda mais recente foi a esterilização da CPMF, que de recurso adicional passou a ser substitutivo das outras fontes de receita do ministério que foram reduzidas.

Com a entrada do Ministro José Serra, as fontes do ministério estão sendo minimamente preservadas, e todos esperamos que sejam ampliadas - e principalmente que se conquiste a tão desejada vinculação.

Tenho, por isso, fundadas esperanças de que nossas frustrações, iniciadas com o S do BNDE, passando pela perda dos recursos da Previdência, de grande parte da Cofins e pela esterilização da CPMF, estejam chegando ao fim, com a aprovação da vinculação pela Câmara Federal em dois turnos.

Quando todos esperávamos sua aprovação ainda em 1999 pelo Senado, dificuldades regimentais adiaram a matéria, que precisa ser aprovada com a urgência que a situação dramática do setor está a exigir. Dessa forma, a luta de pelo menos 20 anos por vinculação de recursos para a saúde nos três níveis do governo, associada aos inegáveis avanços da área, entre os quais o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (Pacs) e o Programa de Saúde da Família (PSF), permitirá, afinal, montar um esquema financeiro suficiente para a consolidação definitiva do SUS.

Dessa consolidação dependem 75% da população, que está à margem de um desenvolvimento que não a beneficia e espera desesperadamente por acesos capazes de manter a esperança de dias melhores.

Adib D. Jatene, 70, cardiologista, é professor aposentado da Faculdade de Medicina da USP e Diretor-Geral do Hospital do Coração.

Obrigado.

O SR. FREITAS NETO (PFL - PI) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faleceu no dia 2 de abril, em Teresina, o médico psiquiatra Clidenor de Freitas Santos, antigo parlamentar e um dos últimos represen-

tes de uma geração de homens públicos que prestou inestimável contribuição para o Brasil e para o Piauí. Tornou-se nacionalmente conhecido em função de sua ação política, mas deixou realizações de grande importância em nosso Estado. Tinha 87 anos.

Formado em Medicina, dedicou-se desde cedo à Psiquiatria, especializando-se na atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1940 nomeado diretor do Hospital Areolino de Abreu, instituição pública destinada ao tratamento de doenças mentais. Ao chegar, impressionou-se com a precariedade das condições e com o mau atendimento dispensado aos internos, em grande parte imobilizados em camisa de força ou mesmo sob correntes, mal recebendo acompanhamento médico. Determinou imediatamente uma reforma completa no hospital, implantando tratamento psiquiátrico racional e moderno.

Essa experiência e o entusiasmo que sentia pela ciência levaram-no, após 14 anos no Areolino de Abreu, a fundar sua própria clínica, o Hospital Psiquiátrico Meduna. Com o correr dos anos, tornou-o um marco, não apenas para o Piauí, mas para todo o Nordeste. Fundado em 1954, o Hospital Meduna acolheu até hoje mais de cem mil pacientes.

Sempre teve, como se pode perceber pelo papel que desempenhou na Medicina piauiense, aprofundado espírito público. Foi o que o levou à vida pública. Após uma tentativa de se eleger prefeito de Teresina, conquistou, em 1958, uma cadeira de deputado federal. Pertencia aos quadros do PTB e destacou-se muito no decorrer desse mandato. Datam dessa época a amizade, de que sempre se orgulhou, com eminentes vultos do nosso Congresso, entre os quais citaria José Sarney, Almino Afonso e Neiva Moreira.

À essa época, a efervescência política levava à formação de blocos parlamentares que frequentemente ultrapassavam os limites partidários. Era o caso da Frente Parlamentar Nacionalista, com a qual Clidenor de Freitas Santos se identificou. Uma de suas principais bandeiras era o desenvolvimento da saúde pública, com a universalização de um atendimento médico de qualidade. Como os demais integrantes da Frente, Clidenor de Freitas Santos se opunha às concessões ao capital estrangeiro, que considerava excessivas, e defendia a ampliação do papel do Estado na economia, não só como regulador, mas também como participante. Como se pode perceber, há uma extrema semelhança entre essa agenda política e a que ocupa os debates de hoje, passados mais de quarenta anos.

Nas eleições seguintes, em 1962, houve uma ampla recomposição de forças políticas no Piauí, com a coligação que, articulada por Petrônio Portella, levou a uma inédita união de PSD e UDN, os dois maio-

res partidos do Estado. Clidenor ficou apenas na segunda suplência de sua coligação, mas o respeito que conquistara na Capital levou o então Presidente João Goulart a convidá-lo para dirigir o IPASE.

As cassações e suspensões de direitos políticos feitas logo após a vitória do movimento visavam especialmente os integrantes da Frente Parlamentar Nacionalista. Mesmo sem exercer mandato no momento, Clidenor de Freitas Santos foi destituído da presidência do IPASE, perdeu os direitos políticos e foi forçado a se exilar no Uruguai, onde permaneceu por quatro anos. De volta ao Brasil, sofreu ainda novas perseguições.

Seria preciso mais do que isso, porém, para tirar-lhe a alegria de viver. Não se afastou inteiramente da política, mas dedicou-se prioritariamente à Medicina e à sua biblioteca, além de atividades culturais. Um dos maiores especialistas em Cervantes no Brasil, tinha na biblioteca centenas de exemplares de D. Quixote da La Mancha, muitos deles edições raras. Era ainda membro da Academia de Letras do Piauí.

Certamente, será possível fazer a Clidenor de Freitas Santos o maior de todos os elogios: ele trabalhou de forma ardorosa e dedicada pela sua terra, deixando marca que não se apagará.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL - TO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Constituição Federal relaciona, entre as atribuições do Presidente da República, a de expedir decretos e regulamentos destinados à fiel execução das leis. Certamente, tal prerrogativa não autoriza mudar os termos da destinação da norma, o claro propósito definido pelo legislador.

Vemos aqui que o Decreto presidencial de número 3.181, de 23 de setembro de 1999, objetivando regulamentar a Lei número 9.787, de 10 de fevereiro de 1999, que "altera a Lei 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências", é uma fiel demonstração da incompatibilidade dos seus termos com os de parte significativa da Lei que deseja regulamentar.

Estabelece no seu parágrafo único do artigo sétimo, a condição de que "o medicamento similar só poderá ser comercializado e identificado por nome comercial ou marca", uma exigência não prevista pelo legislador, tudo evidenciando um caso típico em que o regulamento ultrapassa o comando da lei.

Parece-nos que aí está configurado, estranhamente, um nítido descaso às recomendações do processo legislativo, principalmente quando trata da hierarquia a ser observada pelo ordenamento jurídico, rigoroso na condenação de que o texto de Decreto re-

gulamentar contrarie ou exceda, de alguma forma, o disposto na Lei que lhe é ascendente.

Parece-nos oportuno acrescentar, também, que a Lei em questão, dispondo sobre a implantação da política de medicamentos genéricos, objetiva a redução do preço dos remédios, mantidas as suas qualidade e eficácia terapêuticas, fabricados sobretudo pelos laboratórios farmacêuticos de grande porte. Com isso, espera-se que o consumidor seja beneficiado com a diferença de preços entre os remédios genéricos e os de marca, calculada em percentuais que variam de 35% a 70%.

A nova legislação, ao adotar a política de medicamentos genéricos, determinou o confronto das grandes empresas e mesmo das multinacionais do setor com os pequenos laboratórios nacionais, gerando novas classes de defensores e opositores de suas disposições, pois está em jogo o quarto mercado farmacêutico do mundo, com um movimento anual estimado em 10 bilhões de dólares.

A Lei autoriza a produção de remédios identificados apenas pelos seus princípios ativos, uma experiência que, universalmente, vem assegurando uma economia de 40% para o consumidor. Ademais, com a normal execução da Lei dos Genéricos, a partir do ano vindouro, haverá uma redução das despesas do Sistema Único de Saúde (SUS), calculada em 800 milhões de dólares.

Dal o entendimento, divulgado pelo Ministério da Saúde, de que não se justificam as discussões em torno do tema, porquanto destinadas a "gerar na opinião pública um preconceito contra os genéricos e os similares". Medicamentos similares também são cópias, mas não substituem o remédio de marca, sem expressa indicação na receita médica. Os genéricos, por sua vez, poderão ser adquiridos sem essa exigência, nas farmácias e drogarias, em substituição aos medicamentos de marca.

Dessa forma, a Lei define, de modo límpido, que o medicamento genérico é "similar a um produto de referência ou inovador, que se pretende ser com este intercambiável, geralmente produzido após a expiração ou renúncia da proteção patentária ou de outros direitos de exclusividade, comprovada a sua eficácia, segurança e qualidade, e designado pela Denominação Comum Brasileira (DCB) ou, na sua ausência, pela Denominação Comum Internacional (DCI)".

O medicamento similar, por sua vez, é "aquele que contém o mesmo ou os mesmos princípios ativos, apresenta a mesma concentração, forma farmacêutica, via de administração, posologia e indicação terapêutica, preventiva ou diagnóstica, do medicamento de referência registrado no órgão federal responsável pela vigilância sanitária, podendo diferir so-

mente em características relativas ao tamanho e forma do produto, prazo de validade, embalagem, rotulagem, excipientes e veículos, devendo sempre ser identificado por nome comercial ou marca".

Episódios como os ora comentados colaboram para a existência de um tempo no qual a lei, como "ato normativo fundado na soberania", encontra-se em crise, conforme a oportuna advertência do Professor de Direito Constitucional Celso Ribeiro Bastos, da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo.

A banalização da lei e o seu enfraquecimento como ato normativo, depõem contra o seu "caráter de estabilidade, generalidade e abstração". Em consequência, a lei "cada vez menos contém regras de direito" e, muitas vezes, "as recomendações são maiores que as ordens", como no caso presente, modificando os termos com os quais o Legislador consignou, expressamente, a sua vontade.

Assim, também, entendemos, ao demonstrar que ao ato hierarquicamente inferior não se concede o poder de contrariar a norma que lhe dá causa. É inaceitável, por isso, que a tecnocracia do Ministério da Saúde, pretextando regulamentar, via Decreto, disposição de Lei aprovada pelo Congresso Nacional, resvale dos seus estritos termos e venha a dispor de forma contrária ou simplesmente diversa daquela consagrada pelo Legislador pátrio.

Era o que tínhamos a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CARLOS PATROCÍNIO EM SEU DISCURSO.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

**DECRETO Nº 3.181, DE 23 DE
SETEMBRO DE 1999.**

Regulamenta a Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e, tendo em vista o disposto no art. 57, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976 e no art. 4º, da Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999, decreta:

Art. 1º Constarão, obrigatoriamente, das embalagens, rótulos, bulas, prospectos, textos, ou qualquer outro tipo de material de divulgação e informação médica, referentes a medicamentos, a terminologia da Denominação Comum Brasileira – DCB ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional – DCI.

Art. 2º A denominação genérica dos medicamentos deverá estar situada no mesmo campo de impressão e abaixo do nome comercial ou marca.

Art. 3º As letras deverão guardar entre si as devidas proporções de distância, indispensáveis à sua fácil leitura e destaque, principalmente, no que diz respeito à denominação genérica para a substância base, que deverá corresponder à metade do tamanho das letras e caracteres do nome comercial ou marca.

Art. 4º O cartucho da embalagem dos medicamentos, produtos dietéticos e correlatos, que só podem ser vendidos sob prescrição médica, deverão ter uma faixa vermelha em toda sua extensão, no seu terço médio inferior, vedada a sua colocação no rodapé do cartucho, com largura não inferior a um quinto da maior face total, contendo os dizeres: "Venda sob prescrição médica".

Art. 5º Quando se tratar de medicamento que contenha uma associação ou combinação de princípios ativos, em dose fixa, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, por ato administrativo, determinará as correspondências com a denominação genérica.

Art. 6º É obrigatório o uso da denominação genérica nos formulários ou pedidos de registro e autorizações relativas à produção, comercialização e importação de medicamentos.

Art. 7º Os laboratórios que atualmente produzem e comercializam medicamentos com ou sem marca ou nome comercial terão o prazo de quatro meses para as alterações e adaptações necessárias ao cumprimento do disposto na Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999, e neste Decreto.

Parágrafo único. O medicamento similar só poderá ser comercializado e identificado por nome comercial ou marca.

Art. 8º A Agência nacional de Vigilância Sanitária, regulamentará os critérios de dosagem referentes à Denominação Comum Brasileira – DCB em todos os medicamentos, observado o posto nos arts. 3º e 5º deste Decreto.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 Fica revogado o Decreto nº 793, de 5 de abril de 1993.

Brasília, 23 de setembro de 1999; 178º da Independência e 111º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – José Serra.

DECRETO Nº 3.182, DE 23 DE SETEMBRO DE 1999.

Regulamenta a Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999, que dispõe sobre o ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, da Constituição, e de acordo com o disposto no art. 22 da Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999, decreta:

CAPÍTULO I Das Finalidades

Art. 1º O Sistema de Ensino do Exército tem por finalidade qualificar os recursos humanos necessários à ocupação de cargos previstos e ao desempenho de funções definidas na estrutura organizacional do Exército Brasileiro.

Art. 2º O ensino no Exército obedece a processo gradual, constantemente aperfeiçoado, de qualificação continuada desde os estudos e práticas mais simples, até os elevados padrões de cultura geral e profissional.

Art. 3º O ensino no Exército deve assegurar a seu pessoal, por meio dos diferentes cursos de humanística, filosófica, científica e tecnológica, política e estratégica, para permitir acompanhamento da evolução das diversas áreas do conhecimento, inter-relacionamento com a sociedade e a atualização constante da doutrina militar.

Art. 4º O planejamento, a execução e o controle da instrução militar no Exército serão regulados em ato do Comandante do Exército.

Art. 5º As atividades de ensino e de instrução militar devem estar integradas, observadas a doutrina militar, a valorização dos recursos humanos e a busca do constante aperfeiçoamento.

CAPÍTULO II Da Estrutura

SEÇÃO I Dos Graus de Ensino

Art. 6º O ensino no Exército compreende três graus:

I – fundamental, destinado a qualificar pessoal para a ocupação de cargos militares e o desempenho de funções próprias de soldados e cabos;

II – médio ou técnico, destinado à qualificação de pessoal para a ocupação de cargos militares e desempenho de funções próprias das graduações de sargentos e subtenentes e dos postos dos integrantes do Quadro Auxiliar de Oficiais; e

III – universitário ou superior, destinado à qualificação de pessoal para a ocupação de cargos militares e o desempenho de funções próprias de oficiais e de oficiais-generais.

Art. 7º Os graus do ensino preparatório e assistencial, mantido pelo Exército, por meio dos Colégios Militares e da Escola Preparatória de Cadetes do Exército, obedecem à legislação federal pertinente, ressalvadas suas peculiaridades.

SEÇÃO II Das Linhas de Ensino

Art. 8º O ensino no Exército desenvolve-se em quatro distintas linhas de ensino militar:

I – Bélico, destinada à qualificação continuada de pessoal necessário à direção, ao preparo ao emprego da Força Terrestre;

II – científico-tecnológico, destinada à qualificação continuada de pessoal necessário à direção e a execução das atividades científico-tecnológicas;

III – de Saúde, destinada à qualificação continuada de pessoal necessário à direção e à execução das atividades de saúde; e

IV – Complementar, destinada à qualificação continuada de pessoal necessário ao desempenho de atividades não enquadradas nas linhas anteriores e definidas em legislação específica.

SEÇÃO III Dos Ciclos de Ensino

Art. 9º Para efeito de progressão na carreira militar, as atividades de ensino são grupadas da seguinte forma:

I – 1º Ciclo, cursos de formação e graduação;

II – 2º Ciclo, cursos de aperfeiçoamento;

III – 3º Ciclo, cursos de altos estudos militares; e

IV – 4º Ciclo, curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército.

§ 1º Os cursos de preparação, especialização, extensão e os estágios, civis ou militares, poderão ocorrer em todos os ciclos tratados neste artigo.

§ 2º Os cursos de pós-graduação ocorrem nos ciclos nos incisos II, III, e IV deste artigo.

§ 3º As praças e os integrantes do Quadro Auxiliar de Oficiais e do Quadro Complementar de Oficiais progredem na carreira militar até o 2º ciclo.

CAPÍTULO III Da Organização

Art. 10. Integram o Sistema de Ensino do Exército:

I – Estado-Maior do Exército, órgão de direção central, a quem compete formular a política de ensino e suas respectivas

diretrizes estratégicas e planejar, organizar, coordenar e controlar o funcionamento do Sistema;

II – Departamento de Ensino e Pesquisa, órgão de direção setorial, responsável pelas Linhas de Ensino Militar Bélico, de Saúde e Complementar, competindo-lhe planejar, organizar, coordenar e controlar as atividades de ensino e de pesquisa dos órgãos que integram estas Linhas;

III – Secretaria de Ciência e Tecnologia, órgão de direção setorial, responsável pela Linha de Ensino Militar Científico-Tecnológico, competindo-lhe planejar, organizar, coordenar e controlar as atividades de ensino e de pesquisa dos órgãos que integram esta Linha;

IV – órgãos técnico-normativos, competindo-lhes dirigir, orientar, supervisionar e avaliar as atividades de ensino e de pesquisa em organizações diretamente subordinadas ou em organizações, para este efeito, vinculadas;

V – institutos de pesquisa, competindo-lhes realizar estudos e pesquisas com o propósito de dotar o Exército de novas técnicas e de novos materiais;

VI – estabelecimentos de ensino competindo-lhes planejar, administrar e avaliar o ensino e a aprendizagem, fornecendo informações aos escalões superiores sobre a execução do processo com o objetivo de aprimorá-lo constantemente; e

VII – organizações militares designadas para colaborar nas atividades de ensino.

Parágrafo único. Compete ao Comando de Operações Terrestres planejar, organizar, coordenar e controlar as atividades relativas à Instrução Militar.

CAPÍTULO IV Dos Cursos e Estágios

SEÇÃO I Dos Currículos e Programas

Art. 11. Os cursos são regidos por currículos elaborados de acordo com metodologia própria, utilizada em todos os estabelecimentos de ensino.

Art. 12. Os planos de disciplina ou matéria, anexos, aos currículos dos diferentes cursos, devem conter os objetivos educacionais a serem alcançados, os assuntos a serem tratados, as cargas horárias previstas e as práticas didáticas a serem adotadas.

Art. 13. Os currículos e os programas desenvolvidos no âmbito do Sistema de Ensino do Exército devem:

I – favorecer a participação discente nas atividades de ensino-aprendizagem planejar por intermédio do trabalho em grupo, da pesquisa, de jogos educacionais e de outros procedimentos centrados no aluno;

II – prever mecanismos para a revisão continuada de seus objetivos, conteúdos e práticas didáticas, com base nos dados colhidos nas avaliações e validações procedidas;

III – enfatizar e prever as condições necessárias ao desenvolvimento dos objetivos educacionais da área afetiva, particularmente: patriotismo, responsabilidade, lealdade, disciplina, entusiasmo profissional, cooperação, iniciativa, criatividade e os atributos inerentes à liderança;

IV – favorecer o aprimoramento das expressões escrita e oral, estabelecendo, inclusive, programas de leitura;

V – incentivar o auto-aperfeiçoamento e a predisposição à mudança;

VI – promover intercâmbio entre as organizações militares do Sistema de Ensino do Exército e das outras Forças Singulares, e com entidades civis;

VII – favorecer a ampla utilização da informática nas atividades presenciais, não-presenciais e no ensino à distância;

VIII – enfatizar a aprendizagem de idiomas estrangeiros, particularmente nos cursos de formação, desenvolvendo a capacidade de expressão e compreensão oral e escrita;

IX – promover o desenvolvimento cultural e;

X – enfatizar a necessidade de conhecimento e preservação do meio ambiente

Art. 14. Os estágios são regidos por programas próprios, semelhantes aos planos de disciplina ou matéria e confeccionados de acordo com a metodologia para elaboração e revisão de currículos.

Art. 15. A pós-graduação, complementando a graduação e a formação universitária, possui programas de mestrado e de doutorado e currículos dos cursos de aperfeiçoamento, de especialização e outros.

Art. 16. A instrução militar é regida por programas-padrão e por diretrizes expedidas pelo Comando de Operações Terrestres.

SEÇÃO II

Da Equivalência de Estudos

Art. 17. O grau universitário ou superior do Sistema de Ensino do Exército é equivalente ao nível de educação superior, na forma do art. 83 da Lei nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, além da iniciativa legislativa, o mandato parlamentar confere aos Membros do Congresso Nacional o dever de zelar pelo interesse público e pelo bem comum.

Na defesa do interesse público, utilizamos desta prestigiosa Tribuna para dar a devida publicidade aos fatos que afetam, direta ou indiretamente, a vida dos cidadãos.

Ontem, chegou ao meu conhecimento, que no dia 14 de abril de 1999, prestou depoimento, perante o Exmo. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal de Macapá, a testemunha Alex Ricardo Ramos Amoras. Esse depoimento faz parte do processo criminal promovido pelo Ministério Público Estadual contra o Sr. Remivaldo Jardim Lima.

Seria este um processo entre tantos outros a não ser por um detalhe, que lhe confere magnitude surpreendente: na ocasião, o depoente afirmou sem rodeios que o Sr. Governador do Estado do Amapá estaria envolvido com o tráfico ilícito de entorpecentes.

Disse também que um suposto traficante, conhecido pelo apelido de “Barbudo Sarrafo”, agiria como testa de ferro do Sr. Governador.

Além disso, o depoente acusa o Governador do Estado de ter mandado matar a pessoa conhecida por “Barbudo Sarrafo”, tendo, ainda, revelado o nome do suposto matador de aluguel.

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Senadores. Antes de proferir essas palavras, refleti bastante a respeito das consequências que adviriam. Não sou homem de cometer injustiças, nem jamais servirei de instrumento para que injustiças sejam cometidas.

Pensei muito antes de vir até aqui e relatar esses fatos que reputo gravíssimos, tendo em vista que a pessoa atingida é o atual Chefe de Governo do Estado do Amapá.

Também no dia de ontem, a CPI do Narcotráfico apresentou uma fita magnética, onde ninguém menos do que o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, Deputado Fran Júnior, acusa o Governador João Alberto Capiberibe de envolvimento com os tráfico ilícito de entorpecentes.

A partir de então, não tive mais dúvidas. As denúncias envolvendo o Sr. Governador com o odioso tráfico de entorpecentes deveriam vir a público, pois a população e o Brasil têm o direito de ficar a par do que está se passando no Amapá.

É público e notório que faço oposição política ao atual Governo. Denunciei daqui, por várias vezes, práticas administrativas ilícitas, perversas e o mau uso do dinheiro público no Governo do Amapá.

Nunca poupei críticas ao Governador Capiberibe, por sua postura conivente com tais práticas.

Todavia, jamais acusei o Sr. Governador de qualquer outra conduta contrária à lei. Sempre soube separar o homem, João Alberto Capiberibe, do cargo que ocupa.

Contudo, essa diferenciação que faço, entre o cidadão e o cargo, não é compartilhada pelo Sr. Governador, que é useiro e vezeiro em recorrer ao Judiciário para resolver querelas cunho eminentemente político.

As acusações de tráfico de drogas, feitas por uma testemunha durante depoimento à Justiça, aliadas a declarações bombásticas do Presidente da Assembleia Legislativa, não deixam outra saída para o Governador, senão vir a público esclarecer a sua relação com os fatos.

A simples imputação da prática de delitos dessa magnitude atingem, a um só tempo o homem e o político, destruindo sua honra junto ao eleitorado e à própria família.

Nesta oportunidade, faço um apelo ao Sr. Governador para que a venha a público, com a urgência que o caso requer, dar o seu depoimento sobre as graves acusações que pesam contra sua pessoa.

De nossa parte, informo que estaremos solicitando aos órgãos responsáveis pela persecução penal, que dêem início as investigações pertinentes, para que a verdade ao final prevaleça.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR GILVAM BORGES EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos quatorze dias do mês de abril de 1999, às 09:10h, nesta cidade de Macapá, Estado do Amapá, e na sala de audiências deste Juízo, presente o Dr. **ROMMEL ARAÚJO DE OLIVEIRA**, foi declarado aberta a *audiência de instrução* nos autos do **Processo Crime nº 3203/98** que a Justiça Pública move contra **REMIVALDO JARDIM LIMA**. Feito o Pregão a ele responderam o Dr. **MIGUEL ANGEL MONTIEL FERREIRA**, Promotor de Justiça e a Dr^a. **JANE PICANÇO**, Defensora Pública. Presentes os acadêmicos do curso de Direito **SUSAN DENISE PINHEIRO**, **MAX MARQUES STUDIER** e **TÂNIA CAMARÃO LIMA**. Presente o acusado. Presentes as testemunhas do rol do MP, à exceção **ANTONIO BRITO SOUZA JÚNIOR** e **VALDECI BELEM DA CONCEIÇÃO**. Foram ouvidas as testemunhas **GEOVANI ROGER NASCIMENTO**, **ANGELO DIAS DA SILVA**, **MANOEL OSCAR DE SOUZA ROCHA** e **ALEX RICARDO RAMOS AMORAS**, por ter no apartado. Após o depoimento da testemunha **ALEX RICARDO RAMOS AMORAS**, a peça foi lida pelo MM Juiz em voz alta, na presença da testemunha, do RMP, da Defensora Pública e dos estagiários acima nominados. O depoimento foi também gravado em fita k-7, e depois foi ouvido por todos, inclusive a testemunha que manifestou plena concordância com o conteúdo integral de seu depoimento. Foi tirada, também, fotocópia da Carteira de Identidade da testemunha. Em face do adiantado da hora, o MM Juiz determinou a designação de nova data para a oitiva das demais testemunhas e proferiu o seguinte **DESPACHO**: *O presente feito, doravante, correrá em Segredo de Justiça, já que pelo conteúdo do depoimento da testemunha ALEX RICARDO RAMOS AMORAS poderá resultar escândalo, inconveniente grave ou perigo de perturbação da ordem, na forma do §1º do artigo 792, da Lei Adjetiva Penal. Demais disso, DETERMINO a extração de cópia da íntegra do depoimento da testemunha ALEX RICARDO RAMOS AMORAS e seu encaminhamento ao Departamento de Polícia Federal, à Procuradoria Geral da República, à Procuradoria Geral do Ministério Público do Estado do Amapá, à Vara da Infância e da Juventude, à Vara da Auditoria Militar, bem como à PCC - Promotoria de Investigações cíveis e criminais, para as providências porventura necessárias e cabíveis à espécie. Cumpra-se imediatamente.*

Diligencie-se. Desde já designado o dia 14 de junho de 1999, às 09:00h, para continuação da instrução no presente feito, sendo que o acusado e as testemunhas ALESSANDRE RAMOS AMORAS e HERNANI NOGUEIRA DE SOUZA saíram intimadas da nova data. Nada mais havendo, mandou o M. Juiz encerrar o presente termo, às 13:20h, que vai assinado por todos os presentes. Eu, Heraldo Nascimento da Costa, Auxiliar Judiciário, digitei. Macapá, 14.04.99.

[Assinatura]
Juiz de Direito

ROMMEL APALHO DE OLIVEIRA
Juiz de Direito

[Assinatura]
Promotor de Justiça

[Assinatura]
Defensor Público

[Assinatura]
Estagiárias

[Assinatura]
Acusado:

[Assinatura]
Testemunhas:

PROCESSO CRIME Nº 3203/98

TESTEMUNHA DO ROU DO MP: ALEX RICARDO RAMOS AMORAS, brasileiro, solteiro, carpinteiro, portador da CI nº 245.241-AP, expedida em 25.05.93, com 21 anos, residente na Trav. Antonio Pinheiro Sampaio nº 183, bairro da Usina, nesta Capital. Testemunha advertida e compromissada na forma da lei. Às perguntas do MM Juiz respondeu: Que conhece o réu há mais ou menos seis anos do bairro Cuba de Asfalto; Que a testemunha também lá reside desde os quatro anos de idade; Que passou a andar em companhia de REMI a partir de 1992 ou 1993; Que nunca teve apelido; Que era bem comum; Que nunca teve nenhum problema com a vítima GEOVANI; Que conheceu GEOVANI no colégio; Que integrou a gang "EPS" (Errados Para Sempre) como membro, não sendo líder e nem tinha autoridade sobre os demais; Que REMI fazia parte da gang, também sem poder de voz; Que REMI tem um irmão

policial militar que morava na mesma casa do acusado; Que nunca viu REMI utilizar colete da polícia; Que a arma que REMI utilizava era do pessoal da gang; Que a testemunha, naquela época, utilizava armas de sua propriedade, compradas de traficantes ou de policiais militares ou civis, tais como revólver calibre 38 e pistola 380; Que na época a droga consumida pela gang era fornecida pelo traficante "PERNAMBUCO", falecido; Que nem a testemunha ou REMI utilizavam drogas; Que no dia dos fatos a testemunha presenciou a confusão toda; Que tudo ocorreu em decorrência de uma briga entre as gangs adversárias; Que REMI chegou ao local após o tiroteio; Que não pode precisar quem foi o autor dos disparos; Que nenhuma das vítimas integrava qualquer das gangs; Que a EPS hoje está sob nova direção, tendo como integrantes: DAVISON, ISAN, JOSIELSON ("Calanguinho"), EIDER, MÁRCIO, ROMILTON, dentre outros; Que atualmente o fornecedor de droga para a EPS é ERALDO e NETO; Que NETO é irmão do finado PERNAMBUCO; Que ERALDO e NETO residem em uma invasão atrás do bairro dos Congós, próximo à Delegacia de Menores; Que a gang também recebe armas dos dois traficantes; Que as armas são fornecidas em troca de informações; Que quando a polícia chega no bairro os integrantes da gang tem obrigação de passar a informação para os traficantes; Que o fornecimento é de maconha e cocaína; Que a droga é fornecida em dias certos; Que MÁRCIO MIRANDA conhecido por "Crepe", maior de idade, não integrante da gang, é quem recebe a droga dos traficantes no atacado e repassa no varejo para os integrantes da "EPS"; Que "Crepe" mora na Cuba de Asfalto, no final da Rua Maria do Carmo Tavares; Que "Crepe" não trabalha e mora em uma casa azul celeste construída em madeira; Que "Crepe" também é traficante e atualmente foi preso e permaneceu no presídio por mais ou menos vinte dias; Que todos os integrantes da gang são menores de idade; Que SAULO é quem distribui a droga para ERALDO e NETO; Que SAULO mora no "rabo da gang"; Que SAULO trabalha como funcionário de uma empresa de construção; Que SAULO, há muito tempo trabalhou em uma empresa de construções chamada ACT Construções; que ERALDO tem uma moto Titan azul, placa YW 680; Que ERALDO utiliza um telefone celular cujo número não se recorda no momento; Que nesta cidade de Macapá NETO não tem carro ou moto não sabendo a testemunha se o traficante tem veículos em Santana ou Calçoene, circunscrições também de sua traficância; Que dentre os serviços oferecidos pelos traficantes, tais como o fornecimento de droga, também os membros da gang são beneficiários de assistência jurídica por Advogados, todas as vezes em que se envolvem com a polícia ou a Justiça; Que não sabe o nome dos profissionais; Que existe, por exemplo, menores integrantes da gang EPS que estão sob a proteção da FCRJA, tais como JONH KLEBER DE SOUZA CARVALHO; Que não sabe se JONH foi patrocinado pelo Advogado dos traficantes; Que JONH KLEBER é cunhado do traficante ERALDO; Que dentro da pirâmide de distribuição de entorpecente, na base estão os membros da gang; para eles a

droga é fornecida por ERALDO e NETO; Que MÁRCIO MIRANDA era quem distribuía o entorpecente para os dois anteriormente nominados; Que MÁRCIO por sua vez, recebe a droga de MILTON BARBOSA; Que MILTON BARBOSA recentemente foi preso por tráfico e continua recolhido no Copen; Que tem um Sargento da Polícia Militar conhecido por "SERJÃO" (nome de guerra) que também é grande traficante, acima inclusive de MILTON; Que as informações aqui prestadas foram passadas para o Ten. ADMIRSON do Serviço de Informações da PM; Que da mesma forma como existe envolvimento da gang EPS com traficantes, tal fato também ocorre com outras gangs tais como "VN" (Vadios da Noite), "CCD - Comando Cobra Destruidor", do bairro Novo Buritizal; "DN - Demônios da Noite" (Perpétuo Socorro), "SPS - Só pra sacanear" (Santa Rita), "SPC - Só pra contrariar" (Bairro do Trem), "OT - Organização do Terminal" (Bairro dos Congós), "VACARIA" (Santa Inês); "TERROR" (Nova Esperança), "AS - Anjos de Satã" (Cuba de Asfalto), "Terror do Infraero" (bairro Infraero), "Terror do Pacoval" (Pacoval), "MR - Meninos de Rua" (Buritizal); "Sacanagem" (Conjunto Laurindo Banha), além de outras, cujo significado a testemunha não sabe, tais como: "TI" e "DI", ambas do Araxá; "MM" (Santa Inês), "MC" (novo Buritizal) e "BR" (Jardim Felicidade); Que existem quatro grandes grupos que traficam drogas e armas no Estado do Amapá, com ramificação nos municípios de Breves, Afuá, Viçosa e Currupira, pertencentes ao Estado do Pará; Que o QG (Quartel General) que comanda o tráfico maligno no Estado fica no município de Laranjal do Jari; Que o Sr. "BARBUDO SARRAFO", dono de garimpo naquela localidade, é o comandante maior; Que teve informações de que "BARBUDO SARRAFO" seria testa de ferro do Sr. Governador do Estado, JOÃO ALBERTO CAPIBERIBE, e do Sr. ADONIAS TRAJANO, deputado estadual não eleito; Que obteve tal informação através de parentes de traficantes, tais como LANA CRISTINA DE SOUZA CARVALHO, residente no bairro dos Congós, 8ª avenida, que mora em uma casa de madeira não pintada, cercada também com madeira; Que LANA é estudante do colégio Coelho Neto e é esposa do traficante ERALDO; Que soube também por NAZARÉ MELO, esposa do traficante NETO, que reside na invasão do Buritizal, atrás da delegacia de menores, do envolvimento do Governador do Estado e de ADONIAS TRAJANO com a traficância; Que também um PM chamado JARDIM lhe disse sobre tal envolvimento; Que JARDIM disse para a testemunha que BARBUDO SARRAFO, há dois ou três anos, seria "tirado de circulação" por ordem do Sr. Governador; Que BARBUDO SARRAFO queria comandar o tráfico de drogas e armas sozinho, com o apoio de traficantes venezuelanos; Que tal informação foi confirmada pela testemunha através de um garimpeiro no bairro de Santa Rita; Que a informação de que BARBUDO SARRAFO seria "eliminado" vazou; Que BARBUDO tomou conhecimento por um PM de nome MOREIRA; Que MOREIRA, cuja patente é de Soldado, mesmo exercendo seu mister em Macapá, mantinha BARBUDO SARRAFO informado;

Que BABUDO SARRAFO, ao saber, mandou que seus pistoleiros matassem o Sr. Governador JOÃO ALBERTO CAMERLEONE, que estava no Novotel, nesta Cidade; Que não deu certo a empreitada que visava matar o Governador; Que o Governador, por sua vez, ao ficar sabendo, mandou quatro policiais "de alta periculosidade" (textuais) para o garimpo do Laranjal do Jari, para "eliminar" BARBUDO SARRAFO; Que um dos policiais era CANINDE, atualmente P. (Serviço de investigação da PM); Que também havia um PM conhecido por "CARÇAÇA"; Que BARBUDO SARRAFO descobriu a presença dos policiais no garimpo e via, através de uma pista clandestina, levantou vôo em sua aeronave rumo à Venezuela; Que parte do dinheiro adquirido com o comércio de drogas é "lavado" aqui mesmo em Macapá; Que uma parte é encaminhada para o exterior; Que essas informações foram passadas por JARDIM; Que tem consciência da gravidade das informações ora prestadas; Que ratifica seu depoimento acima prestado, consciente e sabedor de que está compromissado a dizer a verdade sob as penas do crime de falso testemunho. Às **reperguntas do MP**, respondeu Que no bairro ficou sabendo no dia seguinte que o autor dos disparos seria REMI, de um lado, e "CABO", integrante da "VN"; Que atualmente não integra mais a gang EPS; Que na época dos fatos narrados na denúncia a testemunha encontrava-se em companhia de sua namorada, Sr^a MARA MONTEIRO, que mora numa invasão da 13 de setembro no bairro do Buritizal. Às **reperguntas da defesa**, respondeu: Que no dia do episódio cada gang era composta de mais ou menos vinte elementos; Que não sabe quantas pessoas estavam armadas, sendo várias; Que o tiroteio durou cerca de cinco minutos com fogo cruzado intenso. Sem mais perguntas, em razão do conteúdo do depoimento da testemunha, o MM Juiz determinou a leitura em voz alta do inteiro teor da peça, gravando em meio magnético que, após, foi assinado o Termo pela testemunha, tudo na presença do Ilustre ICM, Dr. MIGUEL ANGEL MONTIEL FERREIRA, da Defensora Pública, Dr^a JANE PICANÇO, e dos acadêmicos de Direito SUSAN DENISE PINHEIRO, TÂNIA CAMARÃO LIMA E MAX MARQUES STUDIER, que acompanharam desde o início o ato processual. Nada mais havendo mandou o MM. Juiz encerrar o presente termo, do que para constar eu,

Heraldo Nascimento da Costa, Auxiliar Judiciário, digitei Macapá.

14/04/99.

Depoente:

João Alberto Camerleone
[Assinatura]
MIGUEL ARAÚJO DE OLIVEIRA
Juiz do Ato

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tive o prazer de, recentemente, participar na cidade de Regeneração, no Estado do Piauí, também em nome do Senado, das homenagens que a Câmara Municipal daquela cidade prestou ao ex-prefeito Francisco de Paula Teixeira Nunes, meu amigo desde minha juventude, o Mestre Velho, no centenário de seu nascimento.

Guardo do Estado natal, no íntimo do ser, amizades conservadas pelo tempo, antigas e novas ternuras que se solidificam com o passar dos anos. Lá pude reencontrar muitas afeições, e com elas reviver os momentos da mais pura emoção, idos e vividos.

No rápido contato com o povo e os vereadores da cidade de Regeneração, disse algumas palavras sobre este nosso imenso País, a complexidade dos seus problemas, suas grandezas e seus desafios e a excitante ventura de ter nascido no Piauí e viver em Minas, sempre lutando, com todas as forças, para participar do esforço de transformação do Brasil na grande nação do próximo milênio.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para, ao prestar contas a esta Casa, das ações desenvolvidas naquela cidade, juntar a este meu pronunciamento as palavras que proferi perante a Câmara Municipal de Regeneração, no Estado do Piauí.

**DISCURSO PROFERIDO PERANTE
A CÂMARA MUNICIPAL DE REGENERAÇÃO,
ESTADO DO PIAUÍ.**

Meus amigos, venho de Minas, meu Estado, e começo por pedir desculpas à terra do meu nascimento e à minha gente, pelos anos de ausência, porém, resguardando o apeço e a fidelidade a tudo que aprendi na infância no meu Estado natal, o que me permitiu sonhar, descobrir e trilhar os caminhos da vida em Minas Gerais. A Minas ativa, que não se curva. Irredenta, que não se rende. Conciliadora e ao mesmo tempo inconfidente, nos instantes de rebelia. *A Minas do grave senso da ordem e, por vezes, o mais insubmisso Estado da Federação.* O Estado que mais tem crescido no País. *Dentro de duas ou três décadas, Minas será o primeiro Estado da Federação.* No Palácio da Liberdade, governei com o povo, ao seu lado, de braços dados, em cada canto da *Minas rica* e da *Minas pobre*. Terminara a exceção, e a liberdade levou o povo às ruas, às greves, à conciliação, ao sentimento que une e exalta. Tudo foi rápido. Eis que a chegara. E aí abracei Minas inteira, seu nome, seu mistério, sua vocação, seu povo, sua História. As realizações e os feitos estão lá, testemunhando o desempenho e a honradez de um Governo que Minas e

os mineiros consideram dos melhores de sua História. Guardo comigo o sentimento de ter sido o Governador que primeiro sistematizou e empreendeu a *política social* para combater a pobreza e *fazer de Minas um só povo*, sem a tragédia da desigualdade que inquieta os povos e perpetua a miséria, a exclusão. Militante do meu destino, confesso que o entreguei à História de Minas, sem desonrá-la. Ainda assim, sou devedor aos mineiros e a Minas.

Senhores, este País é um desafio. Por isso mesmo, em todos esses anos, o tempo me tem sido extremamente escasso para prender-me somente às recordações e às lembranças do passado. Estou sempre envolvido com as angústias, com as inconformidades, com a problematização da vida, com a doutrina e o exercício da democracia, com as nossas desigualdades sociais, com os abalos da economia, as crises do mundo financeiro. Hoje, porém, não posso deixar de cantar a minha terra natal, saudá-la, envolvê-la nos meus sentimentos, abraçá-la com emoção, carinho e gratidão. Desde o milho, o feijão e o arroz que, *ainda menino*, ajudei a plantar e colher, às moças vestidas de *chita* nas cantorias e danças dos festejos de Santos Reis, até o dia amanhecer, a leve despedida das pessoas amadas, a todos o meu *adeus*, a caminho dos sonhos, da terra e da História de Minas.

A caminho dos sonhos, o longo ocaso da liberdade, levando na alma a visão da terra montanhosa, as altitudes, a vocação libertária, o enigma, o mistério, a insubmissão e a vocação republicana de Minas, o cenário histórico, uma terra imensa, sem praia nenhuma, bem no centro do Brasil, um povo lendário, a liberdade como expressão da democracia e da honradez, os homens públicos mais influentes e respeitados do País. Deixava o meu pequenino Angical, o Estado natal, levando de Petrolina a Pirapora, pelas águas revoltas do rio São Francisco e, de Pirapora a Belo Horizonte, pelo trem de ferro da Central do Brasil, o idealismo pelo Direito e pelas lutas demolidoras do Estado Novo. Somente Minas e os mineiros, fiéis os ideais dos Inconfidentes de Ouro Preto, seriam capazes de derrubar a ditadura Vargas. Por tudo isto, desistiria, ainda aqui no Piauí, de ir estudar em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. A única pessoa que conhecia no Estado sulista era o jornalista Abdias Silva, piauiense e meu contemporâneo de sonhos em Teresina, que hoje reside em Brasília. À época, Abdias escreveu ao escritor Érico Veríssimo e este o chamou a Porto Alegre, onde trabalhou por vários anos em sua profissão, inclusive no *"Jornal do Brasil"*. A saga de Abdias ele relembra em carta que me enviou. Porém minha decisão estava amadurecida: ia estudar em Minas Gerais, na terra dos libertadores do Brasil.

Meus amigos, recordar é preciso. Desde logo, a envolvente recordação de ainda menino *sair* de Angical – Angical era roça – para alcançar e guardar nos olhos e na memória, na *estrada do destino*, a falada *Estaca Zero*, que lá está até hoje, agora transfigurada pela canção e os sonhos dos irmãos Clímério, Clôdo e Clésio, filhos de Alice e Matias, meus amigos dos melhores tempos de Angical. Pois é lá, onde os caminhos se dividem, “...*Que tem um canto na estrada / Chamado Estaca Zero / Onde a gente pode dizer / O rumo que quer tomar*.”, como está dito na esplêndida canção de Clímério Ferreira. Pois foi lá que, indo de Angical, entrei à esquerda de quem vai para Teresina, a caminho de *outros mundos*. Para voltar, e não voltei nunca mais, a não ser no Ano Novo, ou no Natal, ou na Páscoa, ou no Carnaval, sempre uma vez por ano, para abraçar os meus pais, os meus irmãos, o meu povo. *Afinal*, meus amigos, tudo era novo e desafiante no curso de minha vida. O *segredo*, que não é *segredo*, é esta verdade simples da canção de Clímério: “...*Toda vereda de roça / Vai descambar na cidade*...” De um lado, a *vereda* de Angical para a cidade de Amarante. De outro, a *vereda* de Angical para a cidade de Teresina. Sempre ao meu lado, o apoio das figuras marcantes e inesquecíveis de Maria e Venâncio, meus pais; do Luiz, Neno e Joaquim, da Dindinha, Biluca, Vinoca e Rosa, meus irmãos, que não estudaram, mas me ajudaram, *de réis em réis, de cruzeiro em cruzeiro*, a crescer e a ter o propósito de não parar e não passar em vão pela vida. Ainda ontem, a caminho de Angical, passando pela *estaca zero* – agora tudo é asfalto – lembrava-me da canção de Clímério. Porque sentia *em cada braço de caminho* uma *saudade* desmedida. Tudo mais, meus amigos, antes ou depois, na vida que Deus me deu, veio por acréscimo, como direi levemente, falando solto, no desalinho destas palavras.

Povo amigo, tenho um grande encantamento, uma paixão imensa pelo Brasil. Não há nada mais fascinante neste mundo de Deus do que nascer, viver e lutar neste País. Não há nada mais agradável e, ao mesmo tempo, desafiante, não apenas pelas comodidades da vida, mas também pelas agruras e intempéries que esta Nação e o mundo imprimem na mente, no coração e no destino de cada pessoa. *Eu gosto de desafios*. Confesso, porém, que tenho medo de *assombração*, de alma do outro mundo, de *faca enfurecida*, de *tocaia desvairada*, de *bala perdida*, de *aval* ou *fiança malsinada*, de *lobistas impunes*, de *terra sem médico*, sem remédio nenhum, do grito de dor e de morte na noite atormentada, da *inflação desabalada* que promove o *deleite dos ricos* e aumenta a *miséria dos pobres*. Só sei viver perto do povo, ao lado dele, ligado a ele. Quando fico só, noite a dentro,

acendo todas as luzes, a televisão, o rádio, o CD, tudo é som, tudo é clareza, ou, entre pessoas amigas, ouço música, as canções de Tom Jobim, Roberto Carlos – meu amigo –, Chico, Caetano, aqui e ali a melodia sertaneja, e mais, Gal Costa, Maria Betânia, Nana Caymmi. Agora mesmo, na campanha eleitoral, abracei o pai de Nana – Dorival Caymmi – na pequenina e bela cidade de Pequeri, na mata mineira. Era só encanto. *Doido de saudade da Bahia. Só, eu não fico um só minuto*. Sempre ao meu lado, a Minas do diálogo e do entendimento, mas também a Minas que não adula, que não corrompe, que não se deixa corromper. Insubmissos nós somos. Ninguém de fora manda em Minas. Nós mesmos e somente nós definimos os nossos rumos e decidimos o nosso destino. E mais, a militância na política estudantil, a rebeldia, a inconformidade, os movimentos universitários, os embates partidários, a tribuna parlamentar, a democracia representativa, os comícios a céu aberto, as *mãos limpas*, o povo e seu sentimento, sua voz, seu voto, o abraço, a discordância, a vaia, o aplauso; a vitória nas urnas, que nunca me faltou. Assusta-me dizer-se que *a injustiça, mais do que a corrupção, ao contrário de hoje, gera a indignação dos pobres e dos reformadores*. Como se ambas não merecessem igual indignação do mundo inteiro. Meus amigos, hoje, mais do que nunca, é preciso combater, apedrejar, expulsar a injustiça, a impunidade, a corrupção, a pobreza, a exclusão, que estão aí aos olhos de quem queira ver. Mais do que isso: destruí-las.

Senhores, não nos encanta tanto nascer e viver nos países altamente desenvolvidos – França, Inglaterra, Suíça, Alemanha, ou em Roma, na Itália, onde estive com a Latifinha e os meus sobrinhos Eliane e Valdomiro, para assistir na Praça de São Pedro, no Vaticano, ao lado do Papa João Paulo II, representando o Senado da República, à posse dos novos Cardeais de vários países, entre eles, o Cardeal Arcebispo de Belo Horizonte, Dom Serafim Fernandes de Araújo, mineiro da querida cidade de Minas Novas. *Ah! Como é belo o amor a Roma, a cidade, sua história, o Vaticano*. Gilberto Amado dizia que é triste ser suíço, nascer na Suíça, a mais bela civilização do mundo. Nesses países, como em tantos outros, os horizontes da vida são de certa forma definidos, fixos. Lá as crianças nascem e os pais sabem o que lhes vai acontecer. Já *imaginam* o destino de cada um, no mundo ao seu redor, aos seus olhos. Tudo é morno. *Sem desafios. O destino morno não surpreende. É triste*.

Meu povo, onde, *nesses países desenvolvidos*, os desafios da vida? Onde o *imprevisível*? Não, o melhor mesmo é viver, é pelejar, é lutar no Brasil, pelo Brasil, pela construção desta nossa grande Nação de

mais de 160 milhões de seres humanos. Nação que é hoje a oitava economia do mundo e, ao mesmo tempo, desafiadoramente, a quadragésima oitava nação da Terra em indicadores sociais negativos. Nosso índice de desigualdade é de 60,1%. Perdemos somente para Serra Leoa, nos confins da África, com 61,9%. No Brasil, os 10% mais ricos detêm 47,9% da renda nacional. Os 40% mais pobres detêm 8,2% da renda nacional. Perversa, direi mesmo, *sinistra*, é a nossa distribuição da renda e da riqueza. Daí a insegurança, a violência, a patifaria, a revolta, o crime e sua crescente brutalidade, a corrupção, a impunidade, as cidades *ensanguentadas*. Nosso desafio, a visão maior, é abrir as portas da igualdade e alcançar, mais e mais, a integração social.

Por tudo isso, posso afirmar que no Brasil os horizontes da vida não são fixos. Quanto mais a gente anda, quanto mais a gente corre, para alcançar o *horizonte*, mais o *horizonte* se distancia das nossas mãos, dos nossos olhos. Gerações se sucedem. Os desafios se alternam. Para vencê-los, a educação precisa melhorar. Já avançou muito. Mas não basta. Todos conhecem a minha história de vida. Que eu nunca mais ouça, ou qualquer outro filho deste mundo, *sem escola nenhuma*, a minha mãe – a Mariazinha do Venâncio – a dizer, na simplicidade de quem nunca passou por um banco escolar: *o único filho que a gente perde é aquele que a gente manda estudar*. Seus filhos, meus irmãos, ao seu lado em todos os instantes da vida. Somente o filho caçula, que foi estudar na terra distante, lá em Minas, não esteve ao lado dela quando, ao cair do fogão de barro e lenha, perdeu a vida. É bom recordar que o filho caçula já tomara o caminho de Teresina, pelas mãos amigas do Genésio, o *desbravador* da terra inculta. Como foi bom residir logo na casa de palha de sua mãe, paredes de *taipa*, a lamparina *acesa*, as noites de vigília sobre os livros, na Rua Benjamin Constant. Não, não me queixava. Tudo era novo, envolvente e desafiante. O futuro, insondável. Não, nunca imaginei que a ainda jovem cidade de Belo Horizonte se tornasse, anos depois, a estrela mais irradiante do meu destino. As estrelas e a História de Minas me fascinavam. *Afinal, se as coisas são inatingíveis, ora! Isso não é motivo para não querê-las*. E aí é que está, exatamente aí, o fascínio de nascer e lutar, com todas as forças, para fazer de Minas e do Brasil a terra prometida, a Nação que está despertando o olhar do mundo inteiro.

Minha gente, não me canso de lembrar. A minha primeira e mais duradoura visão de Minas foi o Palácio e a Praça da Liberdade. Menino ainda, estudante de colégio público em Teresina, recebi do professor a indicação de um livro de Geografia da Editora FTD que trazia na capa aquela imagem fascinante: a ala-

meda central, ladeada pelas imponentes palmeiras imperiais, tendo ao fundo o Palácio de linhas sinuosas, com sua leveza quase feminina. Aquela era a imagem de Minas, o retrato de um Estado cujas tradições fascinavam o Brasil inteiro. Anos depois, lá estava eu, já um rapaz em busca do seu futuro, andando pela alameda central, à sombra das palmeiras da Praça da Liberdade. Minas tomou-se minha vida e meu destino. E a imagem do Palácio e da Praça, que assaltou o coração do menino, nunca deixou de emocionar o homem no qual me tornei. O símbolo que balizava meus atos era o Palácio e a Praça da Liberdade. Quando assumi o Governo de Minas, o que via da janela do Palácio era ela, a Praça. E quando fui eleito quatro vezes Deputado Federal e agora Senador da República e dirigi o Banco do Brasil, foi com a imagem do Palácio e da Praça da Liberdade gravada na mente que desembarquei em Brasília. Mais de 25 anos em Brasília, indo e vindo, na ponte aérea, ou de ônibus, o Congresso fechado, nunca deixei de residir em Minas, pois a ela devo a minha vida e o meu destino.

Severino, Severino Nunes, meu amigo, em sua residência, ali perto desta Câmara Municipal, os olhos postos na criança – você Amandino, meu amigo – buscando divisar o melhor destino para você. Amandino, que estudou, venceu, hoje aqui entre nós, recebendo os aplausos de sua terra pela dimensão intelectual de seu nome. O Abelardo, seu irmão, fez de Minas sua *outra* terra, casou-se com Lúcia, mineira, e tornou-se, vitorioso e respeitado, Procurador da Justiça do Estado. Os filhos de Gonçalo Nunes, vencedores como o pai, em meio a tantas incertezas. Você, meu caro Presidente Paulo Nunes e seus irmãos, o Mestre Velho, – ele sempre me distinguiu com muito carinho – buscando nos horizontes os itinerários existenciais de cada um de vocês. Itinerários incertos, mas, afinal, definidores do sucesso de todos os irmãos. E este seu amigo, que a todos fala desta tribuna, *ao fazer-se mineiro*, não perdeu a graça que Deus lhe concedeu de ter nascido no Piauí, no pequeno sítio de Maria e Venâncio, logo depois do riacho, no Marimbondo, na tórrida mas abençoada terra de Angical.

Direi, amigos, que a vida política tem os seus encantos. É bela, tormentosa e fascinante. Porém, *desvia*, e muito, os caminhos da vida. Quando saí de Angical, buscava os estudos do Direito, os caminhos da advocacia, e me apraziam igualmente as leituras, o romance, a crítica literária, a literatura, a imprensa, a mídia, o vasto mundo das letras e das comunicações. Na visão mais alta, o combate ao despotismo do Estado Novo. Amandino Nunes, ao meu lado, ou eu ao seu lado. Tanta coisa eu escrevi para o jornal que editávamos em Teresina, e depois tudo joguei

fora, para esquecer. Ainda jovem, chegando a Minas, em plena ditadura Vargas, o exercício da política se alastrava, mas muitos jovens se dedicavam mais ao debate literário, ao desporto, além dos estudos jurídicos. Chegava e logo assistia, veleidoso, os debates dos intelectuais e escritores brasileiros em Belo Horizonte. Muitos jovens, porém, foram à luta, dentro e fora da Faculdade, para acabar com o despotismo e fazer renascer em Minas a política da plena devolução constitucional que a nação exigia de seus filhos. E lá estava o jovem, já tocado pelo sentimento de Minas, a sucessivamente presidir o Centro Acadêmico Afonso Pena, de estudos jurídicos; o Diretório Acadêmico, de lutas democráticas; e a representar, nos três anos seguintes da Faculdade de Direito, os seus colegas nos Congressos Nacionais dos Estudantes na praia do Flamengo, no Rio de Janeiro, e em Salvador, na Bahia. Sempre eleito pelo voto direto e secreto dos seus colegas e lutando pela redemocratização do País. Venho da geração mais torrencial dos diretórios acadêmicos de Minas e da União Nacional dos Estudantes, a UNE das lutas contra a ditadura.

Meus senhores, *vocação*, não sei, talvez *destino*, acredito mais na força do acaso, desde o fato de ser lá em casa, ali bem perto, em Angical, o último irmão, o filho caçula, até este instante que me move nos olhos de todos os que me ouvem em silêncio neste plenário da Câmara de Vereadores da cidade de Regeneração. Lá em Belo Horizonte, em todo o curso de Direito, a política estudantil e partidária, instigante, desafiadora. As nossas caravanas de estudantes lutando pela eleição de Milton Campos ao Governo de Minas. E logo depois, e anos seguidos, vereador à Câmara Municipal de Belo Horizonte. A criação do Instituto Municipal de Administração e Ciências Contábeis da Prefeitura de Belo Horizonte (IMACO). Assessor e Secretário no Governo Magalhães Pinto. O fugaz exercício da advocacia e do magistério. Deputado federal por quatro sucessivos mandatos. Presidente Nacional da Aliança Renovadora Nacional. A participação, ao lado de Petrônio Portela e Marco Maciel, na tarefa de promover a compreensão e o apoio da Nação à abertura política idealizada pelo Presidente Geisel, com vistas à plena redemocratização do País. A grata, enorme e grave missão de governar Minas e os mineiros, do posto mais elevado que um cidadão de Minas pode atingir. De presidir as Empresas Siderúrgicas do grupo estatal Acesita. De dirigir o Banco do Brasil. De coordenar a construção do Centro Cultural do Banco do Brasil, no Rio de Janeiro, e lançar suas primeiras grandes promoções culturais com os nomes e as obras de Machado de Assis, Carlos Drummond de Andrade e Vinícius de Moraes. Fundador e líder da Frente Liberal e do Partido da

Frente Liberal, que presido em Minas Gerais. E agora, desde 1994, em Minas o mais votado Senador da República.

Meus amigos, vocês sabem, venho da Universidade de Minas Gerais, de sua Faculdade de Direito, na Praça Afonso Arinos, na capital de Minas. Esta, então, a mais bela escola política de Minas. Seus professores, quase todos, combatiam a ditadura na cátedra ou fora dela. Venho da União Democrática Nacional, a UDN, *partido de centro, inclinado para a esquerda*. Venho da Aliança Renovadora Nacional, nos últimos anos da exceção. Extinta a ARENA, todos ou quase todos fomos para o PDS. Dele dissintimos para fundar a Frente Liberal, logo mais transformada no Partido da Frente Liberal. O PFL *viabilizou historicamente, na praça pública, a redemocratização do País*. Juntos lutamos, na articulação e nas tribunas, pela constitucionalização do Brasil, pela democracia, pela anistia ampla e irrestrita, pela paz, pela liberdade que aí está, que é o signo da Nova República.

Direi, amigos, que a *alternância* no Poder pelos partidos políticos oxigena a nação, fortalece e dinamiza os quadros políticos e administrativos. Os partidos, quando se *eternizam* no Poder, tornam inevitáveis o cansaço, o enfado, a rebelião, o protesto pelo voto ou pela manifestação pública do povo rebelado. O regime de 64, sua duração, questionou o Brasil: buscou um modelo econômico, mas retardou demasiadamente a procura de um modelo no campo político. A melhor forma de os políticos se tornarem de certa forma *semelhantes*, parecidos uns com os outros, está na *alternância* no Poder. Ninguém no exercício do Poder Público faz milagres. Nem a Rússia, ou melhor, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Gorbachev, antes mesmo da publicação do seu famoso livro "Perestroika", revelou ao mundo a fragilidade do Estado soviético que, afinal, ruiu sob os escombros do muro de Berlim. No limite, sempre optei pelo risco. A política afasta, gera disputas e conflitos, mas as vezes aproxima as pessoas, os líderes e os partidos. Exercita a democracia e agiganta as nações. Sem ela, o poder é triste. Fascinante e temerário é o mundo político. Extintos os partidos por imposições conjunturais, segui o meu destino, ao lado de companheiros idealistas, atento às transformações partidárias que refletissem os itinerários e a coerência das nossas inspirações políticas. As sucessivas legendas do meu desempenho partidário resultaram de razões incontornáveis. Hoje aí está a pulverização partidária. Mais de 30 partidos políticos instituídos, mas nenhum deles constituído. Isto precisa mudar para que o Brasil se transforme efetivamente num Estado de Parti-

dos Políticos sólidos e coerentes, capazes de assegurar os direitos sociais, os direitos humanos, de garantir a estabilidade da democracia e a governabilidade do País.

Gente minha, inclusive esta nossa família Nunes – hoje envolvida pelo parentesco com a minha gente de Angical – não, não tenho do que me queixar. Não vim ao mundo em desvantagem. Já se disse que quem rouba o sonho, rouba a vida. Minas, desde o dia em que lá cheguei, impulsiona e realiza os meus sonhos. Aos mineiros – ah! não vou deixar de falar – de todas as condições sociais, de seus feitos históricos, de seus grandes homens públicos, de suas vastas regiões, quase 900 cidades, quase uma centena de metrópoles, mando, desta tribuna, no coração do Nordeste, minha palavra de gratidão e respeito por tudo que os mineiros fizeram e fazem pela minha história de vida. Em Minas, meus amigos, ninguém nivela suas montanhas. A terra montanhosa não limita os horizontes, ao contrário, os atrai e os torna mais visíveis, mais próximos. E é de lá, de suas alturas, que se contempla melhor o Brasil, sua grandeza, seus trabalhadores, seus empresários, seu povo, sua altivez, suas desigualdades sociais, seu crescimento econômico. Somos iguais a uma grande Nação, mas, no convívio mineiro, falamos sempre que Minas é igual a uma rua, onde todo mundo se conhece, onde todos nos conhecemos. Meus senhores, guardo comigo mais um hino de amor a Minas, nas primorosas palavras do meu amigo Elisabeto, Dr. Elisabeto Ribeiro Gonçalves, filho de Oeiras, no Piauí, e há mais de 32 anos, médico de renome na terra montanhosa, quando recebia o título de Cidadão Honorário de Belo Horizonte, pelo voto da minha Câmara Municipal, onde iniciei a vida pública. A saga de Hilton Rocha, famoso oftalmologista mineiro, é que o atraiu para Minas. Logo mais estarei lá, na nossa Belo Horizonte, a cidade que me acolheu com um pouco mais de 300 mil habitantes, e hoje habitada, em sua Região Metropolitana, pelo nosso povo, por mais de três milhões de homens e mulheres, de todos os perfis e condições sociais. Um dos centros mais importantes da vida econômica, política e cultural deste País.

No instante em que o Presidente da Academia Piauiense de Letras, Paulo Nunes, me telefonou para participar desta solenidade, revi na lembrança distante a figura singular do Mestre Velho. Mais tarde, anotei que ele nasceu lá em Oeiras, em Salinas. Talvez Florinda e Diolindo, seus pais, a criança nos braços, não imaginassem que Francisco Teixeira de Paula

Nunes viria a ser Prefeito, Deputado Estadual, líder político e comunitário, hoje homenageado por esta colenda Câmara Municipal e pelas lideranças da região e do Estado, além da eloquência da participação na Academia Piauiense de Letras, centro da inteligência e da cultura da nossa terra natal.

Meus amigos, casa de pai é escola de filho, e mais não ponha o chapéu onde a mão não alcança, dizia meu pai ao filho que deixava a porta de sua casa, no Marimbondó, a caminho de Minas. Na casa de palha onde nasci, os pingos d'água caindo sobre o menino caçula, meu pai dizendo, ao lado de minha mãe, por toda a sua vida, este refrão, que nunca mais saiu da minha memória, sobretudo nos momentos intransitáveis da vida: “... e dorme, menino, com uma goteira dessa!” Mais tarde, a casa coberta de telha – que conforto, minha gente! – a mim depois atribuída por herança – agora é tudo meu: 6 hectares, noventa e seis ares e trinta e dois centiares. Este, o meu único pedaço de terra neste País, nesses imensos latifúndios do Brasil. Como Governador de Minas, construí milhares de casas populares para os pobres, em centenas de cidades, inclusive na Região Metropolitana de Belo Horizonte. A mais da metade deles entreguei em mãos as chaves aos seus donos. A verdade é que as pessoas, para que possam exercer as suas virtudes de inteligência e de trabalho, necessitam de um mínimo de conforto material.

Meus amigos, não, não sei se este é o momento de falar. Não resisto, porém, à lembrança da emoção de quando vi, no conjunto popular residencial Cristina, em Santa Luzia, bem ao lado de Belo Horizonte, o nome de meu pai na placa da avenida principal do conjunto, mais de 7 mil casas. Lá estava – e está até hoje – o nome dele: Avenida Venâncio Pereira dos Santos – assim mesmo, com todas as letras. Foi um momento de emoção. A homenagem ao meu pai representava, naquele instante, o preito de gratidão aos guerreiros anônimos do Brasil inteiro. Na verdade, nas cidades sem conta deste País afora, são tantos os nomes dados às ruas, praças e avenidas, e ninguém sabe quem é quem. Lembrei-me lá mesmo do grande escritor Mário de Andrade, que viveu a vida quase toda na rua Lopes Chaves, em São Paulo, e morreu sem saber quem foi Lopes Chaves. Em presença de muita gente famosa e do povo, inaugurei na minha cidade de Angical, os prédios da agência do Banco do Brasil e da AABB, que lá mandei construir. A emoção maior foi ver descerrada a placa pequenina, na sala principal, com o nome de uma guerreira,

também anônima, mãe de oito filhos, entre eles aquele que foi Governador de Minas e naquele momento dirigia o Banco do Brasil: Maria Ana de Souza, minha mãe, a singeleza em pessoa, a Mariazinha do Venâncio. Estou contando hoje essa história para que os mineiros saibam quem foi Venâncio e quem foi Maria, que estão lá em placas de ferro ou bronze em ruas e praças de centenas de cidades da terra montanhosa.

Senhores, nos Estados de menor dimensão, os caminhos da vida são mais difíceis, ínvios. Não sei, se aqui tivesse permanecido, o *destino* teria sido diferente. Lá nas planícies, nos cerrados, nos vales e nas montanhas, nas cidades e nos campos, nós – mais de 18 milhões de mineiros – falamos sempre que *o mundo é grande, mas Minas é muito mais*. Talvez, por lá, o destino fosse mais generoso para o menino mais moço de Maria e Venâncio, para a criança irmã dos meus oito irmãos, que se uniram na *simplicidade, na obstinação e nos sonhos*, para fazer do filho e do irmão caçula o homem público, o Vereador, o Deputado Federal, o Governador e agora o Senador de todos os mineiros. Do Senador, que hoje se desprende da distância da terra dos libertadores do Brasil, dos Inconfidentes de Ouro Preto, para falar do alto da tribuna da Câmara Municipal desta Vila, desta bela e ainda moça cidade de Regeneração, no coração do Nordeste do Brasil.

Senhores, não posso deixar de registrar que as minhas rápidas presenças nesta cidade de Regeneração deveram-se ao caminho que me levava, por mais de um ano, à bonita cidade de Amarante, na busca do diploma da escola primária. Lá conheci o *maior e mais bravio rio do mundo, o rio Parnaíba*. As águas revoltas. Tempo de muita chuva. Lá, o primeiro carnaval da minha vida. Os primeiros filmes de cinema, empolgantes. Os braços abertos de dona Germana e Quincas Castro; de *seu Lega e Mariquina*, e seus onze queridos filhos, do Olemar e Ocirema ao Odmilson. Do competente e bravo professor Cunha e Silva. Afinal, o primeiro diploma de minha vida, que me levou ao ginásio, no Liceu Piauiense, em Teresina. E nesta hora vai daqui o meu abraço ao queridíssimo João Luiz de Souza e sua querida família, na Lizandro Nogueira, em Teresina, onde as portas estão sempre abertas para receber e abrigar, na *casa amiga*, à sombra do pé de *manga*, ou na noite amena e cordial, o menino de ontem e o homem público que faz das tribunas do povo e das instituições políticas o rumo do seu destino.

Vai daqui, deste rincão do Piauí, o meu abraço à bela e histórica cidade do Serro, onde *passava* as férias escolares de julho, pelas mãos do Paulo Nunes de Miranda, o Paica, meu colega de turma na Faculdade. Seus casarões e igrejas em estilo colonial que lá estão até hoje. Seu Arraial das Lavras Velhas, a Vila do Príncipe, o Circuito do Diamante, a paisagem mágica, deslumbrante, a decadência das minas e o florescimento de sua cultura e de seus grandes homens públicos. O tempo de julho era pouco para rever a família no Piauí distante. Lá, na casa serrana e amiga de Benjamim e dona Anita e de seus amados filhos, algumas vezes na fazenda da família, em Milho Verde, ouvindo sempre as histórias dos líderes políticos e dos juristas que o Serro deu ao Brasil, cresceu ainda mais o meu sentimento pela vocação e pela história de Minas. O Serro deu vários políticos ao Brasil, inclusive sete senadores, entre eles João Pinheiro, que foi Presidente de Minas, e Teófilo Otoni, o *tribuno do povo*. O Serro deu ao Brasil grandes juristas, entre eles Pedro Lessa e Edmundo Lins, que integraram o Supremo Tribunal Federal. O povo do Serro os ama e os admira. Agora o meu abraço de gratidão nesta hora é para os queridos filhos de dona Anita e Benjamim, por tudo o que fizeram pela minha história de vida.

Ouro Preto, fui vê-la de perto como se estivesse afagando o idealismo da liberdade e o sentimento da História. Fui vê-la logo que cheguei pela primeira vez a jovem Belo Horizonte, a beleza e a sedução da nova capital, mas a novidade maior foi ver, na liturgia do tempo e do espaço, as montanhas e a cidade dos sonhos e da rebelião dos Inconfidentes. Logo, à distância, o Pico do Itacolomi, marco da descoberta do ouro. Na cidade, a memória e a história preservadas no casario, nos monumentos, nas igrejas que ostentam a riqueza de uma época e de uma crença. Fui percorrer suas ruas, suas *infinitas galerias* que guardam segredos silenciados pelo tempo, diálogos com o passado, com a arte barroca, sua veia cultural, rezadeiras, estudantes, poetas, traidores e heróis, os *réus do crime da liberdade*, os amores e as tragédias políticas, a Inconfidência que libertou o Brasil. Fui ver como é bom estar entre o céu e as montanhas. Lá, já voltei muitas vezes, volto sempre, para admirar a cidade, sua Universidade e para abraçar o seu povo e os seus líderes. Voltei para desvendar o seu *enigma*, para a *lua de mel*, dia 15 de abril, pouco antes do dia de Tiradentes, herói e mártir da Independência. Voltei, enquanto Governador, para *segurar* suas encos-

tas e *preservar* os seus monumentos. Para presidir, dia 21 de abril, as solenes comemorações da Inconfidência. Ouro Preto é a melhor história dos 500 anos do descobrimento do Brasil e a cidade onde a liberdade, a imaginação e os sonhos simbolizam a conquista da cidadania e a construção de uma Nação que desperta forte para o novo milênio.

Meus amigos, quem mais influiu na minha vida? Ouço sempre esta pergunta. Eu respondo, onde quer que eu me encontre: primeiro, meu pai, que deixou na família a marca dos *venâncios*. Segundo, o meu Estado de Minas Gerais, as suas instituições, a sua História, o seu povo, feito de talento, mistério, lucidez e coragem. A fantástica influência, o desmedido apoio, em todos os instantes da minha vida, da Latifinha e dos nossos filhos Luiz Márcio, Maria Eugênia e Paulo França, mineiros como os pais, mas sem perderem jamais o vínculo com a terra amiga do Piauí. *Toda instituição*, meus amigos é, como já se disse, a sombra alongada de um homem. Pois bem, somos lá em casa, na terra mineira, a sombra alongada de meu pai. Assim como alongamos em nossas vidas a sombra da terra da liberdade e dos nossos sonhos. As Minas – Minas não é uma só, são muitas – que todos os brasileiros admiram e respeitam, na múltipla unidade de seu perfil e de seu impressionante sentimento. O sentimento de Minas que ninguém viola impunemente.

Senhores, abomino o abuso do poder econômico e a corrupção. Milton Campos afirmava que governar é sobretudo resistir. Resistir à utilização indevida dos bens públicos, ao brutal fascínio do roubo e do furto públicos, no exercício do poder. Repelir a tentação de sentar-se à porta dos obséquios, recebê-los das mãos afáveis da corrupção. Mais do que isto – não sei se devo dizê-lo, mas, desta tribuna, longe de Minas, não resisto: não sei como se pode recusar a oferta miraculosa de um cartório de títulos ou de notas. Da imponência de um cargo de Ministro de Tribunal Superior em Brasília. De excelentes canais de rádio e de televisão. Confesso que não soube como recusá-los, mas os recusei. Difícil é, igualmente, recusar a sedução do nepotismo – nomeação, em parceria, ou em causa própria, de filhos, irmãos, esposas, companheiras – que pulula em todos os Poderes da República, desde o Império até a República de hoje. Tudo isso que faz o deleite, o prestígio e a carreira de muitos políticos e magistrados, de muita gente santa, que não é santa, coisa nenhuma. Recusei, recuso – o Brasil inteiro sabe que não nasci em Minas – para poder merecer a honra de ser mineiro, a maior premiação de minha vida.

É assim, cantando a terra natal, sem me desprender de Minas e dos mineiros, que agradeço ao Presidente Paulo Nunes a generosidade do convite para viver e me envolver nas lembranças e nos edificantes exemplos de vida de seu pai, Mestre Velho, que me trouxe, ele sim, a esta tribuna do povo da antiga Vila que conheço bem, desta cidade renovada que estimo e respeito, a nossa acolhedora Regeneração.

Amigos meus, ser vereador é sem dúvida um bom começo. Em Minas, no Piauí, em qualquer dos Estados, em todo o Brasil. Comecei como vereador à Câmara Municipal de Belo Horizonte. Agradeço comovido a esta acolhedora Casa, aos seus dignos vereadores e dedicados funcionários, a honra que me concedem de falar de coração aberto, a palavra solta, ao povo irmão da terra piauiense. Senhores: aí vem – já está se aproximando – o novo milênio. Entendê-lo e nele viver e lutar com dignidade e altivez será, sem dúvida, o novo e fascinante desafio da História. A você, minha cidade de Angical, ali bem perto, o meu abraço de gratidão e uma jura: eu te adoro. A Minas – ah! vou proclamar alto e bom som: quero ser sempre um homem livre para poder te merecer. Verdadeiramente, Minas é um Estado bom para viver e também para nascer – lá nasceram minha esposa Latifinha e meus filhos Luiz Márcio, Maninha e Paulo França, e agora o Yan, o primeiro bisneto, mineiro como nós e cidadão do mundo. Eles estão sempre ao meu lado, dando-me força, carinho e liberdade para correr riscos e descortinar novos horizontes. A todo o povo mineiro – nenhuma exceção – esta outra jura: eu te preciso! Amigos que me ouvem, vocês sabem que eu não vim para ficar. Nem para demorar. Vou voltar logo mais, na ponte aérea de amanhã. Lá, na terra mineira, na minha Belo Horizonte – ah! a fantástica sensação de que Belo Horizonte *me pertence!* – nas cidades, nas altitudes, nos campos, nos cerrados, nos rios, nos cimos e nas planuras, na alma dos mais de 18 milhões de montanhese, está o destino, a minha vida, *o meu mundo, vasto mundo, o mundo do meu coração.* (36). Irei ouvindo, na fascinante voz de *ouro* de Milton Nascimento, mineiro de Três Pontas e cidadão do tempo e do espaço: “*Sou do mundo / Sou Minas Gerais*”. Logo mais estarei lá. Muito obrigado. Até a volta.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando as Sr^{as}. e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária a realizar-se na próxima terça-feira, dia 11, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

Dia 11.04.2000, terça-feira, às 14h 30min:

Sessão deliberativa ordinária

Proposição (Autor/Nº Origem)	Ementa / Instrução	Informações
1 Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2000- Complementar (PLP nº 18/99, na Casa de origem) Presidente da República	Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Pareceres sob nºs: - 297/2000-CCJ, Relator: Senador Álvaro Dias, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e - 298/2000-CAE, Relator: Senador Jefferson Peres, favorável, com as Emendas nºs 2 a 4-CAE, que apresenta.	Discussão, em turno único. (Votação nominal) Em regime de urgência- art. 336, II, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 167, de 2000, podendo ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.
2 Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 1999 (nº 407/96, na Casa de origem) Deputado Luciano Castro e outros	Altera a redação do artigo 100 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (precatórios). Parecer nº 295/2000-CCJ, Relator: Senador Edison Lobão, oferecendo a redação para o segundo turno.	Segundo dia de discussão, em 2º turno.
3 Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1994 (nº 288/93, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Tocantins Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cametá, Estado do Pará. Parecer nº 70/2000-CE, Relator: Senador Luiz Otávio, favorável.	Discussão, em turno único.
4 Projeto de Decreto Legislativo nº 86, de 1999 (nº 677/98, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Regional de Conquista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia. Parecer nº 700/99-CE, Relator: Senador Djalma Bessa, favorável, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.	Discussão, em turno único.
5 Projeto de Decreto Legislativo nº 110, de 1999	Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Cacique de Capivari Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Capivari, Estado de São Paulo.	Discussão, em turno único.

(nº 748/98, na Câmara dos Deputados)			Parecer nº 702/99-CE, Relator: Senador Gilvam Borges, favorável, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.	
6	Projeto de Resolução nº 23, de 2000	(MSF nº 80/2000)	Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de quatro milhões, seiscentos e setenta e um mil e quatrocentos e oito euros, junto ao <i>Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW</i> .	Discussão, em turno único.
Comissão de Assuntos Econômicos			Apresentado como conclusão do Parecer nº 253/2000-CAE, Relator <i>ad hoc</i> : Senador Luiz Otávio, com voto contrário do Senador Lauro Campos.	
7	Projeto de Resolução nº 24, de 2000	(MSF nº 83/2000)	Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de três milhões, cento e sete mil e trezentos e setenta e seis euros, junto ao <i>Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW</i> .	Discussão, em turno único.
Comissão de Assuntos Econômicos			Apresentado como conclusão do Parecer nº 254/2000-CAE, Relator <i>ad hoc</i> : Senador Luiz Otávio, com voto contrário do Senador Lauro Campos.	
8	Requerimento nº 113, de 2000		Solicita a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1998, com os Projetos de Lei do Senado nºs 287 e 569, de 1999, por regularem a mesma matéria.	Votação, em turno único.
Senador Arlindo Porto				
9	Requerimento nº 127, de 2000		Solicita que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 109, de 1999, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura.	Votação, em turno único.
Senadora Emilia Fernandes				
10	Requerimento nº 129, de 2000		Solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 252, de 1997, e 254, de 1999, por regularem a mesma matéria.	Votação, em turno único.
Senador Lúcio Alcântara				

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas 16 minutos.)

(OS 12462/00)

AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

6-4-00

Quinta-feira

10h30 - Embaixador Ronaldo Sardenberg, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia.

11h - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal.

REPUBLICAR-SE
EM 06/04/2000
Diretor de SCADES

ATOS DO DIRETOR-GERAL

(*) ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 313, DE 2000

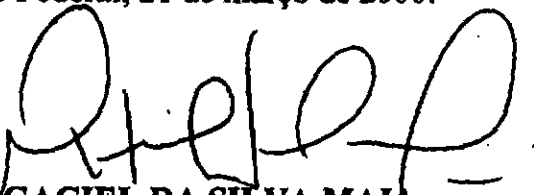
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 003665/00-3,

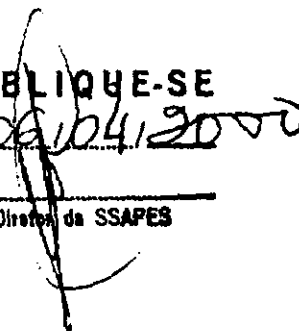
RESOLVE designar a servidora IDALINA MARIA OLIVEIRA DE ANDRADE, matrícula 4574, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de

(*) Republicado por haver saído com incorreção no DSF de 22-3-2000.

Conferência e Revisão da Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal, com efeitos financeiros a partir de 09 de março de 2000.

Senado Federal, 21 de março de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

RE PUBLIQUE-SE
EM 09/04/2000

Diretor da SSAPES

**(*) ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 344, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora, e tendo em vista o constante no processo nº 003757/00-5

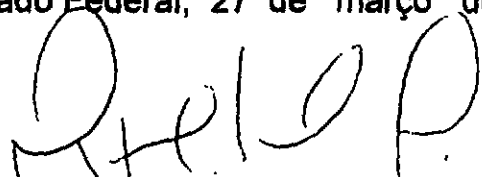
RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores MÁRCIO SAMPAIO LEÃO MARQUES, matrícula nº 2928, e MARIA DO SOCORRO S. BRÍGIDA, matrícula nº 3663, como gestor titular e substituta, respectivamente, do contrato credenciamento nº 18/00, celebrado entre o Senado Federal e a INSTITUTO DE OLHOS CANROBERT OLIVEIRA S/C LTDA..

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de março de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE

EM 08/04/2000


Diretor da SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 386, DE 2000

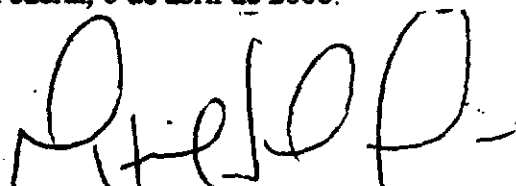
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 181, de 1997, de acordo com a Resolução do Senado Federal nº. 42, de 1993, e com o Ato da Comissão Diretora nº. 53, de 1993

RESOLVE

Nomear **ANDRÉ LUIZ DE MELLO MACHADO** para o cargo de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade de Comunicação Social, Nível III, Padrão 31 – Área 2 - Rádio, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público, homologado pelo Ato do Diretor-Geral nº. 169, de 1998, publicado no Diário Oficial da União de 02 de fevereiro de 1999 e com validade prorrogada pelo Ato da Comissão

Diretora nº. 01, de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 27 de janeiro de 2000..

Senado Federal, 6 de abril de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 387, DE 2000

PUBLIQUE-SE
EM 06/04/2000

Diretor da SSAPES

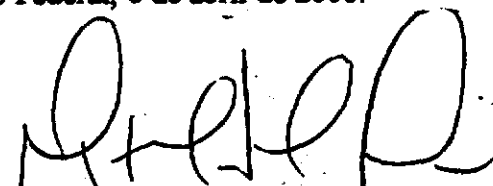
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 181, de 1997, de acordo com a Resolução do Senado Federal nº. 42, de 1993, e com o Ato da Comissão Diretora nº. 53, de 1993

RESOLVE

Nomear **SIMONE REGINA MAIA FRANCO** para o cargo de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade de Comunicação Social, Nível III, Padrão 31 - Área 3 - Imprensa Escrita, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público, homologado pelo Ato do Diretor-Geral nº. 169, de 1998, publicado no Diário Oficial da União de 02 de fevereiro de 1998 e com validade prorrogada

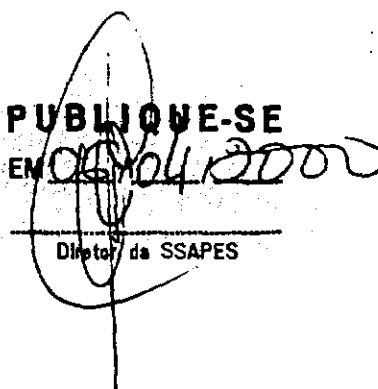
pelo Ato da Comissão Diretora nº. 01, de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 27 de janeiro de 2000.

Senado Federal, 6 de abril de 2000.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

PUBLIQUE-SE
EM 04/04/2000



Diretor da SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 388, DE 2000

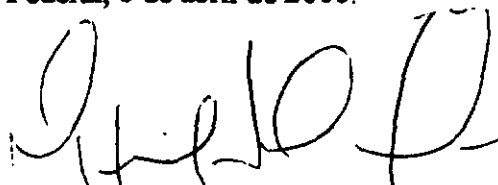
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº. 181, de 1997, de acordo com a Resolução do Senado Federal nº. 42, de 1993, e com o Ato da Comissão Diretora nº. 53, de 1993

RESOLVE

Nomear **JOSÉ EDUARDO CRUZ LEÃO** para o cargo de Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade de Comunicação Social, Nível III, Padrão 31 - Área 3 - Imprensa Escrita, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público, homologado pelo Ato do Diretor-Geral nº. 169, de 1998, publicado no Diário Oficial da União de 02 de fevereiro de 1998 e com validade prorrogada

pelo Ato da Comissão Diretora nº. 01, de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 27 de janeiro de 2000.

Senado Federal, 6 de abril de 2000.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

PUBLIQUE-SE

EM 06/04/2000

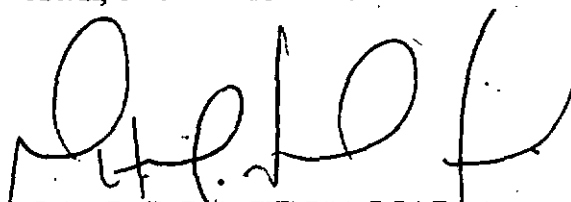
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 389, DE 2000

Diretor de SSAPES

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 004593/00-6,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, **ROMILTON RODRIGUES DE MORAES**, matrícula nº 31081, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Maguito Vilela, a partir de 04 de abril de 2000.

Senado Federal, 6 de abril de 2000.



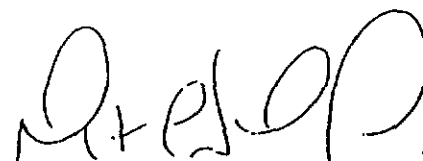
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 390, DE 2000****PUBLIQUE-SE****EM**06/04/2000
Diretor da SCAPEs

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1.997, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 004625/00-5,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ROSELIS DE AGUIAR MACEDO**, matrícula 31160, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Álvaro Dias, a partir de 04/04/2000.

Senado Federal, 6 de abril de 2000.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

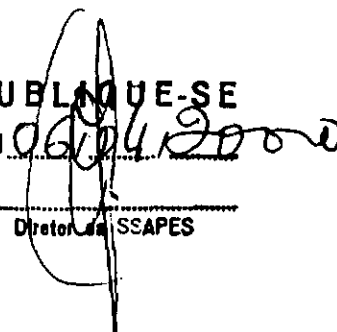
**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 391, DE 2000****PUBLIQUE-SE****EM**06/04/2000
Diretor da SCAPEs

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 004626/00-1,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **ONIVA CRISTINA BRIZOLA CASELLI** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Álvaro Dias.

Senado Federal, 6 de abril de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 06/04/2000

Diretor de SSAPES

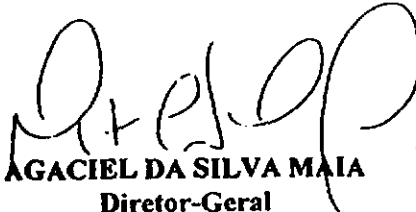
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 392, DE 2000

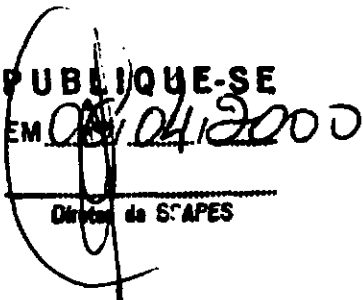
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 4634/00-4,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JAQUELINE DE CÁSSIA FERREIRA DE REZENDE**, para exercer o cargo, em comissão, de

Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Maguito Vilela.

Senado Federal, 6 de abril de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

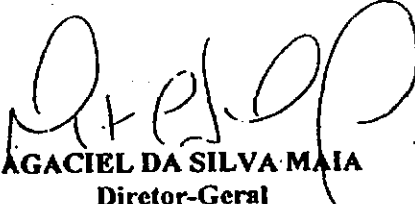
PUBLIQUE-SE
EM 06/04/2000

Diretoria de SCAPE

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 393, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 4634/00-4,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ MARCOS DE ARAÚJO**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Maguito Vilela.

Senado Federal, 6 de abril de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 06/04/2000

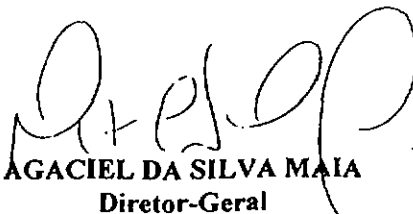
**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 394, DE 2000**

Diretor da SSAPES

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 4634/00-4,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ ROZEMIRO CARNEIRO**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Maguito Vilela.

Senado Federal, 6 de abril de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 395, DE 2000**

PUBLIQUE-SE

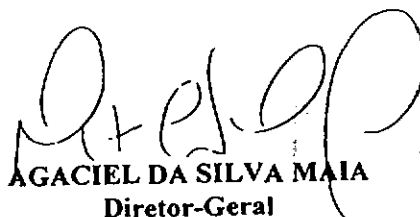
EM 06/04/2000

Diretor do SSAPES

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 4634/00-4,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOÃO LUZ DE BARROS NETO**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Maguito Vilela.

Senado Federal, 6 de abril de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 396, DE 2000****PUBLIQUE-SE
EM 06/04/2000**_____
Diretor da SSAPES

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora, e tendo em vista o constante no processo nº 004488/00-8,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores ANTONIO CESAR NOBREGA DE MOURA, matrícula nº 4404, e MANOEL FRANCISCO REGIS, matrícula nº 2328, como gestores titular e substituto, respectivamente, do contrato nº 021/00, celebrado entre o Senado Federal e a CAFLAMA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 6 de abril de 2000.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 397, DE 2000**

PUBLIQUE-SE

EM

06/04/2000

Diretor do SSAPES

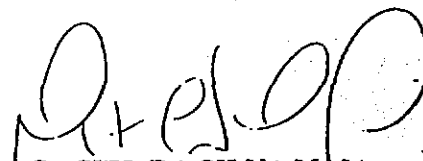
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora, e tendo em vista o constante no processo nº 004487/00-1,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores ANTONIO CESAR NOBREGA DE MOURA, matrícula nº 4404, e EDVALDO OLIVEIRA DE CARVALHO, matrícula nº 4214, como gestores titular e substituto, respectivamente, do contrato nº 022/00, celebrado entre o Senado Federal e a MARIKÁ COMERCIAL LTDA.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 6 de abril de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 398, DE 2000****PUBLIQUE-SE**

EM 06/04/2000

Diretor da SSAPES

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora, e tendo em vista o constante no processo nº 004362/00-4,

RESOLVE:

Art. 1º - São designadas as servidoras MARIA DE FÁTIMA PEREIRA JAEGGER, matrícula nº 4878, e CLÁUDIA COIMBRA DINIZ DOBBIN, matrícula nº 4876, como gestoras titular e substituta, respectivamente, do contrato nº 020/00, celebrado entre o Senado Federal e a SICILIANO S/A.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 6 de abril de 2000.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

(1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 30-6-1999)

Presidente: Ramez Tebet (*)

Vice-Presidente: Juvêncio da Fonseca (*)

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna
5. Amir Lando

1. Marluce Pinto
2. Gerson Camata
3. (Vago)
4. (Vago)
5. (Vago)

PFL

1. Geraldo Althoff
2. Francelino Pereira
3. Paulo Souto
4. Juvêncio da Fonseca

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Djalma Bessa
4. Freitas Neto

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. Osmar Dias
3. José Roberto Arruda

1. Antero Paes de Barros
2. Luzia Toledo
3. Romero Jucá

Bloco de Oposição

1. Lauro Campos
2. Heloisa Helena
3. Jefferson Peres

1. José Eduardo Dutra
2. Marina Silva
3. Roberto Saturnino

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

(*) Eleitos em 24.11.99.

(1) Ao Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, vinculado à Secretaria-Geral da Mesa, compete providenciar o expediente de seus dirigentes e conceder suporte administrativo, de informática e de instrução processual referentes às suas atribuições institucionais definidas na Constituição Federal (art. 220 a 224), na Lei nº 8.389, de 1991, no Regimento Interno e, especificamente, nas Resoluções nºs 17 e 20, de 1993, e 40, de 1995. (Resolução nº 9/97).

Fones: 311-3265

311-4552

Chefe: Marcello Varela



SENADO FEDERAL

SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO
Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal 3510)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3492)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS
Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4256)
HAMILTON COSTA DE ALMEIDA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
Chefe:

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: CAE - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
CAS - JOSÉ ROBERTO ASSUNPÇÃO CRUZ (Ramal: 4608)
- ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)
CCJ - ALTAIR GONÇALVES SOARES (Ramal: 4612)
- GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
- PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)
CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
- AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)
CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
CRE - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
- MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

COMISSÕES PERMANENTES

(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: NEY SUASSUNA

Vice-Presidente: BELLO PARGA

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	1. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8. AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2272	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (3)	TO	4070/4072
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. VAGO	RR	2111/2117
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5. OSMAR DIAS	PR	2121/2137

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3213/3215	1. ANTONIO C. VALADARES - PSB (1)	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. ROBERTO FREIRE - PPS (1)	PE	2161/2164
ROBERTO SATURNINO - PSB (1)	RJ	4229/4230	4. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5. HELOISA HELENA - PT	AL	3197/3199

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (2)	PA	3050/4393	1. ERNANDES AMORIM	RO	2255/2257

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

(3) Licenciado, nos termos do art. 56, I, da Constituição Federal, a partir de 30/03/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa

Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55

Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS

Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA

(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	1. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	2. JOSÉ SARNEY	AP	3429/3431
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277	1. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2. FREITAS NETO	PI	2131/2137
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	4. PAULO SOUTO	BA	3173/3175
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	5. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (2)	TO	4070/4072	7. VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	8. VAGO		

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. GERALDO LESSA	AL	4093/4096
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2172	1. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247	3. ROBERTO FREIRE-PPS (1)	PE	2161/2164
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5. JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077	ERNANDES AMORIM	RO	2251/2257

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Licenciado, nos termos do art. 56, I, da Constituição Federal, a partir de 30/03/2000.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

Sala nº 09 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jrac@senado.gov.br

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
Horário regimental: Quartas-feiras às 14:00 horas

2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

PRESIDENTE: SENADORA MARLUCE PINTO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
RELATORA: SENADORA HELOÍSA HELENA

PMDB

MARLUCE PINTO RR-1301/4062
LUIZ ESTEVÃO DF-4064/65

PFL

GERALDO ALTHOFF SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES SE-4055/57

PSDB

OSMAR DIAS PR-2121/25

(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT)

HELOÍSA HELENA (PT) AL-3197/99
TIÃO VIANA (PT) AC-3038/3493
EMÍLIA FERNANDES (PDT) RS-2331/37

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: SENADOR LUIZ ESTEVÃO
VICE-PRESIDENTE:**

	PMDB	
LUIZ ESTEVÃO		DF-4064/65
MARLUCE PINTO		RR-1301/4062
	PFL	
JUVÊNCIO DA FONSECA		MS-1128/1228
DJALMA BESSA		BA-2211/17
	PSDB	
ANTERO PAES DE BARROS		MT-1248/1348
(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT)		
SEBASTIÃO ROCHA		AP-2241/47
	PPB	
LEOMAR QUINTANILHA		TO-2071/77

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (9) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

DESIGNADA EM: 06/10/1999

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

Presidente: JOSÉ AGRIPINO

Vice-Presidente: RAMEZ TEBET

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262	2. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4821
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	2. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4. JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437
CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457	2. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	4. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. GERALDO LESSA	AL	4093/4095

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES – PSB (1)	SE	2201/2204	1. SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE – PPS (1)	PE	2161/2167	2. MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA – PT	SE	2391/2397	3. HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067	4. EDUARDO SUPLICY – PT	SP	3215/3217

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)

Secretário: Altair Gonçalves Soares

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: altairg@senado.gov.br

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS "INDICAÇÕES APONTADAS" NO RELATÓRIO FINAL DA "CPI DO JUDICIÁRIO" E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

Presidente:

Vice-Presidente:

(7 membros)

PMDB - 3

PFL - 2

PSDB - 1

BLOCO DE OPOSIÇÃO - 1

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: FREITAS NETO
Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4348
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. VAGO		
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	8. VAGO		
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (4)	TO	4070/4072	6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON (3)	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2125
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	3. VAGO (Cessão ao PPS)		
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	4. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
GERALDO LESSA	AL	4093/4095	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA – PTD	AP	2241/2247	1. GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES – PSB (1)	SE	2201/2207
EMÍLIA FERNANDES – PTD	RS	2331/2337	3. LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO – PSB (1)	RJ	4229/4230	4. TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187	5. JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (4)	PA	3050/4393	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filiou-se ao PPS, em 23/9/1999.

(3) Desfilhou-se do PPB, em 15/12/1999.

(4) Licenciado, nos termos do art. 56, I, da Constituição Federal, a partir de 30/03/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*)

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

FAX: 311-3121

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
Horário regimental. Quintas-feiras às 14:00 horas

4.1) – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

PRESIDENTE:
(09 TITULARES)

TITULARES

	PMDB
AMIR LANDO	RO-3130/32
GERSON CAMATA	ES-3203/04
PEDRO SIMON	RS-3230/32

	PFL
DJALMA BESSA	BA-2211/17
ROMEU TUMA	SP-2051/57

	PSDB
ÁLVARO DIAS	PR-3206/07
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37

	(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT)
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ-2171/77
EMÍLIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

4.2) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ FOÇAÇA
RELATOR: SENADOR FRANCELINO PEREIRA
(06 TITULARES E 06 SUPLENTES)

TITULARES

PMDB			
JOSÉ FOÇAÇA	RS- 1207/1607	1- AGNELO ALVES	2461/6
MAGUITO VILELA	GO- 3149/50	2- GERSON CAMATA	3203/0
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG- 2414/17	1- MARIA DO CARMO ALVES	4055/5
PSDB			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE- 2303/08	1- ÁLVARO DIAS	3206/0
(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)			
ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ- 4229/30	1- SEBASTIÃO ROCHA	2241/47
PPB			
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393	1- LEOMAR QUINTANILHA	2071/79

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

SALA Nº 15 – ALA SEN. ALEXANDRE COS

REUNIÕES: 5ª FEIRA ÀS 9:00 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604
FAX: 311-3121

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Presidente: JOSÉ SARNEY

Vice-Presidente: CARLOS WILSON

(19 titulares e 19 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7. PEDRO SIMON	RS	3230/3232

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5. PAULO SOUTO	BA	3173/3175

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	1. LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	1. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3217	2. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	3. EMÍLIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)

Secretário: Marcos Santos Parente Filho

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

(*) Horário de acordo com deliberação do Colegiado de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.
Horário resumido: Quintas-feiras às 10:00 horas

Sala nº 07 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI**Presidente: EMILIA FERNANDES****Vice-Presidente: ALBERTO SILVA****(23 titulares e 23 suplentes)****PMDB**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VAGO			6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
VAGO			4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. VAGO		
ARLINDO PORTO PTB (Cessão)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ALVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. VAGO (Cessão ao PPS)		
GERALDO LESSA	AL	4093/4096	5. VAGO		

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES-PSB (1)	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE - PPS (1)	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental Terças-feiras às 14 00 horas

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ

Vice-Presidente: ROMEU TUMA

(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
VAGO			2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNANDES AMORIM	RO	2251/2255			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3216	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colegiado de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Sala nº 06 - Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

(Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA

CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETARIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETARIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES MEMBROS SUPLENTEs

SENADORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIÃO	PR	*** 09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSÉ JORGE	PE	@ 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	** 24	311 1248	321 9470	GERALDO LESSA	AL	#02	3111102	3233571
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:

* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
** ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TÂNCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
*** ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	* ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ ALA SEN. DINARTE MARIZ		

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTES				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	328	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFUCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMÃO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARCHEZAN	RS	# 13	318 5963	318 2963	ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	SP	225	318 5225	318 2225
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	JOÃO HERRMANN NETO	SP	637	318 5637	318 5637
PPB									
JULIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	*268	318 5268	318 2268

LEGENDA:

- * GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
- # GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900

FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154

<http://www.camara.gov.br> (botão de Comissões Mistas)

e-mail - mercosul@abordo.com.br

SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO

ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr.

FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	RS 31,00
Porte de Correio	RS 55,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	RS 127,60
Valor do número avulso	RS 0,30
Porte avulso	RS 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	RS 62,00
Porte de Correio	RS 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	RS 255,20
Valor do número avulso	RS 0,30
Porte avulso	RS 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386-2 PAB SEEP, conta nº 920001-2, Banco do Brasil Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (061) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminado

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3812 e (061) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações



Conselhos aos Governantes – Coleção Clássicos da Política – Coletânea de textos de Isócrates, Platão, Kautliya, Nicolau Maquiavel, Erasmo de Roterdã, Miguel de Cervantes, Cardeal Mazarino, Maurício de Nassau, Sebastião César de Meneses, D. Luís da Cunha, Marquês de Pombal, Frederico da Prússia e D. Pedro II, com 841 páginas. Apresentação de Walter Costa Porto.

Preço por exemplar: R\$ 30,00

Código de Proteção e Defesa do Consumidor e Legislação Correlata

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Com 115 páginas, traz índice temático remissivo, elaborado por Alcides Kronenberger e Maria Celeste J. Ribeiro.



Preço por exemplar: R\$ 5,00



Direito Constitucional Brasileiro – reforma das instituições nacionais – Coleção Memória Brasileira – Fac-símile da segunda edição da obra publicada em 1902. Abrange onze temas: reformas constitucionais no Brasil, organização federal, base material da união, poder público federal, sistema eleitoral, a questão da estabilidade governativa, a decretação de leis, os juízes, cidadania, liberdade e a questão da defesa social. Com 544 páginas.

Preço por exemplar: R\$ 8,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone (061) 311-3575;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de FUNSEEP, agência 3602-1, do Banco do Brasil, Conta-corrente 170.500-8, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código 02000202902001-3 (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante ORIGINAL do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apelo III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



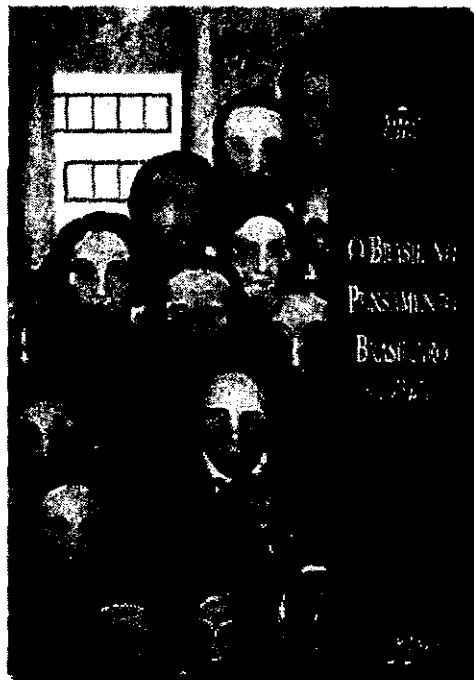
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Brasil no Pensamento Brasileiro

Coleção Brasil 500 Anos

"Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djadir Meneses.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



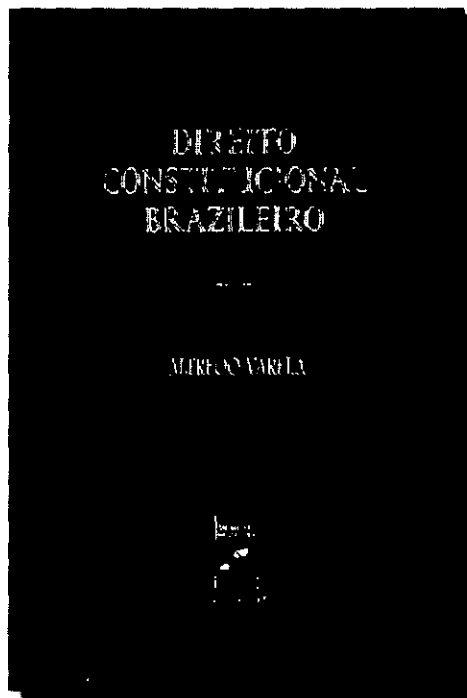
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Direito Constitucional Brazileiro - reforma das instituições nacionais

Coleção Memória Brasileira

Fac-símile da segunda edição da obra publicada em 1902. Abrange onze temas: reformas constitucionais no Brasil, organização federal, base material da união, poder público federal, sistema eleitoral, a questão da estabilidade governativa, a decretação de leis, os juizes, cidadania, liberdade e a questão da defesa social. Com 544 páginas, tem introdução de Nelson Saldanha e prefácio de J. Izidoro Martins Júnior.

Preço por exemplar: R\$ 8,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **0200020902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Livro da Profecia

Obra organizada por Joaquim Campelo Marques, com 976 páginas. Coletânea de artigos da lavra de diversos pensadores, artistas, cientistas, escritores e intelectuais brasileiros sobre o século XXI.

Preço por exemplar: R\$ 25,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Oito Anos de Parlamento

Coleção Biblioteca Básica Brasileira

Relato da experiência de Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior como Deputado na Câmara dos Deputados, representando a província de Minas Gerais de dezembro de 1881 a novembro de 1889. Com 163 páginas e introdução do Senador Lúcio Alcântara.

Preço por exemplar: R\$ 15,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone (061) 311-3575;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência 3602-1, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

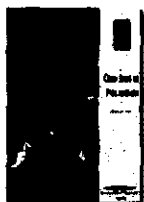
Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações



Oito Anos de Parlamento – Coleção Biblioteca Básica Brasileira – Relato da experiência de Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior como Deputado na Câmara dos Deputados, representando a província de Minas Gerais de dezembro de 1881 a novembro de 1889. Com 163 páginas e Introdução do Senador Lúcio Alcântara.

Preço por exemplar: R\$ 15,00

O Brasil no Pensamento Brasileiro – Coleção Brasil 500 Anos – “Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso”. Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djacir Meneses.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



A Política Exterior do Império – Coleção Biblioteca Básica Brasileira – Edição fac-similar, em três volumes. Obra clássica da história diplomática brasileira que apresenta um panorama e uma análise das relações internacionais do país no século XIX. De autoria de J. Pandiá Calógeras.

Preço (três volumes): R\$ 60,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo “depósito identificado (código dv)/finalidade” com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apelo III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 112 PÁGINAS